



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E  
MEIO AMBIENTE**

**MAMERTO FERNANDO**

**POLÍTICAS DO TURISMO E A SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL EM  
MOÇAMBIQUE: A EXPERIÊNCIA DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA O  
INVESTIMENTO TURÍSTICO E SEUS IMPACTOS NO MUNICÍPIO DE  
INHAMBANE**



**PRODEMA**

**João Pessoa-PB**

**2013**

**MAMERTO FERNANDO**

**POLÍTICAS DO TURISMO E A SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL EM  
MOÇAMBIQUE: A EXPERIÊNCIA DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA O  
INVESTIMENTO TURÍSTICO E SEUS IMPACTOS NO MUNICÍPIO DE  
INHAMBANE**

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento às exigências para obtenção de grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientadora:

**Alicia Ferreira Gonçalves**

Área de Concentração:

**Gerenciamento Ambiental**

João Pessoa-PB

2013

F363p Fernando, Mamerto.

Políticas do turismo e a sustentabilidade socioambiental em Moçambique: a experiência das áreas prioritárias para o investimento turístico e seus impactos no município de Inhambane / Mamerto Fernando.-- João Pessoa, 2013.

183f. : il.

Orientadora: Alicia Ferreira Gonçalves

Dissertação (Mestrado) – UFPB/PRODEMA

1. Meio Ambiente. 2. Políticas de turismo - Inhambane.  
3. Sustentabilidade ambiental. 4. Impactos socioambientais.

UFPB/BC

CDU: 504(043)

**MAMERTO FERNANDO**

**POLÍTICAS DO TURISMO E A SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL EM  
MOÇAMBIQUE: A EXPERIÊNCIA DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA O  
INVESTIMENTO TURÍSTICO E SEUS IMPACTOS NO MUNICÍPIO DE  
INHAMBANE**

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alícia Ferreira Gonçalves – UFPB  
Orientadora

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Gustavo Ferreira da Costa Lima – UFPB  
Examinador Interno

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lea Carvalho Rodrigues – UFCE  
Examinadora Externa

João Pessoa-PB

2013

## **DEDICO**

Dedico este trabalho à minha família, minha esposa Angélica Inácio e ao meu filho Larcen Fernando que apesar da distância estiveram sempre do meu lado com amor, carinho e apoio e aos meus pais Fernando João Massirele (em memória) e Amélia José Nhampossa que sempre me deram força e me ensinaram a lutar para vencer.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, por todas graças e proteção na minha vida e da minha família.

Considerando que várias pessoas foram valiosas ao longo dos dois anos do mestrado e não podendo citar todos pelos nomes nesta página, vai a minha gratidão a todos que direta ou indiretamente deram o seu apoio na realização deste trabalho.

O meu muito obrigado a toda minha família que esteve sempre do meu lado, me dando força, apoio, amizade e carinho.

Gratidão especial vai para três pessoas que foram muito úteis no momento da minha maior aflição para conseguir viajar de Moçambique ao Brasil, nomeadamente à minha irmã Calvina Fernando, meu tio Candido Ricardo e a minha cunhada Talita Inácio Mussalafuane, pela abnegada generosidade.

Aos meus amigos Humberto Nhamucho, José Leonel Noticho, Henrique Cabral Mabongue e ao meu irmão Amílcar Fernando que sempre me transmitiram seu carinho e me ajudaram nos momentos mais importantes, com palavras e ações.

Agradeço a Universidade Federal da Paraíba, através do Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) pela aceitação da minha candidatura ao programa, de modo especial a Prof<sup>a</sup>. Dra. Maristela Andrade de Oliveira (então coordenadora do PRODEMA) pelo seu valioso papel nesse processo.

À minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Dra. Alícia Ferreira Gonçalves, vai o meu agradecimento por todo apoio acadêmico e a total disponibilidade na contribuição para este trabalho. De igual modo ao Prof. Dr. Gustavo Lima, Prof. Dra. Lea Rodrigues e todos aqueles que colaboraram neste trabalho, nomeadamente, Custódio Cuambe dos serviços de educação da cidade de Inhambane, Augusto Songane do conselho comunitário de pesca de Tofo, comunidades de Tofo e Barra, Eugênio Casimiro José do CMCI, Diego Borges e Afonsina Madondora da DPCAAI, Eugênio Sambo dos serviços provinciais de meteorologia de Inhambane, Edgar da FIPAG, Elzendra Filipe e Abdulla Momade do INATUR, Timothy Dykman do *bitonga divers*, aos operadores turísticos e ONGs da cidade de Inhambane vai o meu muito obrigado pelo contributo para o enriquecimento deste trabalho.

Agradeço aos Governos de Moçambique, através do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e do Brasil através Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela oportunidade da minha seleção para o mestrado. Igualmente agradeço ao governo da província de Inhambane através da direção provincial do turismo (DPTURI), meu local de trabalho pela autorização para os estudos.

Vai o meu agradecimento à direção e colegas da DPTURI pela amizade, companheirismo, apoio, em especial ao Lúzio Francisco Nhavene que não mediu forças para prestar sua ajuda no fornecimento de dados importantes para o trabalho, ao Elísio Panzambila pela sua generosidade na fase de coleta de imagens e pelo valioso apoio da direção pela sua participação na compra da minha passagem de regresso ao Brasil depois da pesquisa.

## RESUMO

A presente pesquisa visa trazer uma reflexão sobre a relação entre o homem e o meio ambiente no processo de desenvolvimento do turismo em Moçambique, a partir da análise da política pública e dos impactos socioambientais do desenvolvimento do turismo em áreas prioritárias para o investimento turístico, com ênfase para as principais modificações ocorrentes nos diferentes ecossistemas naturais e as transformações na estrutura social das comunidades periféricas da área de estudo. Para o efeito, a área de estudo é o litoral de Tofo e Barra no município de Inhambane, na Província de Inhambane, região sul de Moçambique. O turismo nesta zona é uma das principais atividades socioeconômicas, o que faz do município de Inhambane e as praias de Tofo e Barra de modo particular, uma referência nacional, regional e internacional, devido a sua diversidade de oferta turística e ao progressivo crescimento da infraestrutura turística que por sua vez associados à demanda turística têm fortes impactos socioambientais, com destaque para a zona costeira caracterizada por dunas primárias e uma diversidade de ecossistemas marinhos e costeiros sensíveis. Devido às características e a biodiversidade marinha existente na região, o turismo de sol e praia, o mergulho e a pesca esportiva constituem grande referência local, onde se podem observar várias espécies raras, entre baleias, tubarões, golfinhos e outras espécies num só lugar. A ocupação de espaços para fins turísticos ocorreu de forma esporádica e desordenada criando graves impactos sociais e ambientais, onde a erosão afigura-se como a mais grave e até ao momento o município local ainda não dispõe de um plano concreto de ordenamento turístico que possa disciplinar as atuais ocupações de terra e minimizar os riscos socioambientais. Para uma melhor percepção dos cenários estudados, foi importante a análise da legislação moçambicana sobre o turismo e meio ambiente e o contato com as diferentes instituições públicas que intervêm no processo de desenvolvimento do turismo, desde a atribuição de terra para fins turísticos até ao licenciamento da atividade. Doravante, a partir do levantamento *in loco* foi possível detectar os principais impactos socioambientais que ocorrem no local que de alguma maneira estão associados à fragilidade do setor público no processo de planeamento participativo para um turismo sustentável.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade ambiental. Políticas de turismo. Impactos socioambientais.

## ***ABSTRACT***

This research aims to reflect on the relationship between people and the environment in the process of tourism development in Mozambique, from the analysis of public policy and the social and environmental impacts of tourism development in priority areas for tourism investment, with emphasis for major changes occurring in different natural ecosystems and the changes in the social structure of the peripheral communities of the study area. To this end, the study area is the coastline of Tofo and Barra in the Inhambane city, in Inhambane province, southern Mozambique. The tourism in this area is one of the major socio-economic activities, what makes the Inhambane city and the beaches of Tofo and Barra in particular, a national, regional and international preference, due to its diversity of tourism and the progressive growth of tourism infrastructure which in turn associated with tourism demand have strong environmental impacts, particularly in the coastal zone characterized by primary dunes and a diversity of marine and coastal sensitive ecosystems. Due to the characteristics and marine biodiversity in the region, tourism of sun and beach, diving and sport fishing are great reference site, where you can observe several rare species, including whales, sharks, dolphins and other species in one place. The occupation of spaces for tourism occurred sporadically and disorderly creating serious social and environmental impacts, erosion where it appears as the most serious and so far the local municipality does not yet have a concrete plan of arrangement that can tour disciplinary current land occupations and minimize environmental risk. For a better understanding of the scenarios studied, it was important to analyze the Mozambican legislation on tourism and the environment and contact with different public institutions involved in the process of tourism development, since the allocation of land for tourism and licensing activity. Henceforth, from the on-site survey was able to detect the main environmental impacts that occur on site that are associated in some way to the fragility of the public sector in the process of participatory planning for sustainable tourism.

**Keywords:** Environmental Sustainability. Tourism policies. Environmental impacts.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa de Moçambique.....	24
Figura 02 – Mapa dos estados Membros da SADC.....	26
Figura 03 – Localização geográfica do município de Inhambane.....	67
Figura 04 – Enquadramento da área de estudo.....	68
Figura 05 – Dunas costeiras.....	70
Figura 06 – Dunas do interior.....	70
Figura 07 – Risco de erosão.....	71
Figura 08 – Erosão costeira na praia de Barra.....	71
Figura 09 – Aspecto da vegetação da área de estudo.....	74
Figura 10 – Destruição de duna para dar acesso à praia.....	75
Figura 11 – Paisagem da praia de Tofo.....	82
Figura 12 – Atividades desportivas aquáticas (mergulho).....	82
Figura 13 – Estabelecimentos turísticos ao longo da costa na praia da Barra.....	84
Figura 14 – Áreas prioritárias para o investimento turístico – APIT.....	94
Figura 15 – Zonas de interesse turístico – ZIT.....	104
Figura 16 – Potenciais áreas de investimento turístico (PAITs).....	105
Figura 17 – Estação de reciclagem da ALMA.....	121
Figura 18 – Garrafas ensacadas para venda.....	121
Figura 19 – Avaliação do envolvimento das instituições na divulgação do plano TBT.....	123
Figura 20 – Casas de férias em zonas de risco na praia de Tofo.....	124
Figura 21 – Casas de férias em zonas de risco na praia de Tofo.....	124
Figura 22 – Lixeira de Tofo e a incineração do lixo comum.....	128
Figura 23 – Entrada para a lixeira de Tofo, junto a estrada que dá acesso a praia de Tofo....	129
Figura 24 – Depósito de lixo no Tofo construído no âmbito da cooperação alemã.....	129
Figura 25 – Depósito de lixo no Tofo construído no âmbito da cooperação alemã.....	129
Figura 26 – Lixo jogado em locais impróprios na Barra.....	130
Figura 27 – Lixo jogado em locais impróprios na Barra.....	130
Figura 28 – Resíduos sólidos jogados fora dos depósitos de lixo na praia de Tofo.....	131
Figura 29 – Terrenos com licenças de construção sobre dunas e mata nativa no Tofo.....	133
Figura 30 – Terrenos com licenças de construção sobre dunas e mata nativa no Tofo.....	133

Figura 31 – Construções sobre dunas e mata nativa no Tofo.....	134
Figura 32 – Estabelecimento turístico em risco de erosão no Tofo.....	136
Figura 33 – Estrada de acesso a Praia do Tofo construções em redor.....	136
Figura 34 – Placas de informação na zona costeira.....	138
Figura 35 – Barreiras de contenção no centro da praia do Tofo.....	149
Figura 36 – Circulação de veículos na orla marítima.....	150
Figura 37 – Equipamentos turísticos sobre base de madeira na praia de Barra.....	150
Figura 38 – Equipamentos turísticos sobre base de madeira na praia de Barra.....	150
Figura 39 – Equipamentos turísticos sobre base de madeira na praia de Barra.....	150
Figura 40 – Cratera e extração de areia no Tofo.....	151
Figura 41 – Carregamento de areia no Tofo.....	151
Figura 42 – Adolescentes na venda de objetos de artesanato.....	154
Figura 43 – Moradia de uma família local no Tofo.....	155
Figura 44 – Casa de férias no Tofo.....	155

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Temperaturas e precipitações médias anuais.....	72
Tabela 02 – Crescimento populacional entre 1980 – 2007 no MI.....	77
Tabela 03 – Densidade populacional no MI.....	78
Tabela 04 – População residente por idade no MI.....	78
Tabela 05 – Agregados familiares por tamanho no MI.....	79
Tabela 06 – População por tipo de habitação e sexo no MI.....	79
Tabela 07 – Alunos do ensino básico no MI.....	114
Tabela 08 – Alunos do ensino secundário no MI.....	115
Tabela 09 – Alunos do ensino técnico no MI.....	115
Tabela 10 – Alunos do ensino básico e técnicos de contas no MI.....	115
Tabela 11 – Indicadores do desempenho do setor do turismo na província de Inhambane....	143

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Parque hoteleiro de Moçambique em 1975.....	81
Quadro 02 – Evolução da oferta de camas por categoria de estabelecimento hoteleiro em Moçambique (1994-1999).....	83
Quadro 03 – Áreas prioritárias para investimento em turismo – APIT.....	95
Quadro 04 – Áreas prioritárias para investimento em turismo – APIT.....	96
Quadro 05 – Lista de instituições que apoiam a gestão ambiental municipal.....	120

## LISTA DE SIGLAS

- AAE – Avaliação Ambiental Estratégica
- ACTF – Unidade de Coordenação das Áreas de Conservação Transfronteira
- ADMAR – Administração Marítima
- AHTPI – Associação de Hotelaria e Turismo da Província de Inhambane
- AIA – Avaliação de Impacto Ambiental
- ALMA – Associação de Limpeza e Meio Ambiente
- ANC – Congresso Nacional Africano
- APIT – Áreas Prioritárias para Investimentos em Turismo
- BAD – Banco Africano de Desenvolvimento
- BID – Banco Internacional de Desenvolvimento
- BM – Banco Mundial
- CCPT – Conselho Comunitário de Pesca de Tofo
- CDS-ZC – Centro de Desenvolvimento Sustentável das Zonas Costeiras
- CEA – Comissão Econômica para África
- CECCA – Centro de Estudos Cultura e Cidadania
- CHAEM – Centro de Higiene Ambiental e exames Médicos
- CMCI – Conselho Municipal da Cidade de Inhambane
- CMET – Código Mundial de Ética do Turismo
- CNA – Comissão Nacional de Meio Ambiente
- CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
- CONDES – Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
- CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- CPM – Código de Postura Municipal
- DAF – Departamento de Administração e Finanças
- DANIDA – *Danish International Development Assistance* (Assistência Dinamarquesa para o Desenvolvimento Internacional)
- DDT – Diclorodifeniltricloreto
- DINATUR – Direção Nacional do Turismo
- DJ – Departamento Jurídico
- DNAC – Direção Nacional para Áreas de Conservação
- DPC – Direção de Planificação e Desenvolvimento

DPCAAI – Direção Provincial para Coordenação da Ação Ambiental de Inhambane

DPEC – Direção Provincial de Educação e Cultura

DPMI – Delegação Provincial de Meteorologia de Inhambane

DPPI – Direção Provincial de Pescas de Inhambane

DPTURI – Direção Provincial do Turismo de Inhambane

DRH – Departamento de Recursos humanos

DSU – Direção de Serviços Urbanos

DUAT – Direito de Uso e Aproveitamento da Terra

EAS – Estudo Ambiental Simplificado

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

ESHTI – Escola Superior de hotelaria e Turismo de Inhambane

ETP – Equipe Técnica Provincial

FIPAG – Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água

FMI – Fundo Monetário Internacional

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

FUTUR – Fundo Nacional do Turismo

GIS – Sistema de Informação Geográfica

GZVCI – Gabinete das Zonas Verdes da Cidade de Inhambane

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IGT – Inspeção Geral do Turismo

IIAG – Índice Ibrahim de Governação Africana

INATUR – Instituto Nacional do Turismo

INE – Instituto Nacional de Estatística

INEFP – Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional

INPF – Instituto Nacional de Planeamento Físico

ISO – *International Organization for Standardization* (Organização Internacional de Normalização)

MI – Município de Inhambane

MICOA – Ministério para Coordenação da Ação Ambiental

MINED – Ministério da Educação

MISAU – Ministério da Saúde

MITUR – Ministério do Turismo

MMAS – Ministério da Mulher e da Ação Social

MRE – Ministério das Relações Exteriores

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSISA – *Open Society Initiative for Southern Africa*

PAITs – Potenciais Áreas de Investimento Turístico

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PEA – Perspectivas Econômicas para África

PEDTM – Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Turismo em Moçambique

PENT – Política e Estratégia Nacional do Turismo

PES – Plano Econômico e Social

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRODEMA – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente

PTEI – Política do Turismo e a Estratégia da sua Implementação

RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique

SADC – Comunidade para o desenvolvimento da África Austral

SDAE – Serviços Distritais das Atividades Econômicas

SNE – Sistema Nacional de Educação

STEP – *Sustainable Tourism to Eliminate Poverty*

TBT – Tofo/Barra/Tofinho e Praia da Rocha

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation* (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura)

USAID – Agência Norte-americana de Apoio ao Desenvolvimento Internacional

USD – *United State Dollar* (Dollar Americano)

WTO/UNWTO – *World Tourism Organization*

WTTC – *World Travel and Tourism Council* (Conselho Mundial de Viagens e Turismo)

WWF – *World Wide Fund for Nature* (Fundo Mundial para a Vida Selvagem e Natureza)

ZIP – Zona de Influência Pedagógica

ZIT – Zona de Interesse Turístico

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	17
1.2. Justificativa.....	21
1.3. Objetivos.....	22
1.4. Contextualização.....	23
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	29
2.1. Política pública de turismo e meio ambiente.....	29
2.2. Planejamento do turismo e gestão participativa.....	35
2.3. Sustentabilidade e Meio Ambiente.....	40
2.4. Impactos socioambientais do turismo nas comunidades receptoras.....	48
2.5. Tratados internacionais e sustentabilidade socioambiental do turismo.....	52
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	59
3.1. Métodos e técnicas.....	59
3.2. Revisão bibliográfica.....	60
3.3. Trabalho de campo.....	61
3.4. Análise dos indicadores.....	64
3.5. Processamento e análise de dados.....	65
<b>4. CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE ESTUDO</b> .....	66
4.1. Localização geográfica.....	66
4.2. Caracterização geofísica.....	69
<b>5. TURISMO, AMBIENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS EM MOÇAMBIQUE</b> .....	80
5.1. Perspectiva histórica do turismo em Moçambique.....	80
5.2. O Declínio do turismo.....	82
5.3. A Revitalização do setor do turismo.....	82
5.4. Políticas públicas do turismo e ambiente em Moçambique: Quadro institucional e legal.....	85
5.5. Programas de desenvolvimentos do turismo.....	103
<b>6. ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE INHAMBANE</b> .....	109
6.1. Indicadores socioeconômicos e ambientais no MI.....	109
6.2. Análise dos impactos socioambientais do turismo no litoral de Tofo e Barra.....	148
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	157
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	164
<b>APÊNDICES</b> .....	172
<b>ANEXOS</b> .....	180

## 1 INTRODUÇÃO

Os problemas ambientais constituem hoje o centro da discussão global e preocupação permanente diante do atual modelo capitalista de desenvolvimento econômico que se mostra cada vez mais insustentável e predatório ao meio ambiente, colocando em risco a vida do planeta e da humanidade.

Para LEFF (2011), a crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza. Para o autor, a racionalidade econômica banuiu a natureza da esfera de produção, gerando processos de destruição ecológica e degradação ambiental. A degradação ambiental que é uma autêntica fatalidade de nosso tempo se expressa na negação das causas da crise socioambiental e principalmente pela priorização dos interesses meramente econômicos, aliada as decisões dos gestores que buscam satisfazer os interesses da classe empresarial, na obsessão pelo crescimento que se manifesta na ultrapassagem dos fins da racionalidade econômica, gerando conflito entre a economia, a natureza e a sociedade.

Desde os meados do século XX, verificou-se o fortalecimento da consciência ambiental. O discurso sobre o desenvolvimento sustentável foi sendo legitimado, oficializado e difundido amplamente com base na Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro. Mas a consciência ambiental surgiu nos anos 1960 com a primavera silenciosa de Rachel Carson, ao alertar sobre os perigos do inseticida DDT nas plantações agrícolas americanas que se propagou até a região do Ártico e Groenlândia, e se expandiu nos anos 1970, depois da Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, celebrada em Estocolmo, em 1972. Naquele momento é que foram assinalados os limites da racionalidade econômica e os desafios da degradação ambiental ao projeto civilizatório da modernidade.

A visão do crescimento centrada no “econômico” tornou-se extensiva a todas as atividades socioeconômicas, incluindo no turismo que depende dos recursos naturais e socioculturais para o seu fortalecimento.

O turismo nos últimos anos se tornou uma das atividades mais importantes na economia mundial, registrando crescente atração de investimentos e impulsionando o crescimento paralelo de outros setores, com destaque para o dos transportes e, hoje é considerado como uma das principais fontes de divisas e um forte “motor” de crescimento

econômico dos países em desenvolvimento. O volume de receitas é progressivamente crescente a escala mundial, tornando o turismo uma verdadeira indústria, daí que apenas em 2011 segundo (UNWTO, 2012)<sup>1</sup>, as receitas internacionais do turismo ultrapassaram USD\$ 1 trilhão pela primeira vez, acima dos USD\$ 928.000 milhões em 2010. Em termos reais, a receita cresceu 3,8%, após um aumento de 4,6% nas chegadas de turistas internacionais e um valor adicional de USD\$ 196 bilhões em receitas de transporte internacional de passageiros trouxe exportações totais geradas pelo turismo internacional em 2011 para USD\$ 1,2 trilhão. Porém, apesar da sua importância à economia mundial, o turismo provoca fortes impactos negativos de caráter socioambiental e cultural nos destinos turísticos.

Ao mesmo tempo em que o Turismo é considerado mundialmente como uma indústria geradora de receitas, este tem sido tratado por alguns autores contemporâneos pelo seu lado mercantil, visto “como um fenômeno e processo de troca econômica e social” (LOPÉZ y MARIN, 2010, p. 222). Meethan (2001) define o turismo como uma produção cultural e parte de um processo inerente ao capitalismo. Este aponta que é “um processo global de mercantilização e consumo que envolve fluxo de pessoas, capital, imagens e culturas” (MEETHAN, 2001, p. 4). Um aspecto central do processo de mercantilização turística, na opinião de autores como Urry e Meethan (2002/1), é que o turismo está orientado sobre todos os casos a transformar lugares como mercadorias de consumo turístico.

Na globalização, na opinião de López e Marin (2010), o turismo na sua dinâmica de expansão e reprodução, tem se diversificado de uma maneira surpreendente, de tal modo que, tem incorporado a sua influência, a infinidade de espaços e envolvendo formas inéditas de mercantilização em todos os cantos do mundo. Para autores estes, há o caso das cidades turísticas costeiras, sobretudo do terceiro mundo – embora não exclusivamente – que reproduzem uma série de dinâmicas complexas, a destacar, o explosivo crescimento urbano, a emigração massiva, a predação dos ecossistemas, a segregação espacial e social, assim como a produção de contrastes entre áreas turísticas de influência e bairros pobres ou marginais, sem serviços básicos, onde a pobreza prevalece. Por sua vez Marin (2009), adiciona a isso, a predominância de gestão urbana e políticas públicas em todos os casos encaminhadas a conduzir a expansão da indústria, promovendo a imagem da cidade e fortalecer a competitividade como um destino turístico internacional, mesmo ao custo de relegar questões sociais e ambientais mais prementes das populações locais.

---

<sup>1</sup> <http://mkt.unwto.org/en/barometer> Acessado: 20/09/2012

O turismo é um campo de estudo afeito a tensões e antinomias. Para Correia; Pimenta e Arndt (2009), as imagens do turismo consolidadas ao longo do Sec. XX produziram signos e símbolos impregnados de significados simultaneamente criativos e destrutivos. Já Coriolano (2006), defende que ao mesmo tempo em que a atividade turística simboliza o uso e a apropriação (muitas vezes inadequada) de ambientes naturais e culturais, transformando-os em espaços de lazer e consumo, concentração de riqueza, especulação, segregação de espaços, degradação de ambientes, destruição de expressões culturais, exploração de trabalhadores, também simboliza o empreendedorismo, a conquista, a descoberta e o sonho de muitas pessoas.

O turismo como atividade socioeconômica, se desenvolve na base de recursos naturais e socioculturais, causando direta ou indiretamente uma variedade de desequilíbrios socioambientais. No contexto das relações trabalhistas, segundo Coriolano, Leitão e Vasconcelos (2009) observa-se no turismo uma acentuada exploração do mercado de trabalho, pela elevada porcentagem de trabalhadores sazonais; temporários e ocasionais; intensa presença de mulheres com contratos de meio período, especialmente em hotelaria e restaurantes; escasso número de mulheres em cargos de maior responsabilidade; presença de trabalhadores estrangeiros ocupando cargos de maiores responsabilidades nos países em desenvolvimento em detrimento dos profissionais locais.

As reações às atividades no campo turístico originam estudos e pesquisas que elaboram novos discursos, por meio de novas imagens e de novas representações simbólicas a eles agregados. As mais significativas, nas últimas décadas, se referem às conexões entre turismo e ambiente. Para Correia; Pimenta e Arndt (2009), esse relacionamento se traduz no crescimento da legislação sobre o direito ambiental assim como no surgimento de relatórios capazes de salvaguardar o meio ambiente contra os impactos negativos do turismo, tão comuns nas práticas do “segmento de massas”, marcado pelo caráter predatório relativo ao trato irresponsável com a natureza e a cultura.

Em todo processo de desenvolvimento o papel das políticas públicas é fundamental para suprir os problemas que afetam a sociedade. Para Coriolano, Leitão e Vasconcelos (2009) a política pública é parte do processo de planejamento governamental e envolve tudo aquilo que um governo decide fazer, ou não, com relação a um dado setor da vida social. Na visão de Silva (2009), as políticas públicas se desenvolvem num processo circular que vai da constituição de um problema que é incorporado às agendas governamentais, passando pela

formulação de alternativas; adoção da política; implementação ou execução de programas sociais, enquanto expressão de concretude da política e avaliação desses programas. Partindo destes princípios teóricos, pode-se afirmar que a política pública é uma parte componente de um planejamento essencial ao desenvolvimento das atividades programadas pelo setor público, devendo este ser participativo para responder com eficiência ao problema a que se destina a política.

Deste modo, o objetivo deste trabalho visa analisar a política pública e os impactos sócioambientais do desenvolvimento do turismo, com enfoque para as “Áreas Prioritárias para o Investimento Turístico – APITs” no Município de Inhambane (MI) em Moçambique. Esta análise será em torno das interfaces da relação entre o homem e o meio ambiente no processo de desenvolvimento do turismo, buscando para tal, compreender o papel do setor público através das políticas sobre o uso dos recursos socioambientais, com vista a um desenvolvimento sustentável que leve em consideração a participação social. Considerando que na área de estudo a pesca artesanal é uma das principais fontes de sustento das comunidades locais e que os recursos marinhos constituem fonte de divisas ao empresariado do turismo pela prática de atividades como mergulho, safari oceânico e pesca desportiva, serão analisadas as redes de relações sociais ocorrentes entre os diferentes intervenientes que dependem dos mesmos recursos para a satisfação dos seus interesses socioeconômicos, podendo gerar conflitos de interesse.

Para este estudo, escolheu-se o litoral das Praias de Tofo e Barra na Costa Este do Município de Inhambane devido ao seu atual estágio de crescimento das atividades turísticas. A província de Inhambane é potencialmente turística, concentrando seus maiores investimentos na zona costeira ao longo dos cerca de 700 km de linha costeira, com inúmeros atrativos turísticos favoráveis a grandes investimentos no setor. No município de Inhambane o turismo atingiu nos últimos anos um desenvolvimento acelerado e constitui uma das principais atividades socioeconômicas. Na província de Inhambane as praias de Tofo e Barra, para além da costa de Vilankulo e Bazaruto, constituem uma referência nacional e regional do turismo, mercê das suas condições naturais e paisagísticas, águas límpidas, clima tropical, ocorrência de variadas espécies marinhas, como o tubarão baleia, raia manta, golfinho, tartaruga marinha, dugongo, baleia entre outros que propiciam o mergulho e desportos aquáticos e outras atividades associadas ao turismo de sol e praia.

## 1.2 Justificativa

O turismo é uma das atividades socioeconômicas de destaque no Município de Inhambane. O desenvolvimento da atividade é cada vez mais crescente principalmente na costa Este do município, com destaque para as parais de Tofo/Tofinho e Barra. Sendo o turismo uma das atividades em franco crescimento é importante que este seja acompanhado por planos de ordenamento turístico assentados na sustentabilidade socioambiental e participação social, uma vez que, este sector é definido pelo PEDTM (2004) como estratégico para o contributo na luta contra a pobreza através da valorização dos recursos naturais e do património histórico e cultural que propicia a promoção de investimentos e de emprego, geração de receitas e conservação do meio ambiente.

As políticas públicas tem um papel importante na definição de estratégias de sustentabilidade socioambiental no processo de desenvolvimento do turismo, com vista a minimizar os impactos sobre o meio ambiente e a estrutura sociocultural das comunidades locais. Dai a relevância em analisar as políticas públicas e os impactos socioambientais do turismo, justificando-se a escolha do município de Inhambane para o estudo, por um lado devido ao crescente nível de desenvolvimento do turismo, com a sua incidência na zona costeira que se caracteriza por ecossistemas sensíveis, tais como, dunas primárias, espécies marinhas e a coabitação do turismo com as comunidades locais, causando desta forma, fortes impactos socioambientais. Por outro lado pelo pressuposto de que os recursos naturais são base do crescimento económico; porém, a sustentabilidade socioambiental e o crescimento económico deveriam ser inseparáveis para garantir um desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento económico bem como dos seus planos diretores não pode ser sustentado com uma base de recursos naturais deteriorados. Aranha (1999) argumenta que, para que as economias nacionais cresçam e sejam promissoras os recursos que as sustentam devem ser conservados e utilizados mediante planos concretos que priorizem a sua sustentabilidade e as populações abrangidas devem ser auscultadas ou envolvidas desde o início dos processos de formulação de decisões. Na sua análise, Aranha (1999) defende que, para que uma sociedade seja de fato sustentável, é necessário estabelecer os princípios da vida sustentável tais como: respeitar e cuidar da comunidade; dos seres vivos; melhorar a qualidade de vida humana; conservar a vitalidade e diversidade do planeta Terra; permanecer nos limites da capacidade de suporte do planeta Terra; modificar atitudes e práticas pessoais;

permitir que as comunidades cuidem de seu próprio meio ambiente; gerar uma estrutura nacional para integração de desenvolvimento e conservação; construir uma aliança global.

Para se atingir um desenvolvimento sustentável é indispensável o papel do setor público na criação de mecanismos e estratégias de planejamento participativo que tornem o turismo menos impactante tanto à natureza como às comunidades, a partir de políticas e programas específicos de âmbito nacional, provincial ou municipal, na base de uma metodologia participativa que envolva o setor privado e a participação social.

### **1.3 Objetivos**

#### **a) Geral**

- Analisar a política pública e os impactos sócioambientais do desenvolvimento do turismo nas “Áreas Prioritárias para o Investimento Turístico – APITs” no Município de Inhambane (MI) em Moçambique.

#### **b) Objetivos Específicos**

- Estudar as Políticas públicas de desenvolvimento do turismo em Moçambique, analisando a sua aplicabilidade e seu impacto na sustentabilidade socioambiental;
- Analisar a relação multissetorial no processo de gestão da atividade turística no município de Inhambane.
- Analisar os principais impactos socioambientais do desenvolvimento do turismo no litoral de Tofo e Barra.
- Analisar o envolvimento comunitário no processo de desenvolvimento turístico e o papel do Estado na inserção das comunidades locais.

Esta dissertação está organizada em seis capítulos, começando pela introdução que integra uma breve apresentação do contexto histórico, político e socioeconômico de Moçambique, visando inserir ao leitor em que contexto a área de estudo se enquadra. No capítulo dois faz-se uma discussão conceitual de vários autores em torno da política pública e meio ambiente, planejamento e gestão participativa, sustentabilidade ambiental, impactos socioambientais do

turismo nas comunidades receptoras e um olhar sobre os tratados internacionais com enfoque para o código mundial de ética do turismo. O terceiro capítulo aborda os detalhes metodológicos adotados para o trabalho que, através de uma pesquisa quali-quantitativo, fez-se o estudo da política pública e os impactos socioambientais do turismo no Município de Inhambane. No capítulo quatro desenvolve-se a descrição da área de estudo, através da localização geográfica e geofísica do município de Inhambane bem como do litoral das praias de Tofo e Barra e a caracterização de alguns elementos importantes para a percepção do local, como geomorfologia, clima, vegetação, fauna, hidrologia e população do município. O capítulo quinto, sobre o turismo, meio ambiente e políticas públicas em Moçambique, aborda a perspectiva histórica do setor do turismo, o marco legal e institucional do turismo e ambiente em Moçambique, a definição e classificação das áreas prioritárias para o investimento turístico – APITs, o processo de licenciamento das atividades turísticas e o panorama sobre a implementação de programas de desenvolvimento turístico, mediante três exemplos de programas recentes. Os resultados da pesquisa são analisados no capítulo seis, em função dos objetivos do trabalho, através da análise dos indicadores socioeconômicos e ambientais e os impactos socioambientais do turismo no município de Inhambane. No final vão as considerações finais do trabalho, levando em consideração os objetivos de estudo e os principais aspetos discutidos no trabalho.

#### **1.4 Contextualização**

Moçambique é um país do continente africano, localizado na costa oriental da África Austral, faz limite com Zâmbia, Malawi e Tanzânia ao Norte, ao Sul e Oeste com a África do Sul, a Oeste com a Zâmbia e o Zimbabwe e a Leste com o Canal de Moçambique e o oceano Índico. Possui uma área total com cerca de 799.380 Km<sup>2</sup> e aproximadamente 2700 km de linha costeira. Territorialmente está organizado em onze províncias, a saber: Cabo Delgado, Gaza, Inhambane, Manica, Maputo Cidade, Maputo Província, Nampula, Niassa, Sofala, Tete e Zambézia. A capital do país é a Cidade de Maputo, que tem estatuto de província. É um país multirracial de esmagadora maioria negra, cuja língua oficial é o português, com diferentes grupos étnicos e várias línguas nacionais de origem bantu, porém, não se verificam tensões sociais entre os diferentes grupos.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz>.



**Figura 01:** Mapa de Moçambique  
**Fonte:** MOÇAMBIQUE, Portal do Governo, (2012).

Tem uma população de 20.226.296 habitantes, da qual 29,8% é urbana e a maioria com 70,2% é rural. Na distribuição etária 46,9% da população pertencem à faixa dos 0-14 anos, 50,1% dos 15-64 anos e 3,1% dos 65 anos ou mais. Tem uma taxa de analfabetismo de 50,4%; uma percentagem de 34,3% de crianças dos 6-17 anos fora da escola; a taxa de mortalidade infantil<sup>3</sup> é de 118,3 e a média de esperança de vida da população é de 49,4 anos. Em 2011 as projeções da população indicavam cerca de 23,9 milhões de habitantes. As principais causas da mortalidade são a malária, HIV-SIDA e causas perinatais (INE, 2007).

Moçambique foi ocupado e colonizado por Portugal, cuja penetração ocorreu no Sec. XVI e tendo se enraizando no início do Sec. XVIII. Depois de uma guerra de libertação que durou cerca de 10 anos liderada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e mercê do golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, ocorrido em Portugal, que derrubou a ditadura e implantou a democracia, abrindo as portas ao processo de descolonização, o país tornou-se independente em 25 de Junho de 1975. Após a independência, com a designação de

<sup>3</sup> Taxa de Mortalidade Infantil é o número de óbitos menores de 1 ano em cada 1.000 nascidos vivos.

República Popular de Moçambique, foi instituído no país um regime socialista monopartidário com orientação Marxista-Leninista, cuja base de sustentação económica viria a se degradar progressivamente até à abertura feita nos anos de 1986-1987, com a assinatura de acordos com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). A abertura do regime foi ditada pela crise económica em que o país se encontrava e pela guerra civil que o país atravessou entre 1976 e 1992 que opunha a FRELIMO à Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Este movimento contava com o apoio dos governos dos países vizinhos da Rodésia (atual Zimbabwe) e da África do Sul (como resposta ao apoio dado pela FRELIMO à guerrilha oposicionista, ao movimento do ANC), para além do apoio de antigos colonos portugueses e de algumas camadas da população moçambicana dissidentes da FRELIMO. Este conflito desestabilizou a economia, uma vez que não só obrigou o governo a concentrar importantes recursos numa máquina de guerra, mas principalmente porque levaram ao êxodo milhares de pessoas do campo para as cidades e para os países vizinhos, diminuindo assim a produção agrícola, que era base da economia.<sup>4</sup>

Em virtude do Acordo Geral de Paz, assinado entre os presidentes de Moçambique e da RENAMO em 1992, o país assumiu o multipartidarismo, tendo tido as primeiras eleições multipartidárias em 1994, que se realizam de cinco (05) a cinco (05) anos. Em 1998 foram introduzidas as primeiras eleições autárquicas ou municipais em 33 municípios das 11 províncias do país, que se realizam também a cada cinco anos.<sup>5</sup>

No contexto regional Moçambique faz parte da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), formada por 15 países membros, nomeadamente: África do Sul, Malawi, Suazilândia, Tanzânia, Zimbábue, Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar (atualmente suspenso), Ilhas Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles e Zâmbia.<sup>6</sup> Faz parte ainda dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP. Segundo o último Índice Ibrahim de Governança Africana – IIAG (2012), divulgado em Outubro, Moçambique ocupa a oitava posição entre os 15 países da África Austral e a 21ª no conjunto dos 52 países analisados, facto que coloca o país numa posição de desprestígio tendo em conta as quatro categorias de governação, nomeadamente: segurança e estado de direito, participação e

---

<sup>4</sup> Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/História\\_de\\_Moçambique](http://pt.wikipedia.org/wiki/História_de_Moçambique). Acesso em 03/11/2012 e HEDGES, David (coord.). *História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo 1930-1961*. Vol.2, 2.ª edição, Maputo, Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 1999.

<sup>5</sup> Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/História\\_de\\_Moçambique](http://pt.wikipedia.org/wiki/História_de_Moçambique). Acesso em 03. Nov. 2012.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.sadc.int/member-states>. Acesso em 03. Nov. 2012.



próximos anos, sustentando assim, a aceleração do crescimento da atividade económica e das exportações no país.

O ambiente de negócios em Moçambique permite-lhe ocupar o 18º lugar entre os 47 países da África Subsaariana no indicador *Doing Business* (2012) e 5º na proteção ao investidor, situando-se atualmente na 139ª posição entre os 183 países avaliados ao nível global. No ranking de liberdade económica, *Index of Economic Freedom – ICF* (2012), Moçambique situou-se no 15º lugar entre os países da África Subsaariana.

Em 2011, com PIB nominal de US\$ 12 bilhões e um crescimento real do PIB em torno de 7.2%, Moçambique posicionou-se como a 122ª economia do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 45% do PIB, seguido do agrícola com 29% e industrial com 26% MRE (2012).

Embora o turismo seja um setor estratégico para a economia nacional este ainda representa uma participação ínfima no PIB por setores de atividade em Moçambique. Em 2010 o turismo contribuiu com cerca de 1.8% e os setores da agricultura e pesca com 26.9%, serviços financeiros com 14.5%, indústria transformadora com 13.1% e comércio e serviços com 12.2% lideram a lista da representatividade no PIB nacional.<sup>8</sup> (INE, 2011)

Apesar da fraca participação do turismo no PIB, cerca de 2%, o sector tem vindo a recuperar o seu potencial, quer pela atração de investimentos que têm reforçado a capacidade de alojamento e a qualidade do produto oferecido, quer pela melhoria das infraestruturas de comunicações e transporte, embora este último constitua ainda um dos grandes desafios atuais, visto que, muitos destinos turísticos carecem de condições favoráveis de acessibilidade, na sua maioria sendo possível a chegada a partir de viaturas com tração a quatro rodas (4x4). As expectativas do *World Travel and Tourism Council – WTTC* preconizam uma taxa média de crescimento anual de aproximadamente 6% nos próximos dez anos. As autoridades do setor preveem que a partir de 2013 a contribuição do turismo no PIB esteja acima de 2,5%. A maioria dos turistas que se deslocam a Moçambique é proveniente da África do Sul com 51% em (2010), Malawi, Zimbabué, Suazilândia, Portugal, Alemanha, Reino Unido e os Estados Unidos da América. Segundo a Direção Nacional de Turismo – DINATUR (2011), o número de turistas estrangeiros que visitaram Moçambique em 2011 registou um crescimento de 11%, ao passar de 1.8 milhões em 2010 para cerca de 2 milhões em 2011.

---

<sup>8</sup> Dados do Banco de Moçambique e INE Moçambique, 2011.

Apesar do crescimento assinalável que Moçambique registra em comparação com outros países da África subsaariana, o seu impacto ainda não se reflete na criação de condições para as camadas mais pobres. Segundo dados das Nações Unidas sobre Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (2011)<sup>9</sup>, que é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade, avaliação do bem-estar da população e medição do impacto de políticas econômicas na qualidade de vida, Moçambique posicionou-se em 184ª posição nos 187 países avaliados, representando o quarto lugar nos países com baixo índice do IDH do mundo, superando apenas Burundi, Níger e República Democrática do Congo e, em última posição entre os países da CPLP. Olhando para este cenário na estrutura social moçambicana, pode-se entender que o Estado investe muito pouco na área social, a considerar os atuais níveis de pobreza absoluta. Só para citar um exemplo, segundo a publicação *Perspectivas Econômicas em África – PEA (2012)*<sup>10</sup>, a proteção social na agenda do desenvolvimento representa atualmente pouco menos de 0.2% do orçamento geral do Estado e abrange não mais do que 8.3% das famílias pobres. A maior iniciativa consiste num sistema incondicional de transferência de dinheiro para os grupos mais vulneráveis (idosos, deficientes e doentes crónicos), abrangendo cerca de 150.000 pessoas em todo país, o correspondente a cerca de 0.74% da população moçambicana. Em geral, o sistema existente tem cobertura limitada, oferece uma assistência fragmentada e possui poucos recursos.

---

<sup>9</sup> Dados disponíveis em: <http://pt.scribd.com/doc/78660180/tabela-do-IDH-publicado-em-2011-PNUD-relatorio-de-desenvolvimento-humano-2011>. Acesso em 03/11/2012.

<sup>10</sup> *Perspectivas econômicas em África 2012 (Países africanos da CPLP)* é uma publicação do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos – OCDE, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e Comissão Económica para África – CEA.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Política Pública de Turismo e Meio Ambiente

O espaço público, como assinala Claude Lefort (1991), é aquele onde os homens se reconhecem como iguais, discutem e decidem em comum. É nesse espaço que se constrói um mundo comum, que é múltiplo, posto que, reflete as perspectivas diferenciadas dos cidadãos, mas é o mesmo posto que é compartilhado por todos. Esse espaço público, tal como concebido na democracia grega, é o espaço do exercício da política, onde tudo é decidido mediante as palavras e a persuasão, e não através da força. Para os gregos, lembra Arendt (1992), forçar alguém mediante a violência e ordenar ao invés de persuadir constituíam os modos pré-políticos de lidar com as relações sociais.

Vistas sob este prisma, segundo Acsehrad (1992), as agressões ambientais são a expressão da imposição do interesse de poucos sobre o mundo de todos. Elas são, portanto, impedimentos à construção de um mundo efetivamente múltiplo e comum. Por sua vez, as lutas contra as agressões ambientais são lutas pela construção da esfera pública na natureza, e pela introdução da política na gestão do meio ambiente. Acsehrad (1992) defende que é através da política que se promoverá a desprivatização do meio ambiente e se garantirá o resultado aos direitos ambientais das populações.

Para Correia, Pimenta e Arndt (2009), a política pública é parte do processo de planejamento governamental e envolve tudo aquilo que um governo decide fazer, ou não, com relação a um dado setor da vida social. Focando na necessidade de uma relação equilibrada entre o turismo e meio ambiente, Ruschmann (2010) afirma que é preciso que o turismo e o meio ambiente encontrem um ponto de equilíbrio, a fim de que a atratividade dos recursos naturais não seja a causa da sua degradação. Para a autora, o Estado deve cumprir seu papel, principalmente no que se refere à aplicação das leis ambientais e ao zelo pelo seu cumprimento, porém, é essencial que as coletividades dos locais turísticos, assim como os outros agentes de seu desenvolvimento contribuam igualmente para a proteção dos atrativos naturais que estimulam o fluxo dos turistas. Ela Salienta ainda, que o Estado e as coletividades regionais são responsáveis por uma série de ações relacionadas com a proteção do meio ambiente, seja ele utilizado para fins turísticos ou não, e que se fundamentam nas seguintes atividades:

- Conscientizar e sensibilizar a população;
- Elaborar uma legislação específica para a proteção do meio ambiente e zelar pela sua aplicação;
- Criar e administrar parques e reservas naturais;
- Desenvolver campanhas promocionais visando atrair uma clientela nacional e internacional para áreas específicas.

Enquanto isso, Cruz (2001) estabelece que, a política deve anteceder o plano, sendo ela um conjunto de diretrizes e ações deliberadas pelo poder público com o objetivo de ordenar o desenvolvimento da atividade turística em um determinado território. Para desenvolver o turismo, a participação do poder público é fundamental, por meio, principalmente, das políticas e planos de turismo.

Na perspectiva de tornar a política eficiente a todos os níveis de gestão pública, desde central ao local, Correia, Pimenta e Arndt (2009) fundamentam que as responsabilidades governamentais devem ser orientadas para guiar políticas de turismo nacionais, regionais e locais visando integrar organizações e planejamentos a fim de gerar melhores resultados; devem identificar estruturas e processos apropriados para formulação de políticas, propor metas para políticas eficientes e apresentar um conjunto de ferramentas capazes de assegurar os objetivos da política definida.

Para sustentar essas responsabilidades, Correia, Pimenta e Arndt (2009) afirmam que é primordial que o governo busque coerência em suas políticas e que o setor privado esteja atento aos impactos sociais, econômicos e ambientais do retorno de suas ações. Dessa forma, as autoridades e os gestores de turismo, ao almejam melhorias de qualidade e produtividade do setor, devem estar aptos a se transformarem em agentes de mudanças. Para eles, na indústria do turismo, o processo de mudanças envolve agentes de todas as esferas, como instituições dos governos nacional, provincial e distrital ou municipal, organizações não governamentais, sindicatos, associações civis e representantes dos setores empresariais.

A transição democrática, gestão ambiental participativa e apropriação social da natureza são elementos que devem ser levados em consideração na gestão pública como forma de tornar os aspetos sociais e ambientais o centro da política pública. É importante reforçar a necessidade da participação ou envolvimento das comunidades nos processos de tomada de decisões por forma a salvaguardar, principalmente os interesses das comunidades na política pública.

Na visão de (LEFF, 2011, p. 64),

A cultura ambiental enriquece as perspectivas da transição democrática, estabelecendo não só a preservação da diversidade cultural e biológica, mas apresentando um projeto de democracia direta, inscrevendo as demandas de participação da sociedade numa política plural e numa economia descentralizada.

Ainda para Leff (2011), os princípios da gestão ambiental do desenvolvimento abrem possibilidades promissoras aos povos do terceiro mundo para a construção de um projeto histórico diverso como seus ecossistemas e suas etnias, responsável pelo destino das gerações futuras e solidário com as exigências atuais de justiça social, erradicação da pobreza e melhoria da qualidade de vida das majorias, fundado no potencial oferecido pelo aproveitamento sustentável e equitativo de seus recursos naturais.

Falando da necessidade da ética e uma estratégia favorável a um desenvolvimento sustentável, Leff (2011) aponta que “a transição para um desenvolvimento sustentável não se fará por força da necessidade ou do instinto de sobrevivência da sociedade [...] os interesses e o poder são capazes de burlar os mais elementares princípios morais de convivência pacífica entre humanos”. Para Leff (2011), estas mudanças não serão alcançadas sem uma ampla estratégia política, orientada pelos princípios de uma gestão democrática do desenvolvimento sustentável, mobilizada pelas reformas do Estado e pelo fortalecimento das organizações da sociedade civil. Isto implica ética e uma cultura política que irão legitimando os direitos culturais e ambientais dos povos, constituindo novos atores e gerando movimentos sociais pela reapropriação da natureza.

É importante levar em consideração os mecanismos a serem criados para que a política pública seja implementada e, a partir daí surta os objetivos desejados. Segundo Silva (2009), as políticas públicas se desenvolvem num processo circular que vai da constituição de um problema que é incorporado às agendas governamentais, passando pela formulação de alternativas; adoção da política; implementação ou execução de programas sociais. Para Silva (2009) a implementação de programas sociais é “entendida como a fase de execução de serviços para o cumprimento de objetivos e metas pré-estabelecidas, tendo em vista obter os resultados pretendidos”. Esta constitui a fase mais abrangente e talvez mais complexa do processo das políticas públicas, de modo que dificuldades conceituais e empíricas impedem uma definição e distinção da implementação da própria política.

Na opinião de Santos (2009), as decisões tomadas no momento de implementação de programas sociais podem alterar o curso e as estratégias inicialmente estabelecidas, condicionando o próprio desenvolvimento do programa. Para NEPP/UNICAMP (1993) as decisões e os decisores são o foco central da implementação por expressarem conflitos e disputas por alternativas, ocorrendo momentos de afastamento ou aproximação em direção às metas, meios e estratégias estabelecidas. Na mesma análise, Mojane & Wildavisky (1984) afirmam que a implementação é parte da política, de modo que, a teoria da política é formulada tendo em vista sua execução e, como tal, irá sempre desenvolver e reformular a política, o que também coloca a implementação como avaliação.

Assim, a política pública se apresenta como um processo complexo que não depende simplesmente da sua formulação, mas também de um conjunto de fatores que vão tornar a sua implementação possível.

[...] uma política pública, desde a sua formação (formulação) envolve mobilização e alocação de recursos, divisão de trabalho (tempo); uso de controles (poder), interação entre sujeitos; interesses diversos, adaptações; riscos e incertezas sobre processos e resultados; noção de sucesso e fracasso, destacando-se a relevância dos sujeitos sociais desse processo e suas racionalidades. Assim, o processo das políticas públicas é assumido, nos seus diferentes movimentos, por uma diversidade de sujeitos que entram, saem ou permanecem no processo, sendo estes orientados por diferentes racionalidades e movidos por diferentes interesses, fazendo do desenvolvimento das políticas públicas um processo contraditório e não linear. Esses interesses são mediados pelo Estado, especificamente pelo sistema político, sendo que a constituição dos interesses é explicada diferentemente pelos três principais paradigmas da Ciência Política contemporânea.<sup>11</sup> (SILVA, 2009, p.6)

Para Correa, Pimenta e Arndt (2009) o setor do turismo representa hoje uma das maiores indústrias no cenário mundial, sendo considerada uma das mais importantes atividades econômicas em termos de geração de empregos, renda, representatividade no balanço de pagamentos, geração de impostos e captação e deslocamento de renda entre países. Segundo dados do *World Tourism Organization – WTO* (2001/2012) observou-se que as

---

<sup>11</sup> Para os **Pluralistas**, orientados pela matriz liberal, a constituição dos interesses tem como fundamento a racionalidade do indivíduo e os direitos naturais de liberdade e igualdade, sendo que o interesse social coincide com os interesses dos indivíduos na medida em que a busca de interesses próprios faz os indivíduos constituírem grupos de interesses ou de pressão, capazes de maximizarem o bem-estar coletivo. Para os **Marxistas** não existem interesses de indivíduos, mas da classe. Portanto, os interesses dependem do grupo fundamental no qual os indivíduos se inserem e a realização desses interesses requer ação política pela qual a classe se constitui enquanto tal. Para os **Institucionalistas** ou **Neo-institucionalistas**, orientados pela matriz weberiana, o Estado é capaz de constituir e defender interesses que se expressam em objetivos próprios, não decorrendo, necessariamente, nem de grupos nem de classes.

viagens internacionais aumentaram em 25 vezes desde os anos 1950. No ano 2000, a geração de renda oriunda do turismo internacional foi 200 vezes maior que na década de 1950. Em 2011 as receitas internacionais do turismo ultrapassaram USD\$ 1 trilhão pela primeira vez, acima dos USD\$ 928.000 milhões em 2010 (UNWTO, 2012).

A indústria do turismo, quando ajustada a uma política pública de desenvolvimento séria, possui a característica de promover, direta ou indiretamente, a integração de um conjunto de variáveis econômicas, sociais e ambientais, considerando o seu caráter transversal, além de associar boas práticas sociais em suas operações. Nessa linha de opinião, Correa, Pimenta e Arndt (2009) referem que as autoridades governamentais devem buscar integrar objetivos econômicos, sociais e ambientais em políticas e planejamento do turismo para promover um ambiente propício no intuito de potencializar o crescimento da atividade, tanto por iniciativas públicas quanto privadas.

Olhando para os atuais índices de crescimento do setor do turismo a escala mundial e a eminente preocupação de muitos países, principalmente do terceiro mundo, em apostar no turismo para o crescimento econômico, torna-se necessário levar em consideração os princípios ecológicos nos programas de desenvolvimento do turismo a partir de um conhecimento prévio do ambiente a ser colocado à disposição do uso turístico. Na opinião de Petrocchi (1998), a expansão do turismo deve ocorrer até o limite da capacidade territorial de receber visitantes, por isso se deve impor limites ao crescimento do turismo, pela preservação do meio ambiente, tanto do ponto de vista físico como do ponto de vista social. Para ele, preservar o ambiente é a única forma de garantir a sobrevivência em longo prazo da atividade turística.

Na necessidade de se garantir a qualidade ambiental nas localidades e regiões onde se investe no turismo, há que levar em consideração os custos de manutenção da natureza para garantir a sua longevidade. Ruschmann (2010) sugere a elaboração de um orçamento, considerando as receitas e as despesas provenientes dos fluxos turísticos, assim como dos investimentos e de seu funcionamento – de forma similar às taxas aplicadas às indústrias.

O Estado deveria conhecer e orientar os interesses da população, por meio de uma política de turismo adequada. Além da rentabilidade econômica do turismo, os interesses das populações, visando o seu desenvolvimento sociocultural, a proteção de sua qualidade de vida e a do seu meio ambiente deveriam ser prioritários na política. Na visão de Ruschmann (2010), “qualquer que seja o sistema econômico, social ou ideológico, e independentemente

do seu grau de desenvolvimento, a população tem o direito de favorecer-se de todos os benefícios e vantagens proporcionados pelo turismo”. Por isso, ela defende que o Estado deve cumprir uma série de obrigações a favor de um desenvolvimento ordenado dessa atividade, a fim de evitar seus impactos negativos nas comunidades e no meio natural. Deste modo, o Estado deve, segundo a autora, conceder ao turismo o lugar e a prioridade que merece no conjunto das atividades econômicas e sociais e, além de promulgar leis, deve elaborar previsões para as estruturas locais, regionais e nacionais de turismo, facilitando um desenvolvimento ordenado.

Segundo a OMT (1983), dentro do marco da gestão do desenvolvimento do turismo, o Estado tem as seguintes funções:

- Coordenação do conjunto multissetorial do turismo, que envolve bens, serviços e atividades de diversos outros setores. A função de coordenação supõe, também, a elaboração e a aplicação de uma política de turismo, cujas diretrizes contam com a aprovação e o apoio de todos os outros organismos públicos e privados, associações e empresários envolvidos na atividade.
- Legislação e regulamentação específica da atividade turística, com normas e regras válidas para localidades, regiões ou para toda a nação, visando a um desenvolvimento harmonioso do turismo.

As abordagens teóricas dos diferentes autores, apontam o Estado como responsável pela definição e implementação da política pública, com vista, a minimização dos impactos ambientais negativos da prática do turismo. Porém, a criação de políticas públicas não pode ser vista como uma solução mágica para os atuais problemas ambientais no processo de desenvolvimento do turismo. Não basta legislar, é importante que a legislação seja acompanhada por mecanismos que viabilizem os objetivos da política, levando em consideração as especificidades de cada lugar, quer ele seja do nível nacional, provincial ou municipal. Para lograr bons resultados da política são importantes, por exemplo, aspetos como, a definição de metas e ferramentas capazes de assegurar os objetivos, a alocação de recursos financeiros, materiais e humanos para viabilizar os objetivos, a integração do setor privado e a participação social nas ações de gestão pública, a descentralização da política, atribuindo maiores responsabilidades aos níveis locais (municipal ou distrital) que têm maior interação com o lugar e com as populações. Deste modo, é importante também, que a política seja acompanhada por planos específicos nos seus diferentes níveis de implementação, entre

nacional, provincial, distrital ou municipal. Há que se considerar também que, atualmente, uma legislação genérica e muito ampla não é aplicável em casos excepcionais e exclusivos da atividade. Por outro lado, a ética na gestão pública é fundamental para não se passar por cima dos princípios básicos de sustentabilidade socioambiental, ignorando a própria lei, para satisfazer os interesses da classe empresarial e garantir os ganhos econômicos imediatos.

Muitos dos subsistemas do turismo integram a ação de governos por meio de atribuições como estradas, saneamento básico, sistema educacional, segurança pública e saúde, além de serviços públicos como energia elétrica, correios, transportes, rodoviários e aeroportos. Desta forma, há uma necessidade dos governos criarem um ambiente favorável ao turismo, apoiando e estimulando iniciativas de produtividade e competitividade e, na mesma medida, criando uma estrutura legal favorável à proteção do meio ambiente e a melhoria de vida das populações.

Entretanto, é possível também, a partir da atividade turística, criar formas alternativas de desenvolvimento local que possam ter impacto positivo no meio ambiente natural. Por exemplo, pessoas que se dedicam a atividades predatórias podem abraçar atividades de incentivo ao turismo, contribuindo com a preservação. Desenvolve-se, por exemplo, o artesanato, substituindo outras atividades econômicas não sustentáveis.

## **2.2 Planejamento do turismo e gestão participativa**

O planejamento é um dos passos fundamentais para nortear qualquer programa de desenvolvimento, sendo importante, porém, a integração dos interesses sociais nesse processo. Correia, Pimenta e Arndt (2009), afirmam que o planejamento envolve a antecipação e a regulamentação das mudanças, estimulando o desenvolvimento adequado, de modo que se aumentem os benefícios sociais, econômicos e ambientais do processo real. Para os mesmo autores, no sistema de planejamento, busca-se eliminar incertezas e potencializar o crescimento do setor, implementando uma política organizada, dinâmica, planejada e com um processo de produtividade de longo prazo. Na perspectiva de Robbins (1978), o planejamento é a determinação antecipada dos objetivos a serem atingidos e dos meios pelos quais esses objetivos devem ser atingidos. É a decisão do que fazer, de como fazê-lo e de quem deverá fazê-lo.

[...] o planejamento turístico é um processo que analisa a atividade turística de um determinado espaço geográfico, diagnosticando seu desenvolvimento e

fixando um modelo de atuação mediante o estabelecimento de metas, objetivos, estratégias e diretrizes com os quais se pretende impulsionar, coordenar e integrar o turismo ao conjunto macroeconômico em que está inserido. Deve ser entendido como uma ação social, no sentido de que vai ser dirigido à comunidade e racional, na medida em que é um processo que tende a estabelecer e consolidar uma série de decisões com um alto grau de racionalização. (BISSOLI E MARQUES 2001, p. 33)

A participação social é um elemento chave no processo de planejamento, podendo desde modo, ser uma alternativa importante ao paternalismo e assistencialismo na gestão pública. A participação do cidadão no poder com plena colaboração, para Baracho (1995), configura-se como uma das principais características da democracia. Têm-se, pois, a liberdade e a democracia como requisitos indispensáveis ao exercício da cidadania.

Porém, para alguns teóricos simpatizantes da abordagem ecológico tecnocrata, é certo que a intervenção estatal, por meio de planejamento, torna-se indispensável para minimizar os efeitos nocivos dos processos de crescimento econômico. Nusdeo (1975) alerta para o fato de que não há verdadeiro progresso com a deterioração da qualidade de vida, assim como é ilusório qualquer desenvolvimento à custa de degradação ambiental. A meta principal desse planejamento deve, pois, ser a harmonização dos interesses econômicos e ecológicos.

Para atingir esse objetivo, Sachs (1986) destaca que o planejamento terá que ser participativo e político, o que o situa em oposição ao planejamento tecnocrático e pretensamente neutro, convencido de que o desenvolvimento se autoprivilegia e que, ademais, pode tornar-se ótimo tão-somente pela intervenção do escalão central.

Segundo Ruschmann (2010), o planejamento é fundamental e indispensável para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando, assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir. A autora defende que apenas as ações planejadas dentro de uma metodologia científica – com vistas a um desenvolvimento “sustentável” da atividade turística – poderiam conduzir a uma evolução favorável para os empreendedores, para as populações receptoras, para os turistas e, conseqüentemente, para todas as destinações.

Para Correa, Pimenta e Arndt (2009), diante dos impactos socioculturais positivos e negativos do turismo, percebe-se a importância de um planejamento adequado da atividade turística, de modo que os impactos negativos sejam minimizados, e os positivos, maximizados. Deste modo, torna-se sensato, levar em consideração que o turismo de uma ou

de outra forma terá impactos sobre o meio ambiente, como lembra (RODRIGUES, 1999, p. 29),

O ambiente seja ele natural ou artificial, é o ingrediente mais fundamental do produto turístico. Entretanto no momento em que a atividade turística acontece, o ambiente é inevitavelmente modificado, seja para facilitar o turismo ou durante o processo turístico. A preservação ambiental e os programas de melhoramento são agora fundamentais como estratégias de desenvolvimento.

Molina (2005) traz uma abordagem mais complexa, referindo que o planejamento é constituído por *diagnóstico* (análise e avaliação da situação histórica e atual do objeto que vai ser planejado); *prognóstico* (projeção da situação atual para o futuro. Somente a partir do diagnóstico pode-se estabelecer um prognóstico para qualquer atividade); *planos* (documentos que reúnem as orientações fundamentais que surgem do processo de planejamento. É no plano que se integra a filosofia do crescimento e do desenvolvimento de um país, região ou setor); *objetivos* (os fins, os propósitos ou as situações a que se deseja chegar); *metas* (as valorizações quantitativas dos objetivos. Entre os objetivos e as metas existe uma estreita relação, uma vez que a partir dos primeiros são formuladas as segundas); *estratégias* (os conjuntos delineamento que assinalam a forma em que se conseguem os objetivos. O conceito de estratégia indica que é a fase do processo de planejamento que orienta a respeito da forma em que os objetivos serão atingidos); *seleção de alternativas* (pressupõe a existência infinita de alternativas para atingir certos objetivos, apenas uma delas, ou uma determinada combinação de opções irá configurar a estratégia geral de desenvolvimento); *programas* (os documentos nos quais se detalha ou especifica a informação contida nos planos); *projetos* (constituem as unidades menores do planejamento. O processo se materializa ou concretiza nos projetos, ou seja, é neles que comprova a efetividade do esforço de planejamento) e *avaliação* (constante medição das vantagens e desvantagens das atividades implícitas no processo e dos resultados que o mesmo promove sobre o objetivo que se planeja. É uma fase que está presente de forma permanente nas demais fases do processo).

A abordagem apresentada por Molina, embora seja interessante, do ponto de vista de encadeamento das fases que constituem o processo de planejamento, falta-lhe a componente participativa que possa legitimar a interação e integração da sociedade. Na busca desta integração Derani (2001) defende que, instrumentos de participação direta da sociedade são necessários, ao afirmar que a atuação democrática concreta dos cidadãos é o que resta para

ocupar o lugar do pingue-pongue entre estatismo-liberalismo. Tais instrumentos devem possibilitar a consecução de um bem-estar social calcado no conceito de comunidade.

Para Ruschmann (2010), o turismo contemporâneo é um grande consumidor da natureza e sua evolução nas últimas décadas ocorreu como consequência da “busca do verde” e da “fuga” dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com os ambientes naturais durante seu tempo de lazer. Segundo a autora, as consequências do grande fluxo de pessoas nesses ambientes – extremamente sensíveis – fazem com que o planejamento do turismo se apresente como fundamental para evitar danos sobre os meios visitados e manter a atratividade dos recursos para as gerações futuras. Para Ruschmann (2010), a finalidade do planejamento consiste em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, dessa forma, os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem sua atratividade.

Por meio do planejamento participativo do turismo é possível preparar as comunidades, inserindo-as no processo de desenvolvimento do turismo, de forma que o turismo possa ser proveitoso para todos os envolvidos. Dai que Correia, Pimenta e Arndt (2009), defendem que “é necessário partir da busca pela valorização do potencial do lugar”. Para estes, a revitalização da autoestima da comunidade torna-se elemento-chave, pois os valores são resgatados e assim esses lugares criam suas identidades e aceitam o turismo. Assim sendo, pode se afirmar que o turismo só atingirá o desenvolvimento quando realmente forem implantados os princípios básicos de planejamento participativo, envolvendo os setores, público e privado e a sociedade. Correia, Pimenta e Arndt (2009), defendem que, para que o planejamento seja eficiente, é fundamental que a população seja inserida no processo para que se sinta parte do mesmo, pois mudanças serão necessárias, e a população só mudará seu jeito de ver o turismo, passando a aceitar a atividade, quando se sentir parte dele, se beneficiando com a atividade.

Segundo Correia, Pimenta e Arndt (2009), o turismo permite o deslocamento de pessoas entre cidades, regiões e países, gerando mudanças sociais, culturais, econômicas e ambientais no local de destino. A partir dessas mudanças surge a necessidade de orientar a atividade turística, pois as consequências positivas ou negativas surgirão em consequência do planejamento ou não dessa atividade. Na opinião de Ruschmann (2010), encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e o seu desenvolvimento

planejado, que preserve o meio ambiente, não é tarefa fácil, principalmente porque o controle da atividade depende de critérios, valores subjetivos de uma política ambiental e turística adequada que ainda não se encontrou em quase todos os países.

Embora, alguns teóricos afirmem que, a sustentabilidade depende de uma cidadania global, fundada na solidariedade, na diversidade, na democracia e nos direitos humanos, é a partir do local que as ações devem tomar forma. Vieira (2001) reforça esta visão ao afirmar que a cidadania deve se dar com raízes locais, mas com consciência global. Nesse contexto, os Estados devem gradualmente ir aceitando essa maior importância dos governos locais, como agentes democráticos imprescindíveis em conjunto com a sociedade civil. Como refere Dowbor (1999), “os espaços locais podem abrir uma grande oportunidade para a sociedade retomar as rédeas do seu próprio desenvolvimento”.

Na opinião de Santos (1995), aquilo que globaliza separa. É o local que permite a união. Isso significa que a transferência da cidadania para níveis mais amplos e distantes do cidadão faz com que ela se dilua no esquecimento, acabando com o espaço de expressão social do indivíduo. Na visão de Friedmann (1992), é essencial o *empowerment*, ou a recuperação, pelo espaço local, da cidadania. Essa concepção exige a mobilização a partir da base juntamente com a transformação do poder social em poder político. Esse “empoderamento” político pode ocorrer a partir do momento em que as aspirações da sociedade se voltam das preocupações privadas para as coletivas, envolvendo a luta por inclusão e o aumento das oportunidades de autodesenvolvimento. Deste modo, é importante investir-se no reforço da autonomia municipal, visando garantir uma gestão coerente. Por meio deste reforço a administração local pode assumir o papel de catalisadora das forças locais em torno dos objetivos da comunidade e por sua vez a comunidade organizada em torno de seus interesses contribuiria para a estabilização do próprio governo central, no que se refere à participação social.

A educação passa a ter fundamental importância para o desenvolvimento do turismo. Deste modo, é imprescindível que primeiro se trabalhe com a educação da comunidade para que a partir daí se desenvolva um planejamento turístico em conjunto com ela, visando incluir seus interesses e suas necessidades. Pode-se pensar na formação de gestores locais, com vista a garantir o conhecimento técnico, científico e humano dos atores participantes nos diversos processos, promovendo o desenvolvimento local e a mobilização social. Por sua vez estes atores iriam apoiar no processo de interação e integração entre a comunidade e entidades

públicas e privadas, garantindo deste modo a sua participação efetiva. Por outro lado, levando em consideração que o Estado pode atuar de forma excludente, priorizando o econômico e negligenciado o exercício da responsabilidade partilhada, torna-se importante o papel dos movimentos sociais, que para o caso particular de Moçambique, a sua ação ainda não se faz sentir.

No contexto atual, a qualidade de uma destinação turística vem sendo avaliada com base na originalidade de suas atrações ambientais e no bem-estar que elas proporcionam aos visitantes. Porém, em vários países o *marketing* ambiental passa, assim, a constituir uma importante arma para os responsáveis pela oferta turística das localidades receptoras. Desta forma, o desafio que se coloca é a necessidade de controlar o crescimento quantitativo dos fluxos turísticos, uma vez que os ecossistemas sensíveis ficam irremediavelmente comprometidos quando se ultrapassam os limites de sua capacidade de carga.

### **2.3 Sustentabilidade e Meio Ambiente**

Considera-se o meio ambiente a base natural sobre a qual se estruturam as sociedades humanas. O ar, a água, o solo, a flora e a fauna dão o suporte físico, químico e biótico para a permanência das civilizações humanas sobre o planeta. Para Acselard (1992), ao longo dos diferentes estágios de sua evolução histórica, estas civilizações modificaram o meio natural: alimentaram-se de outras espécies, domesticaram plantas e animais, artificializaram a natureza para assegurar a existência biológica dos indivíduos e a reprodução de sua organização social.

A partir de 1992 a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio/92, elevou o conceito de sustentabilidade a patamares globais. As Nações Unidas (Comissão de Desenvolvimento Sustentável e Conselho de Presidentes para o Desenvolvimento Sustentável), a Comunidade Europeia (Programa de Política e Ação em Relação ao Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) e a Holanda (*Sustainable Netherlands*) são alguns exemplos segundo Nobre (2002).

Aponta Acselard (1992) que, ao fornecer a moldura e a substância para o desenvolvimento das sociedades, a natureza foi sendo pouco a pouco associada à ideia de habitat, de casa onde mora o conjunto da espécie humana. A associação desta à ideia de morada da espécie humana nos ajuda a entender o meio ambiente como um espaço comum,

habitado por distintos indivíduos, grupos sociais e culturas. Acselard (1992), defendendo a sua visão do ambiente como bem comum, afirma que, compartilhados por todos, o ar, as águas e os solos podem ser entendidos como bens coletivos, cujo uso por alguns pode afetar o uso que deles é feito por outros. A qualidade do ar que cada indivíduo respira é afetada pelas emissões gasosas que todas as atividades humanas provocam. O tipo de uso que os agricultores fazem do solo, afeta o lençol freático e a qualidade das águas disponíveis para o consumo humano, tanto de agricultores como de não agricultores. A destruição da cobertura florestal pode alterar o microclima de uma região, e assim por diante.

Nesse sentido, Acselard (1992), aponta que o que se verifica em escala local transpõe-se também para a escala do planeta: a biosfera é um espaço coletivo de cujo equilíbrio sensível à ação modificadora dos homens depende a existência de indivíduos e comunidades. A ação modificadora do homem sobre a natureza, no espaço de uma nação, pode provocar alterações ambientais para além de suas fronteiras. Inúmeras atividades de caráter local têm implicações sobre o equilíbrio global do planeta. A biosfera caracteriza-se, assim, como espaço de interação global das sociedades humanas.

A sustentabilidade como um novo paradigma é uma concepção muito ampla, pois leva em conta a relação de todas as atividades econômicas, científicas e tecnológicas com o meio ambiente, em escala planetária. Correia, Pimenta e Arndt (2009) apontam que a sustentabilidade significa política e estratégia de desenvolvimento econômico, social e cultural contínuos, sem prejuízo do meio ambiente (inclusive dos recursos naturais) e do homem. Desse desenvolvimento depende a continuidade da vida, da atividade humana, da capacidade dos animais e das plantas de se reproduzirem ao longo do tempo.

Como meio ambiente “entende-se a biosfera, isto é, as rochas, a água e o ar que envolve a terra, juntamente com os ecossistemas que eles mantêm” (HOLDER, 1991). Esta definição inclui também os recursos construídos pelo homem, tais como casas, cidades, monumentos históricos, sítios arqueológicos, e os padrões comportamentais das populações – folclore, vestuário, comidas e o modo de vida em geral – que as diferenciam de outras comunidades.

Não se pode falar de meio ambiente sem citar também a importância da qualidade de vida da população que vive em um ambiente, fundamentada no respeito aos seus valores sociais e culturais, aliada a uma prática econômica que permita a essas populações ter condições dignas de sobrevivência e um meio ambiente natural ecologicamente conservado, para si e para as próximas gerações (BRASIL: MITUR – AVT/IAP – NT/USP).

De acordo com a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 306:2002: “Meio Ambiente é o conjunto de condições, leis, influencia e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Evidente que a sustentabilidade é apresentada como um conceito complexo, no sentido que abriga a objetividade que não deve excluir de sua análise o espírito humano, o sujeito individual, a cultura e a sociedade. Neste sentido, é importante que a responsabilidade social seja integrada no conceito da sustentabilidade. Para Correia, Pimenta e Arndt (2009) responsabilidade social “é o compromisso contínuo da empresa em adotar a ética do desenvolvimento social, sustentada sobre o tripé da qualidade de vida, inclusão social e respeito ao homem, a natureza e as gerações futuras”. Estes defendem ainda que nela, estão presentes a responsabilidade ambiental e a responsabilidade cultural. A responsabilidade ambiental não se limita ao compromisso voltado para a natureza (flora, fauna, ar e água), mas cada vez mais se funde com a responsabilidade cultural, no que se refere à compreensão estratégica dos recursos culturais, históricos e sociais para o desenvolvimento humano. Não se deve poluir a praia, o ambiente, assim como não se pode degradar o patrimônio histórico, os modos de vida e as culturas.

Para Leff (2011), a sustentabilidade aparece como uma necessidade de restabelecer o lugar da natureza na teoria econômica e nas práticas do desenvolvimento, internalizando condições ecológicas da produção que assegurem a sobrevivência e um futuro para a humanidade. Este ressalta ainda que a superexploração dos ecossistemas que os processos produtivos mantinham no silêncio, desencadeou uma força destrutiva que em seus efeitos sinérgicos e acumulativos gera as mudanças globais que ameaçam a estabilidade e a sustentabilidade do planeta.

Ao falar da sustentabilidade é inevitável trazer a abordagem sobre o desenvolvimento sustentável. Como lembra Guimarães (1997), a percepção da relação entre problemas do meio ambiente e o processo de desenvolvimento se legitima pelo surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável.

O debate sobre o desenvolvimento e desenvolvimento sustentável é bastante controverso, havendo várias correntes de opinião divergentes sobre a sua abordagem. Esse debate torna-se mais polêmico quando se procura associar a ideia de desenvolvimento ao crescimento econômico. Segundo Veiga (2005), até o início dos anos 1960, não se sentiu

muito a necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico, pois as poucas nações desenvolvidas eram as que se tinham tornado ricas pela industrialização. De outro lado, os países que haviam permanecido subdesenvolvidos eram os pobres, nos quais o processo de industrialização era incipiente ou nem havia começado.

A essa ideia de desenvolvimento como crescimento econômico e industrialização, adicione-se as ideias, a seguir, descritas por Bateson (1987), como dominantes em nossa sociedade desde a Revolução Industrial: o homem contra o ambiente; o homem contra outros homens; o que importa é o indivíduo (ou a empresa individual); podemos ter um controle unilateral sobre o ambiente e temos que nos esforçar para consegui-lo; o determinismo econômico é algo de sentido comum; a tecnologia e a especialização se encarregarão de consertar o resto.

O reflexo dessas ideias pode estar por detrás da atual crise socioambiental, à qual estão relacionados diversos impactos negativos como a extinção de recursos naturais, a poluição do ambiente natural e consequente deterioração da qualidade de vida, a pobreza, a miséria, a má distribuição de renda, a devastação dos recursos naturais, entre outros, que ocorrem tanto em países desenvolvidos, como em desenvolvimento. Esta crise socioambiental originou a discussão acerca dos limites do crescimento e a conservação dos recursos necessários ao seu desenvolvimento, bem como acerca da construção de um novo modelo de desenvolvimento que equilibre estes dois elementos sem por em causa nenhum deles, muito menos, a existência do homem.

De acordo com Veiga (2005) existem três correntes de discussão sobre o que vem a ser desenvolvimento:

- O desenvolvimento como crescimento econômico, que é considerada uma visão simplista, porém dominou a ideia de desenvolvimento por um longo período;
- O desenvolvimento como ilusão, crença, mito, ou manipulação ideológica, que parte de uma visão mais antropológica e de uma discussão do papel do mito nas sociedades contemporâneas; e,
- O chamado caminho do meio, que segundo o autor seria a alternativa mais difícil de explicar, e que de forma simplificada entende o desenvolvimento como crescimento econômico aliado a um projeto social subjacente.

As duas primeiras abordagens parecem ser descartadas atualmente: a primeira mostra-se insuficiente e a segunda nos coloca diante da não necessidade de discussão do tema, mas sim

de discutir o papel dos mitos na sociedade. A terceira visão associa o desenvolvimento ao crescimento econômico com desenvolvimento social e melhoria da qualidade de vida. Esta proposta assemelha-se, de certa forma, ao que se convencionou chamar desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável tornou-se um dos paradigmas mais discutidos desde o final do século XX. A construção desse novo modelo vem sendo moldada desde o início da década de 1970, quando Ignacy Sachs, em 1973, sugeriu o termo **ecodesenvolvimento**, como termo de compromisso que tentava conciliar o aumento da produção com a preservação dos ecossistemas necessários para manter as condições de habitabilidade na Terra. Todavia, segundo Bellen e Naredo (2005/1997) o termo não se manteve por razões e interesses diversos, dando lugar, anos mais tarde, ao chamado **desenvolvimento sustentável**.

O desenvolvimento sustentável, que algumas correntes de opinião o consideram de impreciso e ambíguo, sua definição mais conhecida foi proposta no Relatório Nosso Futuro Comum, da Organização das Nações Unidas. Neste relatório o desenvolvimento sustentável é entendido como “aquele que permite satisfazer nossas necessidades atuais sem comprometer a capacidade de satisfazer as necessidades das gerações futuras” (*WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT*, 1987, p. 43). Esta definição, a mais consagrada do desenvolvimento sustentável, chama atenção, segundo Santos (1996), para duas premissas fundamentais: a primeira que as necessidades básicas de sobrevivência de toda população sejam atendidas, a segunda, que os recursos naturais são finitos e parte deles não são renováveis. De acordo com Buarque (2008), tal compreensão passou a exigir que novas políticas e posturas buscassem alterar o modelo de desenvolvimento baseado na exploração intensa dos recursos e na distribuição desigual dos mesmos e, a partir de então, o conceito de desenvolvimento sustentável foi se tornando mais complexo.

O Desenvolvimento sustentável na visão de Guimarães (2001) trata-se de uma nova ética, na qual os seres humanos constituem o centro do processo de desenvolvimento, que deve ser ambientalmente sustentável no acesso e no uso dos recursos naturais; socialmente sustentável na redução da pobreza e das desigualdades sociais, com respeito à dignidade humana promovendo justiça e equidade; culturalmente sustentável na conservação dos sistemas de valores, práticas e símbolos de identidade – demarcação e autonomia territorial, gênero, religiosidade, dimensões estéticas e espirituais, etc.; e politicamente sustentável ao aprofundar a democracia e garantir o acesso e a participação de todos nas decisões de ordem política. Esta

visão de Guimarães mostra-se mais generalista, tentando trazer todos os elementos e dimensões fundamentais para se garantir o desenvolvimento sustentável, salientando a ética e a participação nas decisões políticas.

A relação entre desenvolvimento e meio ambiente é considerada hoje o ponto central na compreensão dos problemas ecológicos. Daí, Bellen (2006) afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável trata especificamente de uma nova maneira de a sociedade se relacionar com seu ambiente de forma a garantir a sua própria continuidade e a de seu meio externo.

Para Costanza (1991) o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser inserido na relação dinâmica entre o sistema econômico humano e um sistema maior, com taxa de mudança mais lenta, o ecológico. Para ser sustentável essa relação deve assegurar que a vida humana possa continuar indefinidamente, com crescimento e desenvolvimento da sua cultura, observando-se que os efeitos das atividades humanas permaneçam dentro de fronteiras adequadas, de modo a não destruir a diversidade, a complexidade e as funções do sistema ecológico de suporte à vida.

Por sua vez, Bellen (2006) chama atenção a não descuidar pequenos detalhes ao afirmar que a questão da ênfase da componente social no desenvolvimento sustentável está refletida no debate que ocorre sobre a inclusão ou não de medidas sociais na definição. Esse debate aparece em função da variedade de concepções de sustentabilidade que contêm componentes que não são usualmente mensurados, como o cultural e o histórico.

Para Dhl (1997), o termo desenvolvimento sustentável é claramente um conceito carregado de valores, e existe uma forte relação entre os princípios, a ética, as crenças e os valores que fundamentam uma sociedade ou comunidade e sua concepção de sustentabilidade. O autor aponta que um dos problemas do conceito refere-se ao fato de que a sociedade deve saber para onde quer ir para que depois se possa medir se esses objetivos ou direção estão sendo seguidos ou alcançados. Por sua vez, Bossel (1999) afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser dinâmico. Para ele a sociedade e o meio ambiente sofrem mudanças contínuas, as tecnologias, culturas, valores e aspirações se modificam constantemente e uma sociedade sustentável deve permitir e sustentar essas modificações.

Em termos gerais, para Hardi e Zdan (2000) a ideia de sustentabilidade está ligada à persistência de certas características necessárias e desejáveis de pessoas, suas comunidades e organizações, e os ecossistemas que as envolvem, dentro de um período de tempo longo

indefinido. Na opinião destes, para atingir o progresso em direção à sustentabilidade deve-se alcançar o bem-estar humano e dos ecossistemas, sendo que o progresso em cada uma dessas esferas não deve ser alcançado à custa da outra. Os mesmos autores realçam que o desenvolvimento sustentável, não é um estado fixo, harmonioso; ao contrário, trata-se de um processo dinâmico de evolução. Para Cavalcanti (1997), um dos princípios que está por trás de qualquer política que promova o desenvolvimento sustentável é que o desenvolvimento implica, em menor ou maior grau, alguma forma de degradação do meio ambiente.

Para Rutherford (1997) deve-se olhar para o problema em diferentes perspectivas. As principais esferas são, em sua opinião, a econômica, a ambiental e a social. Por sua vez, Sachs (1997) afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta cinco dimensões: sustentabilidade social, econômica, ecológica, geográfica e cultural. O conceito de desenvolvimento sustentável, observado a partir da perspectiva econômica, segundo Rutherford (1997), vê o mundo em termo de estoques e fluxo de capital. Para Bellen (2009) na verdade, essa visão não está restrita apenas ao convencional capital monetário ou econômico, mas está aberta a considerar capitais de diferentes tipos, incluindo o ambiental e/ou natural, capital humano e capital social. Para os economistas o problema da sustentabilidade se refere à manutenção do capital em todas as suas formas. Na sustentabilidade observada da perspectiva social a ênfase é dada à presença do ser humano na ecosfera. A preocupação maior é com o bem-estar humano, a condição humana e os meios utilizados para aumentar a qualidade de vida dessa condição. Para Rutherford (1997), na sustentabilidade da perspectiva ambiental a principal preocupação é relativa aos impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente.

Para Sachs (1997), o conceito de desenvolvimento sustentável refere-se a uma nova concepção dos limites e ao reconhecimento das fragilidades do planeta, ao mesmo tempo em que enfoca o problema socioeconômico e da satisfação das necessidades básicas das populações. Segundo Bellen (2009), o desenvolvimento sustentável força a sociedade a pensar em termos de longo prazo e reconhecer o seu lugar dentro da biosfera. O conceito fornece uma nova perspectiva de se observar o mundo e ela tem mostrado que o estado atual da atividade humana é inadequado para preencher as necessidades vigentes. Além disso, está ameaçando seriamente a perspectiva de vida das futuras gerações. Bellen (2009) afirma ainda que os objetivos do desenvolvimento sustentável desafiam as instituições contemporâneas.

Elas têm reagido às mudanças globais relutando em reconhecer que esse processo esteja realmente ocorrendo.

Na perspectiva futurista de Leff (2011) o desenvolvimento sustentável exige novos conhecimentos interdisciplinares e o planejamento intersetorial do desenvolvimento; mas é, sobretudo, um convite à ação dos cidadãos para participar na produção de suas condições de existência e em seus projetos de vida. Frisa ainda que o desenvolvimento sustentável é um projeto social e político que aponta para o ordenamento ecológico e a descentralização territorial da produção, assim como para a diversificação dos tipos de desenvolvimento e dos modos de vida das populações que habitam o planeta. Neste sentido, oferece novos princípios aos processos de democratização da sociedade que induzem à participação direta das comunidades na apropriação e transformação de seus recursos ambientais.

O desenvolvimento sustentável converte-se num projeto destinado a erradicar a pobreza, satisfazer as necessidades básicas e melhorar a qualidade de vida da população. A gestão ambiental não se limita a regular o processo econômico mediante normas de ordenamento ecológico, métodos de avaliação de impacto ambiental e instrumentos econômicos para a valorização dos recursos naturais. Dai, para Leff (2011) os princípios de racionalidade ambiental oferecem novas bases para construir um novo paradigma produtivo alternativo, fundado no potencial ecológico, na inovação tecnológica e na gestão participativa dos recursos; uma nova racionalidade social que amalgama as bases democráticas e os meios de sustentabilidade do processo de desenvolvimento.

Leff (2011) vai mais longe ao afirmar que a sustentabilidade do processo de desenvolvimento implica o reordenamento dos assentamentos urbanos e o estabelecimento de novas relações funcionais entre o campo e a cidade. Desta forma, para ele, além das operações entre crescimento econômico, conservação ecológica e preservação do ambiente, ou entre desenvolvimento urbano e rural, promovem-se novas economias sustentáveis, baseadas no potencial produtivo dos sistemas ecológicos, nos valores culturais e numa gestão participativa das comunidades para um desenvolvimento endógeno autodeterminado. Uma recomendação de sucesso a ser considerada na opinião de Leff (2011) é que para levar esta proposta a níveis concretos de ação será preciso incorporar esta visão produtiva aos programas de “desenvolvimento social”. Na sua análise, além de seu caráter assistencial de fazer frente aos impactos do desemprego, da marginalização e da pobreza, os programas de “solidariedade” e “aproveitamento integral dos recursos” devem promover o desenvolvimento das capacidades

produtivas das comunidades. Neste sentido, poderão integrar-se os projetos produtivos das comunidades rurais e urbanas, fundados em suas capacidades de autogestão, com programas nacionais de ordenamento ecológico do território e descentralização econômica.

A ter que se observar esta visão, abre-se a possibilidade de passar das políticas de conservação, descontaminação e restauração ecológica, e dos programas de desenvolvimento social que incluem o alívio da pobreza dentro das políticas de recuperação econômica, para uma economia sustentável, fundada em princípios de racionalidade ambiental. Deste modo, as economias locais e regionais baseadas no manejo produtivo dos recursos, na complementação da oferta ambiental de diferentes ecossistemas e na integração de mercados regionais tornar-se-ão mais fortalecidas. Desta forma, estas economias locais sustentáveis poderão articular-se estrategicamente à economia de mercado, contrapondo, os princípios de racionalidade ambiental aos de racionalidade econômica.

Qualquer atividade socioeconômica tem algum tipo de impacto ao meio ambiente, seja ele de maior ou menor escala. Muitos dos países do terceiro mundo, como é o caso de Moçambique, ainda estão na fase de adaptação e adequação dos princípios de sustentabilidade nos seus programas de desenvolvimento. Para se garantir os princípios básicos da sustentabilidade é importante que se passe primeiro por uma conscientização ambiental da sociedade no geral, baseada em princípios éticos na relação entre o homem e o meio ambiente. O uso dos recursos naturais é, sem dúvidas, uma das alternativas para países, principalmente em desenvolvimento, alcançarem um rápido crescimento econômico. Porém, o importante é que esta necessidade de crescer seja mediada por princípios de sustentabilidade ambiental, garantindo a manutenção do potencial presente nos diversos ecossistemas, ao mesmo tempo se mantendo a sua deterioração em um nível mínimo. Esta manutenção passa pelo equilíbrio entre os diferentes interesses, entre econômicos, sociais, políticos e ambientais, na base de uma gestão pública participativa, onde a comunicação entre o público, privado e a sociedade seja permanente nas decisões políticas e os interesses socioambientais sejam tratados com prioridade.

## **2.4 Impactos Socioambientais do Turismo nas Comunidades Receptoras**

Embora, o turismo seja mundialmente considerado como uma atividade econômica promissora, o mesmo tem provocado à natureza sérios problemas que poderão comprometer a

própria atividade turística e a todas as outras atividades comerciais e sociais a ele agregadas como um todo. Segundo Dias (2003), o turismo foi, durante muito tempo, considerado uma atividade econômica limpa, não poluente, geradora de amplo leque de oportunidades. Contudo, como toda atividade que envolve pessoas e o meio ambiente que as rodeia, o turismo impacta positiva e negativamente todo seu entorno. Estes impactos podem ser ambientais, econômicos e socioculturais.

Nos últimos anos o turismo se tornou uma atividade crescente, mas seu crescimento desordenado tem provocado danos às paisagens, as populações nativas e ao meio ambiente das regiões turísticas. Falando desta visão dualista do turismo, Becker (2005), defende que o turismo é híbrido, já que ele é, ao mesmo tempo, um enorme potencial de desenvolvimento e um enorme potencial de degradação socioambiental. Para a “Secretária Geral da WWF-Brasil, HAMU” (2004), o turismo pode contribuir sensivelmente para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de amplas regiões e, ao mesmo tempo, em poucos anos, pode degradar o ambiente natural, as estruturas sociais e a herança histórico-cultural dos povos. Para Ruschmann (2010), a inter-relação entre o turismo e o meio ambiente é incontestável, uma vez que este último constitui a matéria-prima da atividade. A autora defende que o contato com a natureza constitui, atualmente, uma das maiores motivações das viagens de lazer e as consequências do fluxo em massa de turistas para esses locais – extremamente sensíveis, tais como as praias e as montanhas – devem necessariamente ser avaliadas e seus efeitos negativos, evitados, antes que esse valioso patrimônio da humanidade se degrade irremediavelmente.

De acordo com (RUSCHMANN, 2010, p 33-34),

Os impactos do turismo referem-se a gama de modificações ou à sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras. As variáveis que provocam os impactos têm natureza, intensidade, direções e magnitude diversas; porém, os resultados interagem e são geralmente irreversíveis quando ocorrem no meio ambiente natural.

Ruschmann (2010) defende que os impactos têm origem em um processo de mudança e não constituem eventos pontuais, resultantes de uma causa específica, como, por exemplo, um equipamento turístico ou um serviço. Eles são consequência de um processo complexo de interação entre turistas, as comunidades e os meios receptores. Para ela, as vezes, tipos similares de turismo provocam impactos diferentes, de acordo com natureza das sociedades nas quais ocorrem.

Os efeitos adversos do turismo têm implicação global, agindo direta ou indiretamente sobre todas as regiões do planeta. Defendendo esta visão, Gossling (2002) refere que as mudanças ambientais iniciadas localmente pelo turismo têm consequências globais e agem a nível físico como psicológico. O mesmo autor defende que os cinco maiores setores de alterações ambientais globais identificadas pela atividade turística são: as mudanças da cobertura vegetal e do uso do solo; aumento de consumo de energia, substituição biótica e extinção de algumas espécies; transformações e dispersão de doenças e também mudanças na percepção e entendimento do meio ambiente através das viagens.

“Essas mudanças têm transformado o turismo no mais importante fator causador de impactos negativos nos sensíveis ambientes costeiros e marinhos” (FERNANDES, 2010, p. 34). Deste modo, a atividade turística, principalmente na zona costeira vem se tornando uma atividade impactante, tanto a nível cultural, social e ambiental, já que o ecossistema litorâneo atrai grandes quantidades de população. Macedo *et al* (1999) acrescentam que para dar resposta ao turismo, as alterações na paisagem litorânea são as mais diversas, tanto a nível paisagístico como ambiental e social. No nível ambiental, os impactos, são os mais variados, podendo ser destacado desde a poluição do mar, perdas da biodiversidade até a descaracterização paisagística provocada pela ocupação de equipamentos turísticos e expansão urbana na zona costeira.

Socialmente, os locais de destino também sofrem fortes impactos do turismo e o modo de vida dos visitantes, é um dos causadores dos maiores impactos nos usos e costumes tradicionais da população local. Isto tem levado a cultura local a um processo de transformação e degradação constante, onde as populações locais tendem a mudar o seu cotidiano, e, nessa mudança, os hábitos do turista se sobrepõem às tradições locais e à própria identidade da comunidade. Este fenómeno se faz sentir através da desorganização da vida social e cultural das localidades turísticas, traduzidas em novos hábitos de consumo e necessidades monetárias, o abandono das atividades produtivas tradicionais, abandono da escolaridade e a prostituição infantil para menores de idade.

Tommasi (1993:19) considera as transformações ambientais e sociais, como impactos ambientais e as define como “uma alteração física ou funcional em qualquer componente ambiental, podendo ser favorável ou desfavorável ao ecossistema ou à sociedade humana”. Defende ainda que essa alteração pode ser qualificada e, muitas vezes, também quantificada.

Para *Federal Environmental Assessment Review Office* (FEARO *apud* TOMMASSI), impactos ambientais são,

[...] processos que perturbam, descaracterizam, destroem características, condições ou processos no ambiente natural; ou que causam modificações nos usos instalados, tradicionais, históricos, do solo e nos modos de vida ou saúde de segmentos da população humana; ou que modifiquem de forma significativa, opções ambientais (FEARO *apud* TOMMASSI, 1993, p. 14).

O turista é um ator a considerar na sua interação com o meio ambiente, que tem se mostrado muitas vezes insustentável. Para Ruschmann (2010) a falta de “cultura turística<sup>12</sup>” dos visitantes faz com que eles se comportem de forma alienada em relação ao meio que visitam – acreditam que não têm nenhuma responsabilidade na preservação da natureza e da originalidade das destinações. Entendem que seu tempo livre é sagrado, que têm direito ao uso daquilo pelo qual pagaram e que, além disso, permanecem pouco tempo – insuficiente, no seu entender, para agredir o meio natural.

A autora defende que os equipamentos e serviços instalados para atender o turismo de massas provocam uma série de efeitos negativos sobre o meio ambiente: a destruição da cobertura vegetal do solo, a devastação das florestas, a erosão das encostas, a ameaça de extinção de várias espécies de fauna e da flora, a poluição sonora, a visual e a atmosférica, além da contaminação das águas de rios, lagos e oceanos. Deste modo, para Ruschmann (2010) “torna-se imprescindível estimular o desenvolvimento harmonioso e coordenado do turismo; se não houver equilíbrio com o meio ambiente, a atividade turística comprometerá sua própria sobrevivência”.

Quanto aos custos do “consumo da natureza”, Ruschmann (2010) postula que se registram poucos casos em que essa questão é considerada. Para ela, os empresários constatarem a existência de um mercado, classificam a demanda e adaptam a oferta a ela e, mercadologicamente, avaliam suas oportunidades dentro de concorrência bastante acirrada. Enquanto isso, os profissionais do turismo não se julgam responsáveis pelos danos ao meio ambiente, pois estão integralmente engajados na venda dos produtos e, no seu entender, já arcam com custos promocionais bastante elevados.

---

<sup>12</sup> Cultura turística pode ser entendida como o conjunto de boas práticas de responsabilidade e sustentabilidade do turista em relação ao local visitado. O Art. 1 do Código Mundial de Ética do turismo, parágrafo 1.5, estabelece que, os turistas e visitantes devem evitar, quando de seus deslocamentos, praticar atos criminosos ou considerados delituosos pelas leis do país visitado, bem como comportamentos considerados chocantes ou que firam as populações locais, ou ainda suscetíveis de atentar contra o meio ambiente local.

Com isso, a atividade turística insere um novo valor a paisagem, que segundo Coriolano (1998:114), “a paisagem se transforma como um dos principais atrativos turísticos, decorrendo dela o chamado turismo de paisagem, turismo de natureza ou turismo litorâneo”. Segundo o autor, isto acontece porque ninguém resiste aos encantos, às emoções e aos prazeres provenientes da contemplação das belezas naturais. Sobre isto, Almeida (1999) acrescenta que para tal propósito, a natureza, em especial as unidades naturais específicas do litoral, tornou-se o recurso turístico mais explorado pelo capitalismo, a partir da segunda metade do século passado.

Os impactos socioculturais do turismo são analisados no geral pelo seu lado negativo, porém, o turismo pode contribuir de forma positiva ao promover o contato entre comunidades diferentes. Dentre os benefícios provenientes da atividade turística, destacam-se a recuperação e a conservação de valores culturais, principalmente quando a cultura local é parte dos atrativos turísticos; a melhoria das condições de vida nas comunidades e nas instalações sanitárias da localidade turística; a abertura de oportunidades de emprego e de negócio para as comunidades e o aumento da tolerância social entre culturas e classes diferentes, quando se insere na gestão turística um modelo participativo envolvendo o setor público, privado e a sociedade. Dentre os impactos negativos, podem-se citar as transformações ou desaparecimento da cultura local quando a comunidade copia a cultura do turista; o turismo de massa que não permite a existência de um verdadeiro intercâmbio cultural entre os turistas e os moradores do local.

## **2.5 Tratados Internacionais e Sustentabilidade socioambiental do Turismo**

Se pensarmos na história da humanidade, observaremos que a noção de natureza como um bem é muito recente. A água, o ar e até mesmo o solo foram tidos como “coisas de ninguém” – *res nullius* – durante longo período da existência humana sobre o Planeta Terra. Com a industrialização, a concentração de pessoas no meio urbano e, a produção fabril crescente surgiu a ideia de um meio ambiente, um entorno que necessitava ser protegido. Pinheiro (2008) afirma que para se materializar essa proteção, o meio ambiente passou à categoria de “bem” – hodiernamente chamado de “bem ambiental”. A partir de então, com as crescentes lesões que vem sofrendo, o meio ambiente passou a ficar cada vez mais em foco

nas discussões do mundo globalizado, na sociedade atual, que clama por soluções, no sentido da manutenção de um meio ambiente saudável para presentes e futuras gerações.

É importante que a responsabilidade na preservação do meio ambiente seja partilhada por todos os atores envolvidos naquele meio onde a atividade se desenrola. Procurando atribuir a responsabilidade sobre o setor privado do turismo e não só, a ISO 14001 (ONU, 2004) trata o meio ambiente como “circunvizinhança em que uma organização opera, incluindo-se ar, água, solo, recursos naturais, flora fauna, seres humanos e suas inter-relações”. Neste sentido, uma organização é responsável pelo meio ambiente que a cerca, devendo, portanto, respeitá-lo, agir como não poluente e cumprir as legislações e normas pertinentes, que para efeito cabem ao setor público a sua formulação.

A partir dos tratados internacionais os Estados são obrigados a cumprir uma série de normas com uma visão global, embora a sua aplicação seja dentro das fronteiras nacionais de cada Estado. O Direito dos tratados é parte fundamental do direito internacional público e até início do século XX foi de natureza consuetudinária fundado em princípios gerais, em especial o *pacta sunt servanda*<sup>13</sup> e o da boa fé.

Tratado Internacional é neste sentido, todo acordo formal concluído entre sujeitos de direito internacional público, e destinado a produzir efeitos jurídicos. O tratado internacional é, segundo Scelle (1932), “um instrumento identificável por seu processo de produção e pela forma final, não pelo conteúdo”. A Convenção de Viena sobre Direitos de Tratados (1969) conceitua-o como "acordo internacional celebrado por escrito entre Estados e regido pelo direito internacional, constante de um instrumento único ou de dois ou mais instrumentos conexos qualquer que seja sua denominação particular" (art. 2º, I, alínea "a").

Existem vários tratados internacionais criados e ratificados por diferentes países para o bem do meio ambiente a escala global nos diferentes setores de atividade socioeconômica. No âmbito do turismo um dos tratados fundamentais para o desenvolvimento de um turismo sustentável a escala planetária é o Código Mundial de Ética do Turismo (CMET), que faz síntese de vários instrumentos normativos num só documento.

---

<sup>13</sup> PACTA SUNT SERVANDA é o **Princípio da Força Obrigatória**, segundo o qual o contrato obriga as partes nos limites da lei. É uma regra que versa sobre a vinculação das partes ao contrato, como se norma legal fosse, tangenciando a imutabilidade. É um princípio base do [Direito Civil](#) e do [Direito Internacional](#). A expressão significa “os pactos devem ser cumpridos”. (CONVENÇÃO DE VIENA, 1969)

### 2.5.1 O Código Mundial de Ética do Turismo

A preparação do código mundial de ética do turismo advém da resolução 364 (XII) adotada na Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo (OMT), em Istambul, em 1997. Este é, por conseguinte, a coroação de um completo processo de consulta. Os dez artigos que o compõem foram aprovados por unanimidade na Assembleia geral da OMT realizada em Santiago do Chile, em Outubro de 1999, ele foi elaborado fazendo referencia a dezoito instrumentos internacionais entre tratados, convenções, declarações, pactos, acordos e resoluções.

O Código Mundial de Ética do Turismo cria um marco de referência para o desenvolvimento responsável e sustentável do Turismo Mundial no início do novo milênio. O seu texto inspirou-se em numerosas declarações, códigos profissionais similares que o precederam e aos quais juntou novas ideias que refletem a mudança da nossa sociedade nos finais do séc. XX. Face à previsão de que o Turismo Internacional quase triplicará o seu volume nos próximos vinte anos, os membros da OMT estão convencidos de que o Código Mundial de Ética do Turismo é necessário para ajudar a minimizar os efeitos negativos do turismo no meio ambiente e no património cultural, aumentando, simultaneamente, os benefícios para os residentes nos destinos turísticos.

O Código compreende nove artigos que enunciam as "regras do jogo" para os destinos, governos, investidores, promotores, agentes de viagens, empregados e para os próprios turistas. O décimo artigo refere-se à resolução de litígios; sendo a primeira vez que um código deste tipo é dotado de semelhante mecanismo de aplicação. Esse mecanismo Será fundamentado na conciliação, por intermédio de um Comitê Mundial de Ética do Turismo, que será constituído por representantes de cada uma das regiões do mundo e de cada um dos grandes grupos de agentes do setor turístico: governos, setor privado, trabalhadores e organizações não governamentais - ONG's. Os artigos 2º, 3º e 5º do Código apresentam de forma exaustiva os aspetos mais significativos a serem levados em consideração no processo de desenvolvimento da atividade turísticas nos locais de destino turístico, visando uma melhoria das condições do meio ambiente e das populações.

Nos três subcapítulos seguintes, apresentam-se em detalhe os fundamentos propostos pela OMT e emanados no presente CMET, nos três artigos acima mencionados, versando fundamentalmente sobre o turismo como vector de desenvolvimento individual e coletivo;

fator de desenvolvimento sustentável e atividade benéfica para os países e comunidades de acolhimento.

### **2.5.2 O turismo, vector de desenvolvimento individual e coletivo.**

No artigo 2º do CMET, o turismo é olhado não somente como uma atividade de realização pessoal de quem o pratica, mas cada vez mais, como atividade que deve respeitar a igualdade do gênero, os valores éticos e o intercâmbio entre culturas e povos. O turismo, atividade muitas vezes associada ao repouso, à descontração, ao desporto, ao acesso à cultura e à natureza, deve ser concebido e praticado como meio privilegiado de desenvolvimento individual e coletivo; praticado com a necessária abertura de espírito, constitui um fator insubstituível de autoeducação, de tolerância mútua e de aprendizagem das diferenças legítimas entre povos e culturas, e da sua diversidade<sup>14</sup>. As atividades turísticas devem respeitar a igualdade entre homens e mulheres; devem tender a promover os direitos do homem e, especialmente, os particulares direitos dos grupos mais vulneráveis, nomeadamente as crianças, os idosos ou deficientes, as minorias étnicas e os povos autóctones<sup>15</sup>. A exploração dos seres humanos sob todas as suas formas, nomeadamente sexual, e especialmente no caso das crianças, vai contra os objetivos fundamentais do turismo e constitui a sua própria negação; a esse título e em conformidade com o direito internacional, ela deve ser rigorosamente combatida com a cooperação de todos os Estados envolvidos e sancionada sem concessões pelas legislações nacionais, quer dos países visitados, quer dos de origem dos atores desses atos, mesmo quando estes são executados no estrangeiro<sup>16</sup>. As deslocações por motivos de religião, de saúde, de educação e de intercâmbios culturais ou linguísticos constituem formas particularmente interessantes de turismo, que merecem ser encorajadas<sup>17</sup>. A introdução nos programas de educação de um ensino sobre o valor dos intercâmbios turísticos, dos seus benefícios económicos, sociais e culturais, mas também dos seus riscos, deve ser encorajada<sup>18</sup>.

---

<sup>14</sup> Código Mundial de Ética do Turismo, Artigo 02, número 01.

<sup>15</sup> Código Mundial de Ética do Turismo, Artigo 02, número 02.

<sup>16</sup> Código Mundial de Ética do Turismo, Artigo 02, número 03.

<sup>17</sup> Código Mundial de Ética do Turismo, Artigo 02, número 04.

<sup>18</sup> Código Mundial de Ética do Turismo, Artigo 02, número 05.

### 2.5.3 O turismo, fator de desenvolvimento sustentável.

O turismo pode contribuir para um desenvolvimento sustentável tanto para a natureza como para as populações. Abaixo se apresentam as abordagens teóricas que sustentam esta visão global, segundo o Artigo 3º do código de ética do turismo.

O conjunto dos atores do desenvolvimento turístico tem o dever de salvaguardar o ambiente e os recursos naturais, na perspectiva de um crescimento económico são, contínuo e sustentável, capaz de satisfazer equitativamente as necessidades e as aspirações das gerações presentes e futuras<sup>19</sup>. Todos os tipos de desenvolvimento turístico que permitam economizar os recursos naturais raros e preciosos, nomeadamente a água e a energia, bem como evitar na medida do possível a produção de dejetos, devem ser privilegiados e encorajados pelas autoridades públicas nacionais, regionais e locais<sup>20</sup>. A repartição no tempo e no espaço dos fluxos de turistas e de visitantes, especialmente o que resulta das licenças de férias e das férias escolares, e um melhor equilíbrio entre locais frequentados devem ser procurados por forma a reduzir a pressão da atividade turística sobre o meio ambiente, e a aumentar o seu impacto benéfico na indústria turística e na economia local<sup>21</sup>. As infraestruturas devem estar concebidas e as atividades turísticas programadas, por forma que, seja protegido o património natural constituído pelos ecossistemas e a biodiversidade, e que sejam preservadas as espécies ameaçadas da fauna e flora selvagens; os atores do desenvolvimento turístico, nomeadamente os investidores, devem permitir que lhes sejam impostas limitações ou obstáculos às suas atividades quando elas sejam exercidas em zonas particularmente sensíveis: regiões desérticas, polares ou de alta montanha, zonas costeiras, florestas tropicais ou zonas húmidas, propícias à criação de parques naturais ou reservas protegidas<sup>22</sup>. O turismo de natureza e o ecoturismo são reconhecidos como formas de turismo especialmente enriquecedoras e valorizadoras, sempre que respeitem o património natural e as populações locais se ajustem à capacidade de acolhimento dos lugares turísticos<sup>23</sup>.

---

<sup>19</sup> Código Mundial de Ética do Turismo, Artigo 03, número 01.

<sup>20</sup> Código Mundial de Ética do Turismo, Artigo 03, número 02.

<sup>21</sup> Código Mundial de Ética do Turismo, Artigo 03, número 03.

<sup>22</sup> Código Mundial de Ética do Turismo, Artigo 03, número 04.

<sup>23</sup> Código Mundial de Ética do Turismo, Artigo 03, número 05.

#### **2.5.4. O turismo, atividade benéfica para os países e comunidades de acolhimento.**

As abordagens do artigo 5º deste código de ética do turismo estão voltadas para os benefícios socioeconômicos e culturais do turismo, visando uma melhoria da vida das populações, e o papel do setor público na regulamentação rígida, tomando em conta os vários ecossistemas naturais e a integridade das populações.

As populações locais estão associadas às atividades turísticas e participam equitativamente nos benefícios económicos, sociais e culturais que geram, e nomeadamente na criação de emprego direto ou indireto que daí resulta<sup>24</sup>. As políticas turísticas devem ser conduzidas de tal forma que contribuam para a melhoria do nível de vida das populações das regiões visitadas e respondam às suas necessidades. A concepção urbanística e arquitetónica e o modo de exploração das estâncias e alojamentos devem visar a sua melhor integração no tecido económico e social local. Em caso de iguais habilitações deve ser prioritariamente selecionado o emprego de mão de obra local<sup>25</sup>. Uma particular atenção deve ser dada aos problemas específicos das zonas costeiras e aos territórios insulares, bem como às regiões rurais ou de média montanha frágeis, para quem o turismo representa muitas vezes uma das raras oportunidades de desenvolvimento face ao declínio das atividades económicas tradicionais<sup>26</sup>. Os profissionais do turismo, nomeadamente os investidores, devem, no quadro da regulamentação estabelecida pelas autoridades públicas, proceder a estudos de impacto dos seus projetos de desenvolvimento no ambiente e meios naturais; devem de igual forma prestar, com a maior transparência e objetividade requerida, as informações quanto aos seus futuros programas e aos impactos previstos, abrindo-se ao diálogo nessas matérias com as populações interessadas<sup>27</sup>.

Olhando para tudo o que já se escreveu sobre a preservação do meio ambiente e para quantos tratados internacionais os Estados ratificaram com vista à preservação ambiental, talvez disséssemos que o mundo tenha tudo para seguir em frente com ações mais sustentáveis na utilização dos recursos naturais e nas relações socioambientais. Porém, há que entender que estes tratados surgem como um mecanismo global para tentar minimizar os impactos dos níveis de predação que o homem vem levando ao longo dos tempos na sua

---

<sup>24</sup> Código Mundial de Ética do Turismo, Artigo 05, número 01.

<sup>25</sup> Código Mundial de Ética do Turismo, Artigo 05, número 02.

<sup>26</sup> Código Mundial de Ética do Turismo, Artigo 05, número 03.

<sup>27</sup> Código Mundial de Ética do Turismo, Artigo 05, número 04.

relação com meio ambiente. Os países em desenvolvimento, como Moçambique, vão-se mostrando cada vez mais preocupados pelo rápido crescimento econômico, muitas vezes passando por cima dos princípios básicos de sustentabilidade socioambiental. Os princípios apresentados no código mundial de ética do turismo estão refletidos nas políticas nacionais de turismo, todavia, a sua inclusão nas políticas, passa a ser uma mera resposta às exigências globais, quando internamente não são adotados mecanismos concretos para que tais princípios sejam postos em prática. Isto quer dizer que, a necessidade de um rápido crescimento econômico, não pode passar por cima da ética socioambiental. O diálogo entre os diferentes atores socioeconômicos e políticos é importante para que suas opiniões sejam levadas em consideração, garantindo-se deste modo uma gestão participativa e o debate por um modelo de desenvolvimento que preze a conservação do meio ambiente e a sociedade tenha benefícios com o crescimento econômico de seus países.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Propõe-se neste capítulo, expor como se desenrolou o processo da elaboração do trabalho de pesquisa, tendo em conta as diversas atividades e etapas realizadas, com vista à compreensão da proposta do objeto de estudo. Neste sentido, serão apresentados os métodos e materiais que sustentaram a realização do trabalho.

Para Lakatos e Marconi (2002), pode-se definir o método como o conjunto das atividades sistêmicas e racionais que permite alcançar conhecimentos válidos e verdadeiros traçando o caminho a ser seguido, destacando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Sendo o método o caminho a seguir, para Schütler (2003), etimologicamente a metodologia é a “viagem que se realiza em busca de um objetivo específico”. Deste modo, a metodologia mostra as técnicas para percorrer o caminho.

#### 3.1 Métodos e Técnicas

Um aspecto sempre controverso e importante na definição da metodologia, a ser adotada nas ciências sociais, é a escolha entre as análises qualitativa e quantitativa. A pesquisa ou método científico é classificado como quantitativo ou qualitativo em função do tipo de dados coletados e da apresentação dos seus resultados.

As suas características, segundo Liebscher (1998), fazem com que os métodos qualitativos sejam muito apropriados quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social ou não tende à quantificação. Frequentemente são usados métodos qualitativos quando se quer ter entendimento do contexto social e cultural.

Já a pesquisa quantitativa, para Dias (2000), se mostra mais apropriada quando existe a possibilidade de obter medidas quantificáveis a partir de amostras ou de uma população. Esse tipo de pesquisa usa medidas numéricas para testar teorias científicas e hipóteses, ou busca padrões numéricos relacionados.

Para Kaplan e Duchon (1988), há que destacar as principais características do método qualitativo, entre elas, a imersão do pesquisador no contexto e a perspectiva interpretativa de condução da pesquisa, a independência com respeito à análise estatística para suas inferências. Na opinião de Minayo (2002), nas pesquisas em ciências sociais ao se trabalhar com significados, motivações, valores e crenças, que não podem ser simplesmente reduzidos

às questões quantitativas, por responderem a noções muito particulares, é mais interessante adotar uma posição conciliatória através da integração entre os métodos quantitativo e qualitativo, já que, segundo ela, um não substitui o outro: eles se complementam.

Deste modo, foi adotado para este trabalho o método quali-quantitativo, empregando, segundo Godoy (1995), tanto instrumental estatístico na análise dos dados coletados na pesquisa empírica, quanto obtendo dados descritivos sobre as pessoas, o lugar e os processos de mudança procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação em estudo.

Com vista a atingir os objetivos do estudo recorreu-se também a pesquisa exploratória que é segundo Lakatos & Markoni (1996) “um tipo de análise em que se empregam procedimentos sistemáticos para a obtenção ou avaliação de dados através de observação empírica”. Neste tipo de pesquisa, as mesmas autoras defendem que, para obter descrições tanto quantitativas quanto qualitativas de um objeto de estudo, pode ser utilizada uma variedade de procedimentos de coleta de dados, onde se pode destacar a entrevista, a observação e a análise de conteúdo. Ainda sobre a pesquisa exploratória, Dencker (1998) afirma que esta ocorre envolvendo em geral levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes e análise de exemplos similares, com vista, a compreensão do problema estudado. Para a autora esta é importante para o esclarecimento das hipóteses e identificação das variáveis.

Neste sentido, para analisar a política pública do turismo e os impactos socioambientais na área de estudo, a pesquisa foi subdividida em etapas que a seguir serão descritas, nomeadamente, revisão bibliográfica, trabalho de campo, análise dos indicadores e processamento e análise dos resultados.

### **3.2 Revisão bibliográfica**

Esta etapa decorreu antes e ao longo de todo processo de pesquisa, baseando-se no levantamento, análise, seleção e interpretação de referências bibliográficas e documentais que abordam assuntos relacionados ao objeto de estudo no que tange a sustentabilidade socioambiental e o cunho de legislação moçambicana sobre o turismo e meio ambiente, bem como para a caracterização da área de estudo, com a finalidade de dar uma sustentação teórica à pesquisa. Para tal, houve a busca de informações e dados disponíveis em publicações –

livros, teses e artigos de origem nacional e internacional, e na *internet*, realizados por outros pesquisadores, incluindo leis e tratados nacionais e internacionais.

A revisão bibliográfica também foi crucial na construção dos mecanismos para a realização do trabalho de campo, buscando estabelecer os instrumentos de pesquisa e os elementos ou fatores essenciais que ajudassem a trazer resposta à busca dos principais impactos sociais e ambientais na área de estudo. É importante salientar que esta etapa foi extensiva à fase de redação da dissertação, com vista a agregar novos elementos ao trabalho final.

Esta etapa foi essencial para a montagem do quadro referencial teórico, de abordagem clássica ou atual, ligado diretamente ao problema de pesquisa, utilizado para obter subsídios, visando definir, com mais clareza, os diversos aspectos que foram objeto de levantamento de campo e a construção de uma base conceptual organizada e sistematizada do conhecimento disponível a ser pesquisado. Aqui se buscou teorias, abordagens e estudos que permitiram compreender o fenômeno de múltiplas perspectivas e promover um diálogo entre diferentes autores.

### **3.3 Trabalho de campo**

Este consistiu na coleta de informações e dados disponíveis em trabalhos já realizados e na legislação moçambicana sobre o turismo e ambiente, de modo a analisar as políticas de desenvolvimento do turismo e a sua interface na sustentabilidade socioambiental, com ênfase para os principais impactos sociais e ambientais na zona costeira de Tofo e Barra. No que concerne aos dados relevantes, buscou-se junto às instituições locais ligadas ao objeto de estudo e aos trabalhos editados disponíveis. Esta fase também foi crucial para a observação dos fatos tal como ocorrem no campo, a partir da análise e observação dos cenários pontuais, para melhor perceber e estudar as relações estabelecidas entre o campo e o objeto de estudo.

A etapa de trabalho de campo decorreu durante 06 meses de pesquisa, durante o primeiro semestre de 2012, recorrendo à observação *in loco* no campo de estudo e na coleta de dados, a aplicação de questionários e entrevistas qualitativas direcionadas aos atores sociais e públicos envolvidos como as comunidades, movimentos sociais e ambientalistas, instituições públicas provinciais e municipais e o setor privado.

### 3.3.1 Definição da amostra

A amostragem é, segundo (MATTAR 1996, p. 128), "a coleta de dados relativos a alguns elementos da população e a sua análise, que pode proporcionar informações relevantes sobre toda a população" o que lhe confere uma grande importância no delineamento da pesquisa e a transforma num fator determinante na validade dos dados obtidos.

Por ser este um estudo quali-quantitativo, que segundo Gil (1999), não requer um elevado nível de precisão, a amostragem foi realizada de forma não aleatória. Este tipo de amostragem, segundo defende Schlüter (2003), no lugar de utilizar a teoria matemático-estatística baseia-se no julgamento do pesquisador.

O tipo de amostra não probabilística a ser utilizado foi definido levando em conta, como defende Mattar (1996), o tipo de pesquisa, a acessibilidade aos elementos da população, a disponibilidade ou não de ter os elementos da população, a representatividade desejada ou necessária, a oportunidade apresentada pela ocorrência de fatos ou eventos, a disponibilidade de tempo, recursos financeiros e humanos, etc.

Segundo Gil (1999), neste tipo de pesquisa, é recomendável a realização de entrevistas informais com "informantes-chaves, que podem ser especialistas no tema em estudo, líderes formais ou informais, personalidades destacadas, etc.". O tamanho da amostra foi definido respeitando os princípios defendidos por Hayes (1996), para a avaliação de projetos de desenvolvimento. Para este autor o caráter local deste tipo de projeto, faz com que as pessoas afetadas sejam mais homogêneas, pelo que uma amostra de 20 pessoas, sempre que seja evitada a discriminação na amostra, é suficiente, se o interesse da pesquisa estiver voltado apenas para mudanças distintamente observáveis.

Deste modo, para aplicação de questionários, foi definida uma amostra de 60 (sessenta) indivíduos, dos quais 40 (quarenta) nas comunidades e 20 (vinte) do setor privado do turismo. Na sequência foram escolhidas 12 (doze) pessoas para serem entrevistadas, por se considerar representativas no local e em função dos objetivos do estudo, sendo 04 (quatro) representantes do setor público, nomeadamente, DPTURI, DPCAAI, CMCI, e ADMAR, 02 (dois) representantes do setor privado do turismo, 03 (três) membros de associações locais, 02 (dois) membros da comunidade e 01 (um) líder do conselho comunitário de pesca local.

### **3.3.2 Entrevistas Semiestruturadas**

As entrevistas, como se disse anteriormente, foram direcionadas às instituições que interagem no processo de desenvolvimento do turismo, nomeadamente, DPTURI (responsável pelo licenciamento das atividades turísticas ao nível provincial); DPCAAI (responsável pelo licenciamento e coordenação ambiental); CMCI (Responsável pela jurisdição municipal, incluindo a atribuição de terra para fins turísticos) e ADMAR (responsável pela supervisão marítima e costeira), com vista a aferir os cenários importantes para a percepção do papel dos gestores públicos e a interação existente entre estas entidades no processo do desenvolvimento do turismo. Foi pertinente conhecer a estrutura funcional destas instituições, incluindo o fator “recursos humanos” para analisar se estes são ou não favoráveis para uma resposta satisfatória na minimização dos impactos socioambientais. Também foram contactadas algumas instituições visando colher outras informações relevantes para o estudo, nomeadamente, a direção de educação da cidade de Inhambane, a delegação provincial do INE, o FIPAG e serviços provinciais de meteorologia.

### **3.3.3 Questionários**

Os questionários foram realizados no campo com o objetivo de projetar os resultados, respeitando, porém, a representatividade dos elementos e fatores importantes para o alcance dos objetivos da pesquisa. Foram inqueridos para o efeito 40 membros da comunidade residente no litoral de Tofo/Barra, dos quais 20 de Tofo e 20 de Barra e o mesmo ocorreu em 20 estabelecimentos turísticos, dos quais 10 localizados no Tofo e 10 na Barra. As variáveis neste estudo envolvem formas de avaliação ou opinião de segmentos específicos dentre eles, as comunidades locais residentes na área de estudo, os operadores turísticos, instituições públicas e os movimentos sociais e ambientalistas.

### **3.3.4 Observação *in loco***

Esta etapa decorreu na costa do TBT, área de estudo, concretamente no litoral de Tofo/Barra, com vista a observar os diferentes cenários de âmbito socioambiental no campo, a

partir da observação não participante e assistemática<sup>28</sup>. Durante cerca de 30 dias de visitas de campo e cerca de 7 horas diárias foi importante detectar e analisar os principais impactos socioambientais decorrentes da atividade turística na área de estudo e confrontar a realidade atual com as informações colhidas durante as entrevistas nas instituições locais e nas bibliografias consultadas, com destaque para a legislação do turismo e ambiente em vigor em Moçambique.

### **3.4 Análise dos Indicadores**

Os indicadores são sem dúvida uma ferramenta indispensável para melhor perceber e estudar uma região. Com os indicadores é possível avaliar as tendências e identificar problemas, prever soluções futuras, de forma a possibilitar análise e avaliações das transformações a nível ambiental e social.

Neste estudo foi feita a análise da formação dinâmica de alguns indicadores sociais, econômicos e ambientais da área de estudo, através da pesquisa junto a fontes que caracterizam os escopos ecológico ou biofísico, social e económico da área de estudo. Para a seleção das fontes de dados que melhor caracterizam os parâmetros de estudo recorreu-se à análise das variáveis disponíveis em fontes secundárias e também através do trabalho de pesquisa de campo.

As fontes secundárias para análise dos indicadores foram os dados e estudos elaborados por diferentes órgãos públicos, com destaque para os setores de turismo, educação, estatística, que apesar de alguns estarem desatualizados no tempo, ainda indicam as tendências básicas da área de estudo. Porém, é importante realçar que ao nível das instituições locais ainda existe um grande défice na criação e atualização da base de dados estatísticos importantes para uma melhor análise dos diferentes indicadores. O Instituto Nacional de Estatística (INE) é o órgão público responsável pelo sistema estatístico em Moçambique, estando representado pelas delegações provinciais ao nível das províncias. Contudo, este não está dotado de capacidade para fazer estudos abrangentes, razão pela qual em alguns casos depende de dados fornecidos pelos diferentes setores e cuja observância não tem sido regular. Por outro lado, há poucas pesquisas que ajudem na mensuração dos indicadores, económicos, sociais e ambientais no MI. Esta situação condicionou a análise e mensuração de indicadores importantes como a

---

<sup>28</sup> Observação assistemática é definida por Lakatos e Markoni (2007) como sendo aquela em que o pesquisador sabe o que pretende observar, mas não apresenta um planeamento e controle previamente elaborados.

qualidade de vida e o bem-estar da população no MI através da análise do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Salubridade Ambiental, etc. Os dados do INE sobre o MI, por exemplo, são apresentados de forma generalizada, havendo dificuldades para encontrar dados mais específicos e pormenorizados.

### **3.5 Processamento e análise de dados**

Esta etapa iniciou após o trabalho de campo, que proporcionou a coleta de dados relevantes para o estudo. Nesta, os dados foram organizados com utilização das ferramentas informáticas, com destaque para o *software word e excel* entre outros relevantes. A análise, classificação e sistematização dos dados coletados durante o trabalho de campo foi de forma descritiva e por meio de quadros e tabelas, dividindo os assuntos abordados por temáticas que respondam ao objetivo do trabalho, visando a demonstração dos fatos e a interpretação dos mesmos. Foi pertinente a discussão e confrontação dos resultados a partir dos dados obtidos e as abordagens apresentadas por vários autores bem como a partir da legislação do turismo. Para uma melhor ilustração de alguns cenários relacionados à área de estudo e a complementaridade da descrição textual, serão inseridas algumas imagens fotográficas que ajudam a compreender o lugar e o objeto de estudo.

## 4 CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE ESTUDO

Embora alguns autores considerem que a delimitação e caracterização de uma área de estudo através de aspectos puramente físico-biológicos torna-se secundária, quando a preocupação central passa a ser a detecção de espaços sociais homogêneos, onde as condições de vida estão diretamente ligadas aos elementos naturais, é pertinente no estudo desta natureza analisar as características biofísicas para melhor perceber o lugar e facilmente atingir os objetivos da pesquisa.

Neste capítulo, a análise vai compreender os vários aspetos naturais e sociais do município de Inhambane e particularmente da costa das praias de Tofo e Barra, olhando para as suas interações socioambientais.

### 4.1 Localização Geográfica

Administrativamente, a área de estudo localiza-se no Município de Inhambane, na região sul de Moçambique, na província de Inhambane<sup>29</sup> e, dista a cerca de 469 km a Norte da capital do país Maputo. Segundo Nhantumbo (2007), o município de Inhambane situa-se entre as latitudes 23º 45'50" (Península de Inhambane) e 23º 58'15" (Rio Guiúá) Sul, e as longitudes 35º 22'12" (Ponta Mondela) e 35º 33'20" (Cabo Inhambane) Este, cobrindo uma parte continental e duas ilhas, o que circunscreve uma área total de 192Km<sup>2</sup>.

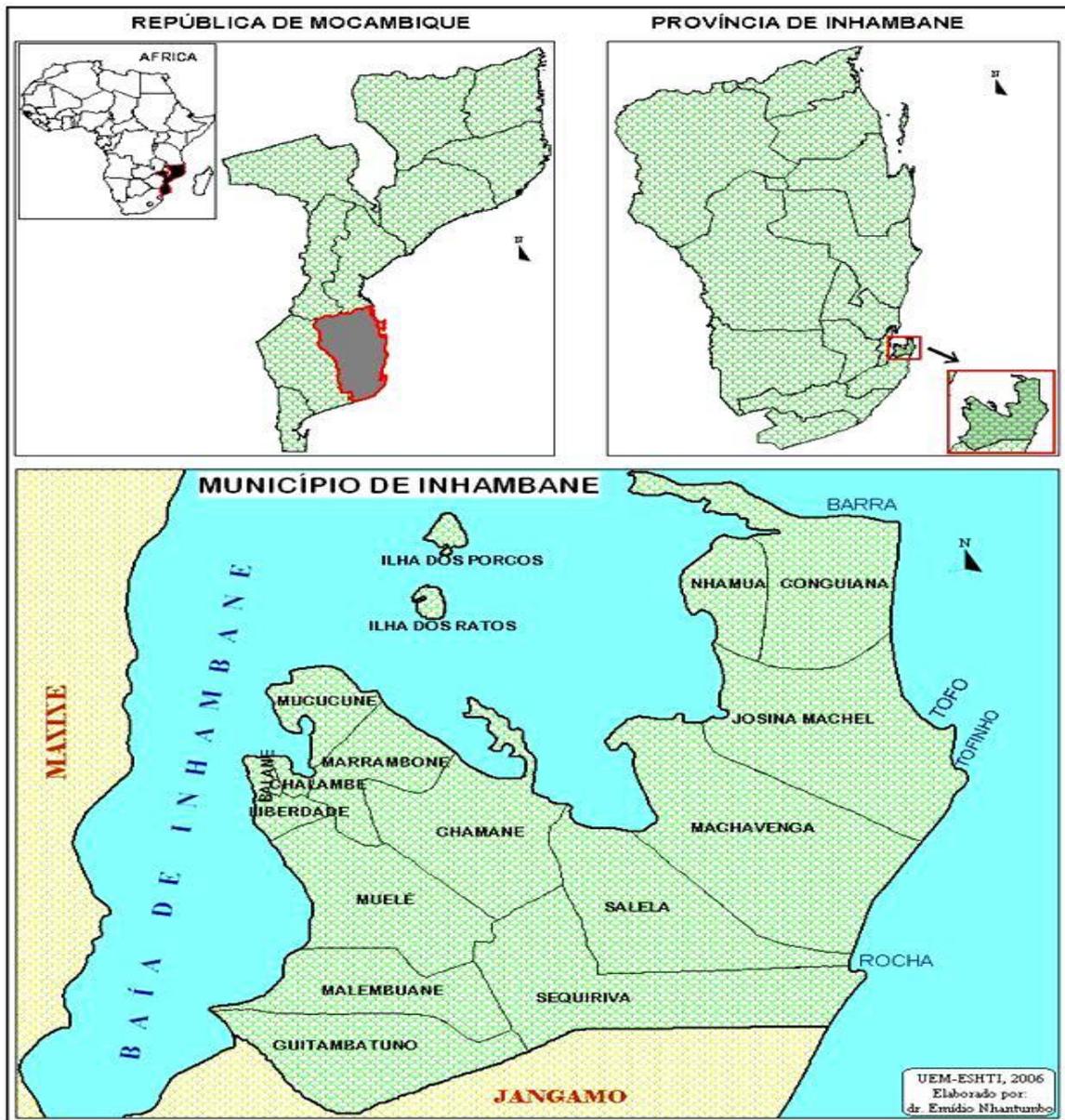
A área de estudo propriamente dita é a costa Este do município de Inhambane, concretamente o litoral das praias de Tofo/Tofinho e Barra, e que faz parte das áreas prioritárias para o investimento turístico – APIT do tipo A. A Este e ao Norte limita-se com o Oceano Índico, a Oeste com o bairro Nhamua e baía de Inhambane e o bairro Machavenga ao Sul. Esta área faz parte da região conhecida como Tofo/Barra/Tofinho (TBT), com cerca de 88 Km<sup>2</sup> de área, correspondente a 46% da área total do Município. A zona do TBT inclui as praias de Barra, Tofo, Tofinho, Rocha e o litoral até ao limite com o distrito de Jangamo a

---

<sup>29</sup> O modelo de divisão territorial que Moçambique adota é diferente com o do Brasil. Em Moçambique as províncias são as maiores unidades territoriais e estas se subdividem em distritos e autarquias (municípios). Neste modelo, um dos municípios é a sede ou capital da província, que é o caso da província de Inhambane cuja capital é o município de mesmo nome.

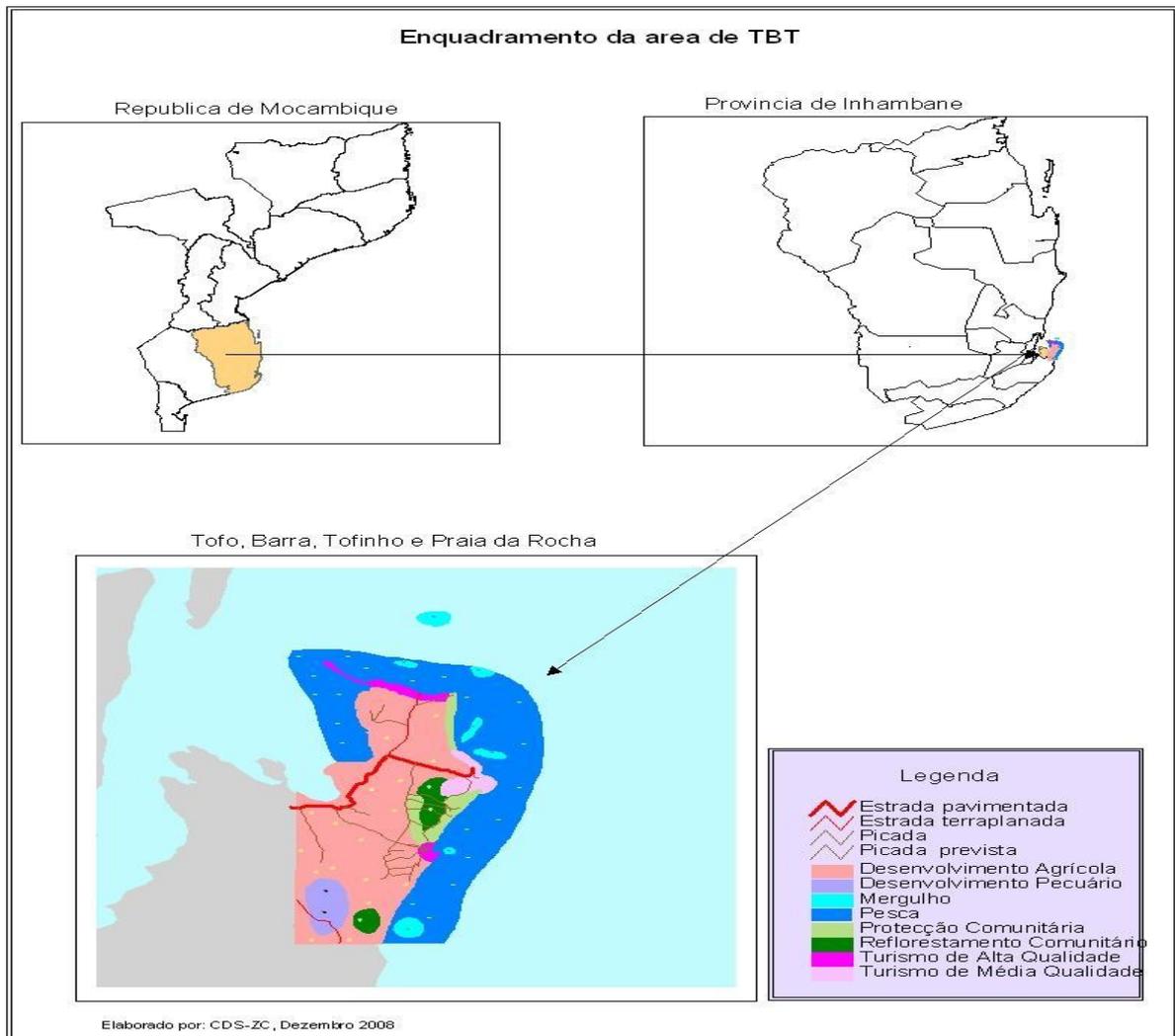
Sul, entre os paralelos 23°40'00" e 23°56'30", com 27 Km de linha costeira (da Praia da Barra até ao limite com o distrito de Jangamo).

É importante salientar que o estudo não contempla toda a região do TBT, mas apenas o litoral das praias de Tofo/Tofinho e Barra, por se tratar de regiões aonde a atividade do turismo vem sendo praticada com maior intensidade.



**Figura 03:** Mapa de Localização geográfica do MI (Figura sem escala)

**Fonte:** Nhantumbo, 2007.



**Figura 04:** Mapa de enquadramento da área de TBT

Fonte: MICOA/CDS-ZC, 2010.

A área de estudo, segundo a Resolução n° 52/AM/2006, que define o estatuto orgânico do Conselho Municipal da Cidade de Inhambane, encontra-se localizada entre duas zonas distintas: zona semiurbana (no Tofo/Tofinho) e zona rural (na Barra e na zona periférica do Tofo/Tofinho). Esta se caracteriza por uma intensa presença de elementos artificiais e ação antrópica que se podem apontar como as principais causas para as atuais modificações na paisagem e no meio ambiente.

Por se tratar de uma zona turística e cujas populações residentes no seu entorno dependem dos recursos naturais locais, principalmente da pesca de pequena escala, faz-se necessário caracterizar os diferentes elementos, tal como as diversas atividades realizadas tanto na costa como na sua periferia e que têm fortes impactos socioambientais.

## **4. 2 Caracterização geofísica**

Para uma melhor compreensão das características físicas e ambientais, é de capital importância o estudo de elementos como o clima, o solo, a vegetação, população e as condições hídricas da região em estudo. Deste modo, serão analisados os principais elementos geomorfológicos, meteorológicos, hídricos e florísticos que interagem na área de estudo.

### **4.2.1. Geomorfologia**

A formação geomorfológica da província de Inhambane de modo geral e do MI especificamente encontra-se, segundo Afonso e Marques (1998), associada ao Ciclo do Congo e é dominada essencialmente por sedimentos do Terciário e Quaternário. Ainda segundo Afonso (1976) a formação do MI está associada ao Quaternário, mais especificamente a duas unidades litoestratigráficas relacionadas com os movimentos eustáticos típicos desta era que são: formações dunares e eluvião argila-arenoso. Segundo o autor a primeira, formação dunar, caracteriza-se pela existência de dunas costeiras e interiores que se desenvolvem ao longo de toda costa moçambicana, ver figuras 05 e 06; com presença de areia geralmente de granulometria relativamente grosseira e de cores vermelho-acastanhada e branca e a segunda, eluvião argila-arenoso, que se caracteriza pela falta de permeabilidade que os terrenos têm, devido a grande percentagem de materiais argilosos que causam frequentes alagamentos e formação de pequenas e numerosas lagoas que persistem durante muito tempo após a época de chuvas.



**Figuras 05 e 06:** Vista parcial das dunas costeiras e dunas do interior

**Fonte:** Pesquisa/2012.

O tipo de relevo predominante no MI é planície com altitude abaixo dos 200 metros. O solo segundo dados do Gabinete das Zonas Verdes da Cidade de Inhambane – GZVCI (2009) apresenta cerca de 90% de solos arenosos e outros 10% são arenoso-argilosos que se encontram nas zonas baixas e nas margens de rios. Os solos são de origem sedimentar com alta permeabilidade, o que favorece a capacidade de infiltração de água de chuva reduzindo o escoamento superficial. Os solos arenosos do MI caracterizam-se, segundo GZVCI (2009), como menos férteis, susceptíveis a erosão e de fraca capacidade para retenção de água e os solos arenoso-argilosos como mais férteis, não suscetíveis à erosão e com boa capacidade de retenção de água. A maior parte dos solos do MI é susceptível a erosão, principalmente ao longo do litoral onde se verifica graves problemas, conforme ilustram a Figuras 07 e 08.



**Figura 07:** Empreendimento turístico ameaçado pela erosão  
**Fonte:** CDS-ZC (2010)



**Figura 08:** Erosão costeira na praia da Barra  
**Fonte:** FERNANDO, Mamerto, 2012.

Segundo Azevedo (2009) a erosão neste município deve-se essencialmente a remoção de terras e vegetação, falta de árvores de proteção; ocupação desordenada do solo, a falta e

obsolescência de sistemas de drenagem, prática de agricultura nas encostas, abertura de caminhos/trilhas nas zonas de maior inclinação e extração desordenada de areias.

### 4.2.3 Clima

O clima do MI é tropical úmido. As temperaturas mais altas no município, de acordo com a delegação provincial de meteorologia de Inhambane – DPMI (2012) ocorrem entre os meses de Dezembro e Fevereiro e as mínimas verificam-se entre os meses de Junho e Agosto, conforme mostra o anexo I, com os dados climáticos do MI entre 2007 e 2011. Durante o período de 2007 a 2011 a temperatura máxima registrada foi de 32.1°C no mês de Janeiro de 2009 e a mínima de foi de 20.5°C no mês de Julho de 2011.

A precipitação média anual durante este período de 2007 e 2011 foi maior entre os meses de Novembro à Abril, com o nível mais alto no mês de Dezembro de 2008 atingindo 687.6mm. Entre os meses de Maio e Outubro registrou-se a precipitação mais baixa, sendo o mês de Setembro o que menos chuva registrou ao atingir apenas 2.4 mm em 2007; vide o anexo I, com dados da precipitação no MI entre 2007 e 2011 (DPMI 2012).

Em termos de temperaturas médias anuais e a precipitação média anual no período de 2007 a 2011, segundo a DPMI (2012), registraram-se os seguintes dados:

**Tabela 1: Temperaturas e precipitações médias anuais**

<b>ANO</b>	<b>TEMPERATURAS MÉDIAS ANUAIS (°C)</b>	<b>PRECIPITAÇÕES MÉDIAS ANUAIS (mm)</b>
2007	28.8	1125.7
2008	28.4	1185.0
2009	28.4	1000.6
2010	25.1	894.7
2011	24.9	755.5

**Fonte:** DPMI, 2012/Adaptado por FERNANDO, Mamerto, 2012.

A umidade relativa durante o período de 2007 a 2011 variou entre 67% e 87%, tendo registrado ao longo dos últimos cinco anos uma variação constante dos índices mensais da umidade do ar, como mostra o anexo I, com os dados de humidade relativa registrados na cidade de Inhambane no período de 05 anos de 2007 a 2011 (DPMI, 2012). Ainda durante o mesmo período a insolação variou entre 1953% e 3333%, tendo registrado o menor e o maior

índice nos meses de Junho e Dezembro, respetivamente, como mostra o anexo I, segundo a mesma fonte.

#### 4.2.4 Vegetação

O MI apresenta uma vegetação variada e com influência humana em determinados locais. Segundo o INPF (1991) a vegetação que se encontra nesta zona é repartida pela vegetação cultivada pelo ser humano e áreas de pomar, essencialmente coqueiros e cajueiros; existem ainda áreas de mata dispersa e cerrada/fechada, sobretudo nas áreas mais próximas do litoral e no litoral. Junto à baía, encontram-se áreas de mangue e ainda junto ao Oceano encontram-se áreas de brenha costeira e casuarinas. Nhantumbo (2007) refere que a vegetação natural costeira, sobretudo do interior do município é composta por mangue (nas espécies *Avicennia marina*, *Brugueira gymnorhyza* e *Ceriops tagal*) e entre outras espécies onde se pode citar a existência de frutas silvestres como a massaleira, *tindzolera* e *pimbi*<sup>30</sup>.

Quanto às características estruturais e fisionómicas, distinguem-se o matagal e pradarias. O matagal compreende formações vegetais baixas, sendo arbustivas ou semiarbóreas, podendo classificar-se em alto, médio e baixo. A predominância do matagal baixo<sup>31</sup> na área de estudo, está relacionada com a degradação do matagal alto e médio. A sua ocorrência regista-se junto à costa, diminuindo com o aumento da continentalidade devido à influência humana.

As pradarias representam um grupo vegetativo com predominância do estrato graminoso com estrato herbáceo inferior. O desenvolvimento da vegetação é limitado pela ação combinada da intervenção humana e do efeito erosivo do vento, podendo-se observar áreas de deflação e de acumulação ou deposição dos materiais (vide as fotos abaixo).

---

<sup>30</sup> Frutos silvestres com nome local. Não encontrada tradução para a língua portuguesa.

<sup>31</sup> O matagal baixo compreende formações com Alturas entre 2 a 4 metros e a presença de um estrato graminoso.



**Figura 09:** Aspecto da vegetação da área de estudo.

**Fonte:** Pesquisa/2012.

Por trás das dunas costeiras existem lagoas (temporárias ou permanentes) que apresentam uma vegetação aquática pouco desenvolvida em redor. As lagoas temporárias geralmente encontram-se cobertas por vegetação marinha como algas. Em termos de culturas de rendimento predominam para além do coqueiro e cajueiro, as culturas de mandioca, feijão, amendoim e vegetais diversos (tomate, alface, couve, dentre outras) GZVCI (2009). Segundo HUB (2002) as dunas, marco divisor e protetor natural dos habitats interiores, da ação do mar e dos ventos, estão muito afetadas em alguns locais, pela construção de infraestruturas turísticas ou de habitação, pelo transito de viaturas, que procuram o acesso ao mar, ou por pequenos campos de cultivo na sua encosta interior, que essencialmente potencializam a erosão. O habitat dos mangues constitui também áreas degradadas pela urbanização e construção de muralhas junto ao mar e pelo uso que as populações fazem para obter materiais de uso diário e atualmente verificam-se áreas que já desapareceram.



**Figura 10:** Duna destruída para dar acesso à praia  
**Fonte:** FERNANDO, Mamerto, 2012.

#### 4.2.5 Fauna

De um modo geral é possível encontrar no MI fauna marinha, terrestre e aérea, pese embora, o déficite de uma base de dados ou cadastro de espécies animais pelas autoridades municipais e bem como pelas autoridades governamentais através dos organismos competentes.

Segundo HUB (2002) existe no MI mamíferos de pequeno porte em número reduzido e profundamente afetados por perda de habitat, entre eles estão o macaco de cara preta (*Cercopithecus aethiops*) e a gerboa peluda das dunas (*Gerbillurus tytonis*). A avifauna registrada atinge mais de 72 espécies, com destaque para o papagaio de cabeça castanha, o flamingo, o calau colorado, o falcão peregrino e varias espécies de picanços e roleiros.

Segundo HUB (2002) nos mangues a fauna é dominada por caranguejos violinistas, ocorrendo também bivalves e camarões. Nas lagoas encontram-se rãs, lagartos como, por exemplo, o *Varanus niloticu*, pequena diversidade de espécies mais com número razoável de peixes de água doce como, por exemplo, a tilápia e ainda registra-se a ocorrência de aves migratórias, onde se destacam o corvo marinho africano, a garça boieira e a jacana. Nas praias arenosas, há uma baixa densidade de caranguejos fantasmas (*Ocypode ryderi*) e ocorrência de

avifauna, com especial destaque para o borralho. As praias rochosas apresentam uma biodiversidade muito baixa, especialmente nas espécies utilizadas pelo ser humano para consumo como os crustáceos, bivalves e gastrópodes, pois, é uma fonte de alimentação e rendimento para as comunidades locais. É possível identificar com mais frequência mamíferos marinhos como baleias, por exemplo, as espécies *Megaptera novaeangliae* e a *Balaenaoptera acutorostrata*, golfinhos corcundas das espécies *Sousa chinensis*, *Roaz corvineire* e *Tursiops truncatus* e com menos frequência aparecem dugongos, da espécie *Dugon dugon*, que é considerada uma espécie em extinção conjuntamente com o tubarão baleia que tem sua ocorrência no MI. Espécies de tartaruga marinha como as *Eretmochelys imbricata*, *Caretta caretta* e *Chelonia Midas* e manta raia ocorrem igualmente com grande intensidade no MI. Salienta-se que existe uma grande variedade de espécies de peixes, que não estão registrados em cadastro pelo MI e ainda existem igualmente recifes de corais dos gêneros *Lobophytum* e *Cladiela*.

O Decreto n° 51/99 de 31 de Agosto que regulamenta a pesca recreativa e desportiva em Moçambique, traz uma série de regras na tentativa de salvaguardar as espécies marinhas. Ao abrigo do decreto pode-se ver nos Anexo II a lista de espécies marinhas sujeitas a restrições e protegidas em Moçambique:

#### **4.2.6 Hidrografia**

O MI é banhado pelo Oceano Índico a Este, na área de estudo, e a Oeste pela baía de Inhambane. Segundo INPF (1991), apesar dessa localização o MI é pouco recortado por linhas de água. Enquanto que para Nhantumbo (2007) no MI verifica-se a ocorrência de unidades lacustres com água doce ora salubre tais como Pembane no litoral Este, Chivanene a Sudeste da área urbanizada, Cumbe, Malongué, Muanguè e Nhacudjingulo. Nota-se também a ocorrência de uma rede de riachos que conservam a corrente por quase todo ano. Destes riachos destaca-se o rio Guiúá a Sul, fazendo limite natural entre o MI e o distrito de Jangamo e que constitui a principal fonte de abastecimento de água para a cidade de Inhambane. O MI registra também a ocorrência de águas subterrâneas apesar de não se saber os detalhes sobre a sua abundância e localização efetiva e, as entidades responsáveis pela gestão de recursos hídricos, não possuem dados sobre a quantidade de recursos hídricos subterrâneos que ocorrem no município.

#### 4.2.7 População

Na história do país, foram realizados até ao momento três censos gerais da população, onde o primeiro teve lugar em 1980, cinco anos após a independência nacional e os dois últimos, intercalados no espaço de tempo de dez anos, aconteceram em 1997 e 2007 respetivamente.

Contrariamente aos cenários ocorrentes em vários pontos do país e do mundo, a tendência do crescimento populacional do primeiro para o segundo censo populacional no MI foi decrescente. De 1980 para 1997 registou-se um decréscimo de -5% no índice de crescimento populacional neste município. Vários fatores podem ter contribuído para este “inérito” cenário, um dos quais, a guerra de 16 anos que não só elevou a taxa de mortalidade, como também foi motivo do êxodo registado durante e no fim do conflito armado. Durante a guerra de 16 anos que viria a terminar em 1992 com a assinatura dos acordos gerais de paz, muitas populações refugiaram-se dos distritos periféricos, onde a guerra estava mais intensificada para o município de Inhambane e outros locais, onde o conflito armado não se fazia sentir intensamente. Este êxodo condicionou o aumento da população na cidade de Inhambane, na busca de refúgio da guerra. Com a assinatura dos acordos da paz estas populações viram-se obrigadas a regressar as suas zonas de origem, reduzindo deste modo a taxa populacional no município. Outro fator que pode estar por detrás deste cenário é o atraso na saúde durante este período de 1980 a 1997, resultando em altas taxas de mortalidade, principalmente a infantil, para além de mortes resultantes da guerra. Doravante, com o III censo geral da população e habitação realizado em 2007 os dados mostraram que a população do MI cresceu em cerca de 19.6% desde 1997, ano da realização do II Recenseamento da população (Ver tabela 02).

**Tabela 02. Crescimento da População entre 1980 – 2007 no MI.**

População				
Ano	Total	Crescimento populacional por Censo (%)	Homens	Mulheres
1980	54.999			
1997	52.370	- 5,0	24.798	27.572
2007	65.149	19.6	30.640	34.509

Fonte: INE, 2007/Adaptado por FERNANDO, Mamerto, 2012.

A densidade populacional de uma determinada região cresce ou decresce, em função do aumento ou diminuição do número de habitantes dessa região, sendo calculada a partir do número de habitantes e a circunscrita nessa do local.

O município de Inhambane, com uma área de cerca de 192 km<sup>2</sup>, tinha em 2007, de acordo com os dados do último censo populacional uma densidade populacional de 339,3 habitantes por km<sup>2</sup>. Este dado reflete um aumento de cerca de 57,3 habitantes por km<sup>2</sup>, comparativamente à densidade do censo anterior de 1997 que era de cerca 272,8 habitantes/km<sup>2</sup>. No geral a tendência da população do MI é crescente de acordo com os dados tanto do censo de 1997, como do primeiro realizado em 1980, cuja densidade populacional era de 286,5 habitantes/km<sup>2</sup> (Tabela 03).

**Tabela 03. Densidade Populacional no Município de Inhambane**

Ano	População	Área (Km <sup>2</sup> )	Densidade Populacional (Hab/Km <sup>2</sup> )
1980	54.999	192	286,5
1997	52.370	192	272,8
2007	65.149	192	339,3

**Fonte:** INE, 2007/Adaptado por FERNANDO, Mamerto, 2012.

Numa análise etária da população por grupos de idade, conforme ilustra a tabela 04, em 2007 52,4% da população do município pertencia a faixa etária de 0 aos 19 anos de idade, 29,7% da população encontrava-se na faixa de 20 à 39 anos de idade, 12,6% da população fazia parte da faixa etária de 40 à 59 anos de idade e na faixa etária de 60 anos para cima havia uma população de 5,3%.

A partir destes dados conclui-se que a população do município é maioritariamente jovem, sendo a sua maioria na faixa etária de 0-19 anos, seguida da faixa dos 20-39, enquanto que a população idosa cuja faixa é de 60 anos para cima, representa a minoria com apenas 5,3%.

**Tabela 04. População residente por grupo idade no MI**

População/Idade (anos)	Total	0-19	20-39	40-59	60 para cima
Tamanho da População	65.149	34.161	19.318	8.196	3.474
Taxa (%)	100	52,4	29,7	12,6	5,3

**Fonte:** INE, 2007/Adaptado por FERNANDO, Mamerto, 2012.

Um elemento de análise não menos importante, é o agregado familiar, que é definido pelo INE (2007) como “um indivíduo ou um grupo de pessoas ligadas ou não por laços de parentesco que habitualmente vivem na mesma casa e cujas despesas são suportadas parcial ou totalmente em conjunto”.

Conforme mostra a tabela 05, em 2007 o MI tinha um total de 15.744 agregados familiares, sendo na sua maioria formados por um de número de 1 a 7 membros por agregado familiar e os agregados com 8, 9, 10 a mais membros apresentando-se como a minoria.

**Tabela 05. Agregados familiares por tamanho no Município de Inhambane**

Total de Agregados	Número de membros nos agregado familiar									
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10 e +
<b>15.744</b>	2.591	2.230	2.428	2.293	2.024	1.566	1.064	645	426	477
<b>%</b>	16.4	14.2	15.4	14.6	12.9	9.9	6.8	4.1	2.7	3.0

Fonte: INE, 2007/Adaptado por FERNANDO, Mamerto, 2012.

Na análise da população em relação ao sexo, segundo dados INE, 2007, verifica-se que 53% da população correspondente a 34.640 habitantes são do sexo feminino, enquanto que 47% da população, equivalente a 30.640 habitantes pertence ao sexo masculino. Desta população que totaliza 65.149 habitantes do MI em 2007 e como mostra a tabela 06, em termos de tipo de habitação 64.834 habitam em casas particulares sendo deste número 30.417 homens e 34.417 mulheres; enquanto que 304 habitantes, sendo destes 214 homens e 90 mulheres estão em casa coletiva e 11 pessoas, sendo 09 homens e 02 mulheres classificam-se como sem casa.

**Tabela 06. População por tipo de habitação e sexo no Município de Inhambane**

Total	Homens	Mulheres	Tipo de habitação								
			Particulares			Coletiva			Sem casa		
			Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>65.149</b>	30.640	34.509	64.834	30.417	34.417	304	214	90	11	09	02
<b>(%)</b>	47	53	100	47	53	100	70.4	29.6	100	81.8	18.2

Fonte: INE, 2007. Adaptado por FERNANDO, Mamerto, 2012.

## **5 TURISMO, AMBIENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS EM MOÇAMBIQUE.**

Neste capítulo far-se-á uma apresentação do processo de desenvolvimento do turismo em Moçambique e o marco legal dos setores de turismo e ambiente. Será retratado o percurso histórico do turismo, a definição das áreas prioritárias para o investimento turístico (APIT) e a organização institucional e legislativa do turismo e ambiente em Moçambique. Particular atenção será dada as políticas públicas do turismo e o seu papel no dinamismo do crescimento do setor e na minimização dos impactos socioambientais e na melhoria das condições de vida das populações locais. Serão apresentados alguns programas socioeconômicos implementados pelo setor do turismo nos últimos anos.

### **5.1 Perspectiva Histórica do Turismo em Moçambique**

Para melhor entender os passos do desenvolvimento do turismo em Moçambique é importante, antes de mais, perceber todo o percurso histórico e político pelo qual o setor passou antes e depois da independência nacional. Na perspectiva de uma melhor percepção do setor, não menos importante será a apresentação dos passos da trajetória do turismo desde o período do regime colonial até a atualidade. Este processo de evolução foi marcado por vários fatores, sociais, económicos e políticos que contribuíram tanto para a aceleração como para a desaceleração do turismo no geral.

Como um sector dinamizador da economia nacional, o turismo em Moçambique só começou a ser regulamentado e apoiado pelo governo colonial na segunda metade dos anos 1950 com a criação dos primeiros centros de informação e turismo<sup>32</sup>. Segundo MITUR, (2012), só em 1962 é que se estabeleceram as primeiras 18 zonas de turismo que foram acrescidas para 26 em 1972. A localização e a delimitação destas zonas basearam-se apenas em critérios de consenso geral sobre a importância relativa de atrações de cada zona. No Início dos anos 70 registrou-se um crescimento significativo do sector. Esse crescimento pode ser avaliado com base no parque hoteleiro existente à altura da independência nacional em 1975, como mostra o quadro 01.

---

<sup>32</sup> MITUR (2012): Disponível em: <<http://www.mitur.gov.mz/factos.htm>>. Acesso em: 08. Agosto 2012.

<b>Tipos de Unidades Hoteleiras</b>	<b>Total</b>	<b>Quartos</b>	<b>Camas</b>
Hotéis (incluindo Motéis)	42	2273	4604
Pousadas	10	88	175
Estalagens	17	41	88
Pensões	216	1692	3316
<b>Totais</b>	<b>285</b>	<b>4094</b>	<b>8183</b>

**Quadro 01:** Parque Hoteleiro de Moçambique em 1975

**Fonte:** MITUR/2012.

Segundo (MITUR, 2012), este parque empregava 4.122 trabalhadores e chegou a receber 285.350 hóspedes para um total de 1.349.854 dormidas. No entanto, a maior parte dos hóspedes provinha dos países vizinhos, África do Sul e Zimbábue com 86.982 e 28.184 hóspedes, respectivamente. Porém, mais de metade das camas estava localizada nos distritos da capital do País, o que significa que o turismo teve sempre uma tendência de seguir os padrões do desenvolvimento da desarticulação Norte-Sul da economia colonial em Moçambique.

Moçambique era durante este período, um dos destinos turísticos preferenciais para os países da região. Em 1973 recebeu cerca de 400.000 turistas provenientes principalmente da África do Sul, Zimbábue e Portugal (PEDTM, 2004)<sup>33</sup>. Segundo o plano estratégico, o turismo desenvolveu-se em torno de três grandes atratividades: as praias, a fauna e o ambiente dinâmico oferecido pelos centros urbanos e concentrava-se principalmente nas zonas sul e centro do país. As praias tropicais, as águas quentes e as oportunidades marcantes de pesca e de passeios de barco eram únicos na África Austral. O ambiente continental, a cozinha mediterrânea e as cidades cosmopolitas de Maputo e Beira constituíam uma componente importante da experiência turística. O produto faunístico encontrava-se muito desenvolvido e o Parque Nacional da Gorongosa era considerado uma das melhores reservas de animais da África Austral e a caça nas coutadas (áreas de caça) na zona centro possuía padrão internacional.

<sup>33</sup> Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo (2004-2013). Aprovado na 15ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros de 12 de Outubro de 2004.



**Figuras 11 e 12:** Paisagem da praia de Tofo e atividades esportivas aquáticas (mergulho)  
**Fonte:** FERNANDO, Mamerto, 2012.

## 5.2 O Declínio do Turismo

O ambiente de insegurança, instalado no país depois de 1973, resultou num rápido declínio do desempenho do setor do turismo em Moçambique (MITUR, 2012). Segundo a fonte, no período pós-independência ocorreu uma depressão ao nível de toda a atividade turística nacional. Este fato pode ser explicado pelo relacionamento político e económico conturbado registrado com os dois Países da região que constituíam o principal mercado, nomeadamente a África do Sul e Zimbabwe; a falta de técnicos para planificar e gerir o setor e o conflito armado da guerra civil que durou 16 anos, que não só destruiu as infraestruturas turísticas como também dizimou a flora e a fauna bravia e bloqueou as vias de acesso, comunicação e transportes. No geral, ao longo dos anos 80 e princípios dos anos 90, o turismo externo consistia basicamente na estadia de missões de cooperação internacional, devido ao clima de insegurança instalado no país.

## 5.3 A Revitalização do Setor do Turismo

A assinatura do acordo geral de paz, em 1992 entre o governo da FRELIMO e a RENAMO, que pôs fim a guerra civil de 16 anos, marcou o início da revitalização do sector do turismo. O fim da guerra e o desenvolvimento do Programa de Ajustamento Estrutural criaram condições para a definição de um programa para o restauro do sector. Assim, o programa do Governo para o quinquénio de 1995-1999 definiu o turismo como um sector

para maximizar a entrada de divisas e geração de empregos; reforçar o desenvolvimento regional e distribuir os respectivos benefícios por todas as zonas do País; projetar uma imagem prestigiosa de Moçambique no exterior e promover uma maior participação do empresariado nacional no turismo.

Neste contexto, começou a se verificar no País um rápido crescimento de investimentos no sector. Esse crescimento pode ser avaliado em função da quantidade de camas projetadas e oferecidas pelo sector até ao ano de 1999. Na prática, a Estratégia de Desenvolvimento do Turismo (EDT), projetava para o quinquénio (1995-1999) a construção de 4300 camas. Os índices mais significativos da conclusão dos projetos turísticos foram registrados no ano de 1998 com 1.173 camas, numa projeção anual de 711. A cidade de Maputo, a zona costeira e o Norte da província e cidade de Inhambane, respectivamente, foram as zonas que maior contribuição deram para este crescimento significativo face à entrada em funcionamento de novos estabelecimentos hoteleiros. O quadro 02 mostra a evolução da oferta de camas por categoria dos estabelecimentos hoteleiros entre 1994-1999.

<b>Categoria de Hotéis</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>%(Média)</b>
Luxo	593	593	593	593	1368	1368	26.1
Primeira	528	528	557	624	972	1370	23.1
Económica	1031	1563	1731	1613	2006	2152	17.4
Outras	4621	4726	4820	4316	4324	4379	-0.9
<b>Total</b>	<b>6773</b>	<b>7439</b>	<b>7768</b>	<b>7494</b>	<b>9068</b>	<b>9289</b>	<b>6.8</b>

**Quadro 02.** Evolução da Oferta de Camas por Categoria de Estabelecimento Hoteleiro (1994-1999)

**Fonte:** MITUR/2011. Adaptado por FERNANDO, Mamerto, 2012.

A partir de meados dos anos noventa, a economia registou um crescimento apreciável e na cidade de Maputo, capital do país, foram abertos vários hotéis vocacionados para o turismo de negócio e restaurantes. A procura de lazer com base em praias estimulou o desenvolvimento do alojamento nas estâncias turísticas do sul do país: na Ponta do Ouro, Inhambane (área de estudo), Bilene etc. Os investimentos eram feitos predominantemente em cabanas de praia, locais de campismo e acomodação com cozinha própria, destinados ao mercado regional. Nos meados e finais da década de 90 registraram-se investimentos dirigidos aos mercados mais exigentes nas ilhas do Parque Nacional do Bazaruto e na área continental de Vilankulo (na província de Inhambane). Ainda na mesma época registou um acentuado

investimento na costa do município de Inhambane, nas praias de Tofo e Barra e no distrito de Jangamo, também na província de Inhambane.

Os investimentos no setor de turismo em Inhambane são do setor privado, na sua maioria de investidores de nacionalidade sul africana, com a exceção das áreas de conservação (parques e reservas nacionais), que são geridos pelo Estado. Porém, atualmente nota-se uma tendência de investidores nacionais lançando-se ao mercado do turismo embora de forma ainda muito incipiente.



**Figura 13:** Estabelecimentos turísticos ao longo da costa na praia da Barra  
**Fonte:** FERNANDO, Mamerto, 2012.

Nos tempos mais recentes, os investidores começam a mostrar interesse pelas regiões situadas a norte do país, principalmente em Pemba, no arquipélago das Quirimbas e na zona de Nacala. Segundo dados do (PEDTM, 2004), com esta dinâmica no setor, só em 2001, Moçambique através das fronteiras do sul do país, recebeu cerca de 400.000 turistas, aproximadamente o equivalente aos números recordes registrados no tempo colonial. Em termos de capacidade de alojamento, nesse mesmo ano, Moçambique oferecia um total de 12.000 camas, das quais cerca de 5.000 se enquadram nos padrões internacionais de luxo ou de primeira classe (de 03 à 05 estrelas).

Moçambique está dividido em três regiões geográficas: o norte, constituído pelas províncias de Cabo Delgado, Nampula e Niassa, o centro, com as províncias de Sofala,

Manica, Tete e Zambézia e o sul, com Maputo Cidade, províncias de Maputo, Gaza e Inhambane. As características geofísicas, o desenvolvimento socioeconómico e os perfis turísticos diferem bastante entre as três regiões e as distâncias entre elas são significativas.

No contexto turístico a zona sul afigura-se com o maior número de investimentos neste setor, a comparar com as regiões centro e norte. A cidade de Maputo e as províncias de Maputo, Gaza e Inhambane detêm 50% da capacidade total de estabelecimentos registrados e 65 % do total das camas. De acordo com dados do PEDTM (2004), em 2001, 60% das dormidas do país foram vendidas em Maputo Cidade. De referir ainda que esta região está a beneficiar de níveis consideravelmente elevados de desenvolvimento e detém a melhor infraestrutura de todo o país. O turismo de negócios encontra-se concentrado em Maputo Cidade, enquanto a província de Inhambane, onde faz parte a área de estudo, alberga o maior número de facilidades de acomodação para o lazer, correspondendo, neste momento, à zona do país que recebe maior número de turistas ligados ao lazer com particular destaque ao longo da zona costeira.

Segundo MITUR (2013), em 2012 a capacidade de alojamento aumentou em cerca de 40.883 camas a nível nacional e se arrecadou em receitas internacionais cerca de 277,4 milhões de dólares americanos. No mesmo período foram executados investimentos no turismo na ordem de 247.102,84USD dos cerca de 540 milhões aprovados. As áreas de conservação para fins turísticos arrecadaram 26.990.753,55MTs o equivalente a cerca de 870.669, 47USD. Foram abertos 263 novos estabelecimentos e criados neste período cerca de 42 mil empregos.

#### **5.4 Políticas Públicas do Turismo e Ambiente em Moçambique: Quadro Institucional e Legal**

A questão ambiental começa a ser levada em conta nos processos de planificação das atividades socioeconômicas, incluindo no turismo. Reafirmando esta recente tendência na política pública, Correa, Pimenta e Arndt (2009), afirmam que “embora ainda de forma tímida e incipiente, é possível observar-se recente tendência de dialogo entre as politicas publicas para o turismo, especialmente com os campos ambiental e cultural”.

Ao abordarmos as políticas públicas, vêm-nos à mente logo a prior, as várias obrigações e funções sociais que recaem sobre o Estado, tais como educação, saúde, habitação, saneamento básico, entre outras. Na verdade é neste pressuposto que se baseiam as

políticas públicas, porém, segundo Fernandes (2007), para que sejam implementadas as diversas políticas em cada área social é necessário definir e compreender a estrutura institucional do Estado que contempla tais funções, ou seja, seu conjunto de órgãos, autarquias, ministérios competentes em cada setor, além do processo de financiamento e gestão.

Para Lamounier (s/d) a compreensão do significado das políticas públicas corresponde a um duplo esforço: de um lado entender a dimensão técnica-administrativa que a compõe, buscando verificar a eficiência e o resultado prático das políticas públicas para a sociedade; e de outro lado reconhecer que toda política pública é uma forma de intervenção nas relações sociais em que o processo decisório condiciona e é condicionado por interesses e expectativas sociais.

Neste sentido, a administração pública é que vai garantir a gestão e funcionamento da política pública através do seu aparato técnico administrativo e estrutura burocrática. Segundo Fernandes (2007), o corpo técnico-burocrático vai variar em natureza e dimensão, de acordo com a esfera de poder (União, Estados ou Municípios), ou tipo de política (saneamento, infraestrutura, combate a pobreza, etc) que está sendo executada, porém, este defende que será sempre regido por critérios de legalidade, publicidade, impessoalidade, responsabilidade e eficiência.

Um aspecto não menos importante é a qualidade do processo político que vai determinar o desempenho da administração pública e será dependente do comportamento dos participantes das arenas de decisão política. Fernandes (2007) defende que se na gestão de um determinado bem ou serviço público, os grupos que compõem a arena decisória estabelecem relações onde predominam a irresponsabilidade na alocação de recursos e na prestação de contas, o clientelismo e o favor individual, ao invés da responsabilidade fiscal e financeira dos recursos, da universalidade de procedimentos e da eficiência administrativa, a qualidade de funcionamento do bem ou serviço público oferecido estará comprometida e vai trazer efeitos negativos no longo prazo para o conjunto da nação, e, sobretudo naquela área específica onde atua a política pública.

Em Moçambique, o ministério do turismo - MITUR é um dos recém-criados pelo Governo moçambicano. Este foi criado em 2000, num esforço para a dinamização do processo de desenvolvimento do turismo, através do Decreto Presidencial nº 1/2000 de 17 de Janeiro, tendo o Decreto Presidencial nº 9/2000 de 23 de Maio, definido as suas atribuições e

competências como sendo a direção, planificação e execução das políticas nos seguintes domínios: atividades turísticas; indústria hoteleira e similar; e áreas de conservação para fins do turismo. Antes este fazia parte do ministério da indústria, comércio e turismo.

Segundo PEDTM (2004), para a realização das suas atribuições e competências, o Ministério do Turismo organiza-se de acordo com as seguintes áreas de atividade: a) atividades turísticas; b) indústria hoteleira e similar; c) áreas de conservação para fins do turismo; d) inspeção do turismo. O ministério do turismo tem como órgãos a nível central a direção nacional do turismo (DINATUR), direção nacional para as áreas de conservação para fins turísticos (DNAC), direção de planificação e cooperação (DPC), inspeção geral do turismo (IGT), departamento de recursos humanos (DRH), departamento de administração e finanças (DAF), departamento jurídico (DJ), unidade de coordenação das áreas de conservação transfronteira (ACTF) e o Instituto Nacional do Turismo (INATUR).

Ao nível provincial, o ministério do turismo é representado pelas direções provinciais do turismo, prevendo-se a possibilidade de vir a ter direções ou serviços distritais. Em Janeiro de 2004, o ministério do turismo estabeleceu direções provinciais de turismo em todas as províncias do país, com exceção da Província e Cidade de Maputo, que foram estabelecidos recentemente. Ao nível dos distritos o turismo está integrado nos serviços distritais das atividades económicas – SDAE e nos municípios nas vereações do turismo.

#### **5.4.1 Quadro legal do turismo**

No quadro legislativo do setor do turismo em Moçambique, um dos instrumentos pioneiros foi a Política e Estratégia Nacional do Turismo – PENT de 1995, que mais tarde veio a ser substituído pela Política do Turismo e a Estratégia da sua Implementação – PTEI, aprovada em Abril de 2003. Um ano mais tarde foi criado o mais recente instrumento orientador do setor do turismo para um espaço de 10 anos, de 2004-2013, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique – PEDTM, que procura seguir e colocar, num único documento, as linhas do plano estratégico elaborado em 1995 (Estratégia para o Desenvolvimento de Turismo em Moçambique: 1995-1999), do plano de desenvolvimento estratégico para o turismo nas zonas litorais elaborado em 1997 (Um Quadro de Planificação para o Desenvolvimento de Turismo Regional em Moçambique) e a nova abordagem da Política do Turismo em relação à conjugação do binómio produto-

mercado e as áreas prioritárias para o desenvolvimento do turismo, com relevância para integração das áreas de conservação.

O PEDTM, tem como pilar a Política do Turismo e a Estratégia da sua Implementação e, serve de base no processo de planificação estratégica. Fixa prioridades específicas, define produtos e mercados, identifica áreas prioritárias para o investimento em turismo – APIT e focaliza os recursos necessários.

Desde 1994 que o Governo de Moçambique tem vindo a adoptar e a aprovar várias políticas setoriais e legislação para o setor do turismo. Entre as que têm relações diretas com o sector podem mencionar-se as seguintes:

- Lei do Turismo (2004)
- Política do Turismo e Estratégia da sua Implementação (2003)
- Política e Estratégia Nacional de Floresta e Fauna Bravia (1995)
- Lei de Floresta e Fauna Bravia (1999)
- Lei de Terras (1997)
- Programa Nacional de Gestão Ambiental (1995)
- Lei Quadro Ambiental (1997)
- Lei das Pescas
- Lei de Investimento

Em relação à componente ambiental, salienta-se que para assegurar a coordenação efetiva e a integração de políticas setoriais e dos planos relativos à gestão ambiental ao nível mais alto, o Conselho de Ministros criou, em 1997, através da Lei do Ambiente, a Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – CONDES.

Por outro lado, várias ações ligadas a projetos e empreendimentos turísticos estão condicionadas pelo regulamento de avaliação dos impactos ambientais, que especifica que todos os programas e projetos que possam afetar direta ou indiretamente áreas sensíveis, devem ser sujeitos a uma avaliação dos impactos ambientais – AIA, incluindo as áreas de conservação e zonas de valor arqueológico, histórico e cultural que devem ser preservadas.

#### **5.4.2 Lei do turismo**

A lei do turismo em Moçambique foi criada ao abrigo do Decreto nº 4/2004 (MOÇAMBIQUE, 2004). A presente lei tem como objetivos fundamentais: impulsionar o

desenvolvimento económico e social do país, respeitando o património florestal, faunístico, mineral, arqueológico e artístico, que deve ser preservado e transmitido às gerações futuras; preservar os valores históricos, culturais e promover o orgulho nacional; contribuir para o desenvolvimento harmonioso e equilibrado do país; contribuir para a criação do emprego, crescimento económico e o alívio da pobreza; estimular o setor privado nacional a participar na promoção e desenvolvimento dos recursos turísticos; estabelecer mecanismos de participação e articulação interinstitucional; promover a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos e terrestres; melhorar os níveis de vida das comunidades locais, impulsionando a sua participação ativa no setor do turismo; estimular medidas de segurança e tranquilidade dos turistas, consumidores e fornecedores de produtos e serviços turísticos e, assegurar a igualdade de direitos e oportunidades de todos os sujeitos objeto da presente lei.

Sobre o desenvolvimento sustentável do turismo, a Artigo 7º da presente lei, determina que: o desenvolvimento da atividade turística deve realizar-se respeitando o ambiente e dirigido a atingir um crescimento económico sustentável<sup>34</sup>; as autoridades públicas de nível central, local e autárquica “favorecem e incentivam” o desenvolvimento turístico de baixo de baixo impacto sobre o meio ambiente, com a finalidade de preservar entre outros, os recursos florestais, faunísticos, hídricos, energéticos e as zonas protegidas<sup>35</sup> e, a concepção urbanística e arquitetónica e o modo e exploração dos empreendimentos turísticos visa a sua melhor integração no contexto económico e social local<sup>36</sup>.

Olhando para a abordagem da lei, ela dá primazia à salvaguarda das questões sociais, culturais, ambientais e a integridade das populações. Porém, embora a lei pareça politicamente coerente, o mesmo não se pode dizer em relação aos resultados da mesma com vista ao rápido alcance dos objetivos preconizados. Os mecanismos para o alcance destes objetivos não estão claramente definidos na lei, principalmente no que se refere à integração e participação social. Podem contribuir para esta situação a fraca monitoria dos planos, falta de recursos financeiros e humanos para sua viabilização, para além da falta de responsabilização no caso de incumprimento das metas definidas na lei ou no plano. Considerando que estas leis muitas vezes são definidas em função de protocolos globais, como o código mundial de ética do turismo, os seus resultados apresentados em relatórios, são omissos aos maus resultados, mostrando apenas estatísticas favoráveis para garantir continuidade de financiamentos de

---

<sup>34</sup> Numero 1 do artigo 7 da lei do turismo 4/2004.

<sup>35</sup> Numero 2 do artigo 7 da lei do turismo 4/2004.

<sup>36</sup> Numero 3 do artigo 7 da lei do turismo 4/2004.

doadores, como o FMI e o BM. As políticas em Moçambique são de âmbito nacional, porém, há uma necessidade de se levar a cabo um trabalho de inclusão dos seus princípios fundamentais nos planos locais, de acordo com as especificidades de cada província ou autarquia e a formação e capacitação dos recursos humanos para lidar com a atual conjuntura global.

A política por si só ou o plano de âmbito macro não são o suficiente para acelerar os resultados e objetivos neles preconizados com vista à sustentabilidade socioambiental. É necessário que estes sejam acompanhados por programas específicos de caráter socioambiental que possam nortear a atuação do setor ao nível local ou autárquico. O PEDTM 2004-2013 está chegando ao fim do período de implementação e, numa avaliação superficial, embora seja evidente o desempenho do setor do turismo no crescimento da atividade, este ainda está longe de atingir as metas traçadas nas componentes socioambientais. Nota-se um crescimento nos investimentos privados, principalmente nas zonas costeiras, mas os seus impactos na melhoria das condições de vida das populações nos destinos turísticos, a gestão participativa na política pública pela participação ativa da sociedade no setor do turismo e a preservação do meio ambiente não cresceram na mesma proporção. Maior parte dos programas do setor ao longo deste período direcionou-se a aceleração da atividade do turismo através da promoção do destino e de investimentos. Poucos foram os programas concretos para a componente ambiental e social, salvo alguns casos isolados de programas financiados por agências internacionais, muitos deles de curta duração, a exemplo do programa de capacitação das comunidades em cursos hoteleiros, em algumas províncias.

Por outro lado, o setor de turismo não dispõe de verba para os investimentos em infraestruturas básicas de apoio ao turismo, como estradas, energia elétrica, abastecimento de água, saneamento básico, etc., para as zonas turísticas, dependendo dos planos dos outros setores que respondem por estas áreas socioeconômicas. Dentro deste cenário torna-se improvável que o desenvolvimento acelerado e competitivo do setor, bem como os resultados visando benefícios diretos as comunidades e a sua participação ativa acontecessem de forma regular.

A experiência internacional dos países em desenvolvimento que apostam no turismo como setor estratégico para o rápido crescimento econômico, mostra que o investimento na infraestrutura básica é uma prioridade e os recursos para o efeito são alocados diretamente para o setor do turismo. Por exemplo, nalguns países latino-americanos, o setor do turismo

através de parcerias de financiamento com o Banco Internacional de Desenvolvimento – BID investem na infraestrutura básica, pela construção de aeroportos, rodovias, hidrovias, rede elétrica e de fornecimento de água, saneamento básico, incluindo a superestrutura turística, como megaempreendimentos turísticos públicos, com vista à melhoria da competitividade do setor e ao seu crescimento acelerado.

Apesar da inexistência destes programas de alocação direta de fundos para o setor turístico em Moçambique, o governo através do MITUR pode orientar a melhoria da infraestrutura básica de apoio ao turismo a partir da coordenação institucional com os setores que respondem pelas diferentes áreas de infraestrutura como o setor de estradas, energia, água, saneamento básico, entre outras. Os municípios também tem um papel importantíssimo no desenvolvimento do turismo e na criação de condições para este seja sustentável e traga benefícios às populações. A partir de parceiras nacionais e internacionais, entre públicas e privadas, estes podem investir em programas de aumento da demanda turística, geração de empregos e renda com a exploração direta e indireta do turismo e promover a preservação e valorização do meio ambiente e dos recursos naturais, culturais e históricos à sua disposição.

#### **5.4.3 Áreas Prioritárias para Investimento no Turismo (APIT)**

A priorização das áreas de desenvolvimento do turismo em Moçambique afigura-se como uma preocupação dos governos ao longo dos tempos, incluindo no período da administração colonial. Doravante, constatou-se que as zonas ora definidas, em diferentes períodos, eram tendencialmente muito amplas para servirem de base para um processo da planificação realista, num ambiente marcado pela disponibilidade limitada de recursos e sem definição clara das responsabilidades relativamente à implementação.

Esta priorização mostrou ser uma necessidade até hoje. Deste modo, desenvolveu-se uma metodologia para dar substância à priorização. Esta metodologia, segundo o PEDTM (2004), foi consultiva, científica e prática e baseou-se num conhecimento profundo do local, e teve como alicerces a Política de Turismo, as prioridades nela definidas e a troca de experiência internacional e regional na planificação e desenvolvimento do turismo.

Segundo o PEDTM (2004), os critérios para a identificação das áreas foram desenvolvidos em sessões de trabalho com uma variedade de intervenientes do sector aos níveis nacional, provincial e distrital. Tais critérios são:

- **Distância** – a área deveria estar a uma distância de 3 horas ou menos por estrada a partir de um ponto de entrada aéreo;
- **Máximo potencial do produto e marketing**– parques marinhos, locais de património mundial, parques nacionais, áreas de conservação transfronteira – ACTF, águas interiores significativas, centros de comércio e investimento, portos, praias de qualidade, diversidade biológica, “ícones” turísticos existentes e potenciais;
- **Densidade populacional** – o nível da densidade populacional constitui um fator de influência sobre o tipo de estâncias e destinos a desenvolver;
- **Infraestruturas e acesso** – níveis de infraestruturas existentes ou planificadas, particularmente no que respeita a facilidades por via terrestre e aérea;
- **Acomodação** – volume e qualidade existente e planificado de alojamento;
- **Agrupamento** – a lógica da associação de atrações de alojamento com atrações turísticas que permita que sejam acessíveis a partir de um centro comum;
- **Ligação com iniciativas económicas nacionais** – a ligação existente ou potencial com as principais iniciativas setoriais nacionais e regionais com mais impacto económico e ambiental, por exemplo, iniciativas de desenvolvimento espacial – IDE, ACTF, Corredores de Desenvolvimento, etc.; e
- **Áreas estratégicas** – áreas de importância estratégica nacional do ponto de vista do desenvolvimento do produto, do mercado e/ou das infraestruturas.

Estes critérios foram medidos e mapeados usando Sistemas de Informação Geográfica (GIS) e os resultados foram mapeados e resumidos em mapas sobre o “potencial estético total do turismo”, que mostra as características físicas do país como elevação, uso da terra, cobertura de terra, recifes de corais, etc.; e o mapa que avalia o potencial turístico do país baseado em critérios infraestruturais e outras de carácter antropológico, como população, infraestrutura, eletricidade, acomodação existente, etc.

#### **5.4.4 Classificação e Abordagem Dual das Áreas Prioritárias para o Investimento Turístico – APIT.**

É importante nesta abordagem realçar que os níveis de desenvolvimento turístico, assim como os níveis gerais de desenvolvimento sócio económico e de infraestruturas em Moçambique não estão distribuídos de forma igual ao longo do país. Algumas APIT, especificamente no sul, já alcançaram níveis significativos de desenvolvimento, enquanto

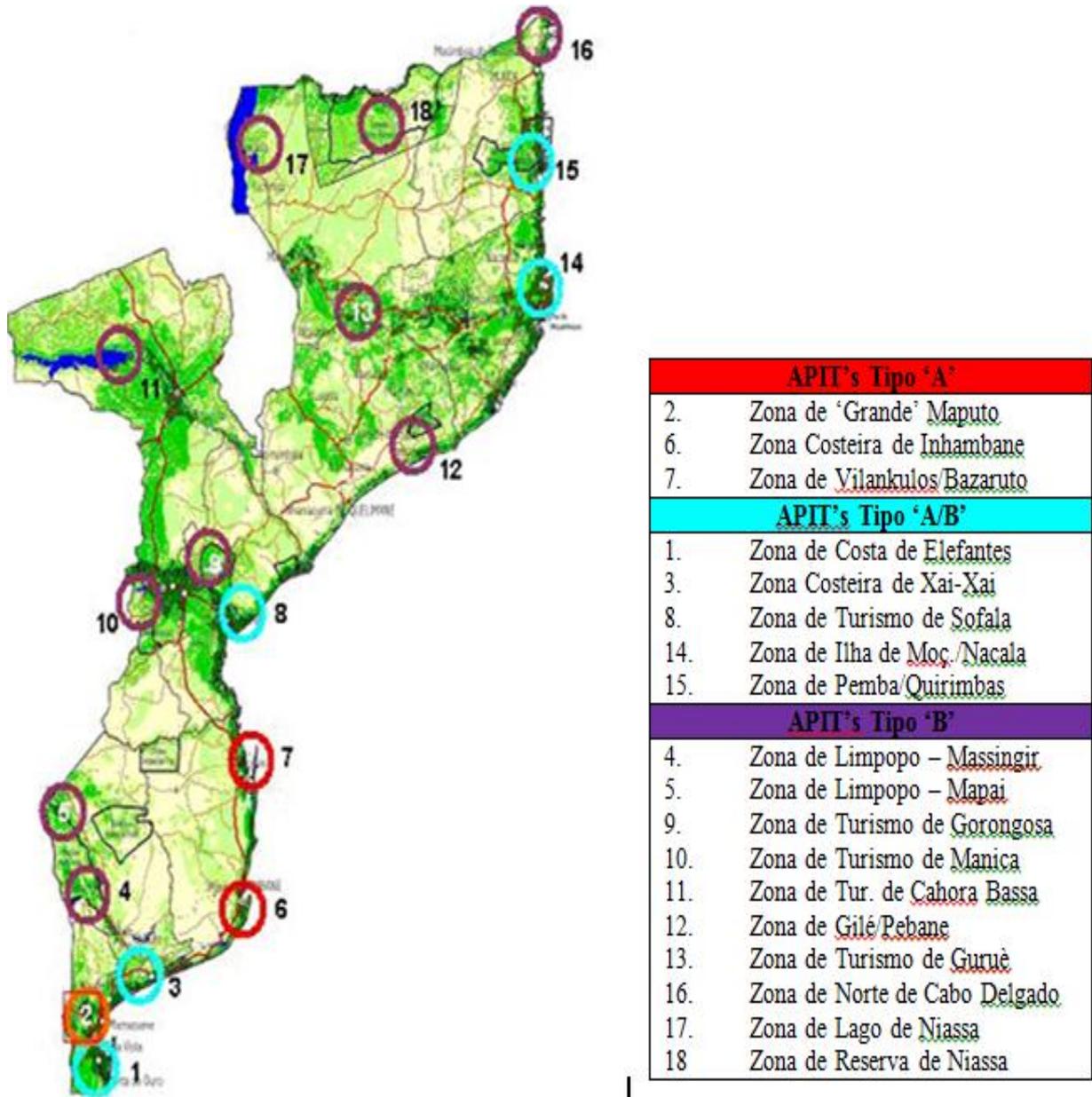
outras, especialmente em áreas remotas de difícil acesso, ainda estão relativamente pouco desenvolvidas. Deste modo, segundo o PEDTM (2004), foram necessárias estratégias diferentes para guiar o desenvolvimento de turismo nas várias APIT, com características quase opostas de turismo e de desenvolvimento socioeconómico. Neste contexto, para facilitar a implementação e classificação, foi adotada no PEDTM uma abordagem dual para lidar com os vários tipos de APIT, baseada nos níveis existentes de desenvolvimento de turismo, acesso e desenvolvimento socioeconómico de cada APIT, como mostram os quadros 03 e 04.

A **APIT do tipo “A”**, considerada aquela que já possui certo nível de desenvolvimento de turismo e infraestrutura de turismo. Estas áreas já atraíram investimento em turismo, ou têm merecido um grande interesse por parte dos investidores, havendo uma grande variedade de opções de acomodação e produtos existentes. Os níveis de provisão de infraestrutura e a quantidade e qualidade de produtos estão muito longe da perfeição, mas já existe um mínimo de facilidades. Prioridades nestas áreas apontam para um desenvolvimento controlado, para a integração de planos de desenvolvimento entre sectores, o desenvolvimento de recursos humanos e a necessidade de marketing dos produtos existentes.

As **APIT tipo “B”** são áreas que foram selecionadas como Áreas Prioritárias, principalmente por causa do seu elevado potencial de turismo ou da sua localização estratégica, mas que efetivamente ainda não têm nível significativo de desenvolvimento do turismo. Muitas destas áreas são de acesso difícil, com baixos níveis de provisão de infraestruturas e serviços e os níveis de desenvolvimento socioeconómico são, em geral, modestos. As prioridades para estas áreas apontam para a melhoria de infraestruturas, planificação integrada e promoção de investimento.

Em função desta abordagem, foram também estabelecidas as **APIT tipo “A/B”**, que são aqueles destinos com um limitado nível de desenvolvimento de turismo. Estas áreas apresentam um pouco de cada uma das características das duas dos tipos A e B, contudo, sem apresentar um grau alto desse desenvolvimento.

A zona costeira do município de Inhambane, onde a área de estudo faz parte, a zona do grande Maputo e a zona de Vilankulo/Bazaruto, esta última, também localizada na província de Inhambane, são as três APIT do tipo “A” existentes em Moçambique, segundo a classificação do PEDTM (2004), como mostra a figura 14.



**Figura 14:** Áreas Prioritárias para o Investimento Turístico - APIT

**Fonte:** Portal do Governo de Moçambique: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/Informacao/Turism/areasInvest/>

<b>Áreas Prioritárias para Investimento Turístico (APITs)</b>				
<b>Zona</b>	<b>Tipo</b>	<b>Nome &amp; Local</b>	<b>Produtos Chave</b>	<b>Segmentos de Mercado</b>
<b>Destinos existentes (Tipo A)</b>				
2	A	<b>Zona do Grande Maputo</b> – inclui Maputo Cidade, Marracuene e Inhaca.	Turismo urbano e de negócios; Sol, praia e mar; Cultura; Ecoturismo.	Negócios domésticos, regionais e internacionais; Trânsito e lazer internacional e VFR (amigos e familiares); Lazer doméstico e VRF.
6	A	<b>Zona Costeira de Inhambane</b> – de Inharrime até Massinga, na Província de Inhambane.	Sol, praia e mar; Desportos aquáticos; Cultura.	Lazer doméstico; Lazer regional e internacional; Interesses especiais; <i>Backpackers</i> (mochileiros).
7	A	<b>Zona de Bazaruto Vilankulo</b> – inclui o Arquipélago do Bazaruto e a costa de Vilankulo até Inhassoro, na Província de Inhambane.	Ecoturismo costeiro; Sol, praia e mar; Desportos aquáticos.	Lazer internacional; Lazer regional.
<b>Destinos existentes com desenvolvimento limitado (Tipo A/B)</b>				
1	A/B	<b>Zona de Turismo da Costa dos Elefantes</b> – a zona costeira entre Catembe e Ponta do Ouro na Província de Maputo	Ecoturismo costeiro; Desportos aquáticos; Sol, praia e mar.	Lazer regional e doméstico; Lazer internacional de nicho e de alto rendimento.
3	A/B	<b>Zona Costeira de Xai Xai</b> – a zona costeira de Bilene até ao Lago Chidenguele, na Província de Gaza.	Sol, praia e mar; Desportos aquáticos; Cultura.	Lazer regional; Lazer doméstico.
08	A/B	<b>Zona de Turismo de Sofala</b> – inclui Beira e a zona costeira de Savane na Província de Sofala	Turismo urbano; Sol, Praia e mar; Cultura; Ecoturismo litoral.	MICE e negócios doméstico e regional; Lazer doméstico; Lazer regional.
14	A/B	<b>Zona da Ilha de Moçambique</b> – da baía de Macambo no sul até à Baía de Memba, no norte da Província de Nampula.	Cultura; Sol, praia e mar; Desportos aquáticos.	Nichos de lazer internacional; Lazer regional.
15	A/B	<b>Zona de Pemba – Quirimbas</b> – de baía de Pemba, até à Ilha de Matemo e os parques marinho e terrestre do Parque Nacional das Quirimbas, na Província de Cabo Delgado.	Sol, praia e mar; Desportos aquáticos; Cultura; Ecoturismo.	Nichos de lazer internacional; Lazer regional.

**Quadro 03:** Áreas Prioritárias para Investimento em Turismo (APITs)

**Fonte:** PEDTM, 2004/Adaptado por FERNANDO, Mamerto, 2012.

Zona	Tipo	Nome & Local	Produtos Chave	Segmentos de Mercado
<b>Destinos emergindo (Tipo B)</b>				
4	B	<b>Zona do Limpopo Massingir</b> – inclui a vila de Massingir, a albufeira de Massingir e o parte sul do Parque Nacional do Limpopo, na Província de Gaza.	Ecoturismo; Aventura; Interesses especiais; Desportos aquáticos; Cultura	Lazer doméstico e regional; MICE doméstico e regional; Lazer internacional; Nichos de ecoturismo.
5	B	<b>Zona do Limpopo Mapai</b> – na Província de Gaza, na zona norte do Parque Nacional do Limpopo.	Ecoturismo; Aventura; Interesses especiais.	Lazer doméstico; Lazer regional e internacional; Nichos de ecoturismo.
9	B	<b>Zona de Turismo de Gorongosa</b> – Inclui o Parque Nacional e a Montanha de Gorongosa.	Ecoturismo; Observação de pássaros.	Lazer internacional e doméstico; Nichos de ecoturismo.
10	B	<b>Zona de Turismo de Manica</b> – inclui Manica, Chicamba e a parte norte da reserva de Chimanimani, na Província de Manica.	Ecoturismo; Aventura; Cultura; Interesses especiais.	<i>Backpackers overlanders</i> ; Nichos de ecoturismo.
11	B	<b>Zona de Turismo de Cahora Bassa</b> – inclui Songo, partes da albufeira de Cahora Bassa e a área comunitária de turismo de Tchuma Tchato, na Província de Tete.	Ecoturismo; Aventura; Interesses especiais; Cultura.	Nichos de ecoturismo; <i>Backpackers overlanders</i> ; Interesses especiais
12	B	<b>Zona de Turismo da Reserva do Gilé-Pebane</b> – inclui a reserva de Gilé e a zona costeira de Pebane, na Província da Zambézia.	Ecoturismo; Sol, praia e mar; Cultura; Interesses especiais.	Mercado de lazer doméstico; Nichos internacionais.
13	B	<b>Zona de Turismo do Guruè</b> – zona de Gurué na Província da Zambézia.	Aventura; Ecoturismo; Cultura.	Lazer doméstico; Nichos internacional e regional.
16	B	<b>Zona Costeira do norte de Cabo Delgado</b> - inclui Palma e Mocímboa da Praia até a fronteira com Tanzânia no norte da Província de Cabo Delgado	Sol, praia e mar; Desportos aquáticos; Cultura.	Lazer internacional; Lazer regional; Interesses especiais.
17	B	<b>Zona de Turismo do Lago Niassa</b> - inclui as margens do lago de Metangula até Cóbue e a zona leste de Manda <i>Wilderness</i> , na província de Niassa.	Ecoturismo; Desportos aquáticos; Cultura.	Lazer internacional; Lazer regional; Interesses especiais.
18	B	<b>Zona da Reserva do Niassa</b> – a reserva e blocos de caça de Reserva de Niassa na Província do Niassa.	Interesses especiais	Nichos de ecoturismo internacionais.

**Quadro 04:** Áreas Prioritárias para Investimento em Turismo (APITs)

Fonte: PEDTM, 2004/Adaptado por FERNANDO, Mamerto, 2012.

#### 5.4.5 Licenciamento das atividades turísticas

O licenciamento dos estabelecimentos turísticos em Moçambique é feito ao abrigo do Regulamento de Alojamento Turístico, Restauração e Salas de Dança à margem do Decreto 18/2007 (MOÇAMBIQUE, 2007). Segundo este instrumento, a autorização dos projetos turísticos deve ter sempre em conta a política de turismo e estratégia da sua implementação bem como os planos de desenvolvimento do turismo, carecendo de autorização do ministro do turismo, governador provincial ou presidente do conselho municipal/administrador distrital, de acordo com a classificação ou categoria do estabelecimento.

Desde modo, o artigo 11 do presente decreto estabelece que a autorização para a instalação, alteração, ampliação, mudança de localização e encerramento de estabelecimentos de alojamento turístico de 3, 4 e 5 estrelas ou outra classificação superior e a dos parques de campismo, aldeamento turístico, conjunto turístico, bem como a suspensão da sua atividade, é da competência do ministro que tutela o setor do turismo<sup>37</sup>.

A autorização para a instalação, alteração, ampliação, mudança de localização e encerramento de estabelecimentos de alojamento turístico de 1 à 2 estrelas, de alojamento particular, de restauração e bebidas e salas de dança, com exceção dos parques de campismo, cuja competência é remetida para o ministro que tutela o setor, bem como a suspensão da sua atividade, é da competência do governador provincial<sup>38</sup>.

A autorização para a instalação, alteração, ampliação, mudança de localização e encerramento de estabelecimentos de alojamento turístico de classificação única, à exceção de aldeamento turístico, conjunto turístico, alojamento particular e das quintas para fins turísticos, bem como a suspensão da sua atividade, é da competência do presidente do conselho municipal ou do administrador distrital, nas áreas administrativas não abrangidas pelos conselhos municipais<sup>39</sup>.

Neste sentido, a instrução de processos no nível central é da responsabilidade da direção nacional do turismo – DINATUR, no nível provincial a responsabilidade recai para as direções províncias de turismo e nos níveis municipal e distrital compete ao conselho municipal ou administração do distrito, se for o caso.

---

<sup>37</sup> Número 1 do Artigo 11 do decreto 18/2007.

<sup>38</sup> Número 2 do Artigo 11 do decreto 18/2007.

<sup>39</sup> Número 3 do Artigo 11 do decreto 18/2007.

### 5.4.6 Legislação ambiental

Um conjunto de textos legislativos e de políticas dão o contexto legal e os antecedentes do conjunto da legislação ambiental em Moçambique. Estes textos incluem a Constituição da República de 2004 e a Política Nacional do Ambiente. Outras áreas de legislação com impacto no licenciamento ambiental incluem aquelas relacionadas com a terra e com o uso da água, e o património nacional. Em sectores específicos como, por exemplo, a indústria mineira e as pescas, deve tomar-se em conta a legislação setorial.

A Constituição moçambicana estabelece o direito de viver num ambiente equilibrado e o dever de defendê-lo<sup>40</sup>. O Estado e as autoridades locais são obrigados a adoptar políticas de defesa do ambiente e a garantir a utilização responsável dos recursos naturais<sup>41</sup>. Para garantir o direito a um ambiente favorável enquanto se reconhece a necessidade dum desenvolvimento sustentável, o Estado deve adoptar políticas que previnam e controlem a poluição e a erosão, integrar os objetivos ambientais nas políticas setoriais e promover a integração dos valores do ambiente nas suas políticas e programas educacionais.

O Estado é também obrigado pela Constituição a garantir a utilização sustentável dos recursos naturais e a estabilidade ecológica das gerações vindouras e a promover o ordenamento territorial com vista a uma correta localização das atividades e a sua contribuição para um desenvolvimento socioeconómico equilibrado<sup>42</sup>. A Constituição de 2004 também cria a obrigação das comunidades defenderem o ambiente<sup>43</sup> e admite a ação popular na defesa do ambiente<sup>44</sup>.

O Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental (MICOA) é a instituição do governo responsável por garantir a conservação e utilização sustentável dos recursos naturais, a coordenação das atividades ambientais e o licenciamento ambiental. As Direções Provinciais para a Coordenação da Ação Ambiental (DPCAA) são os representantes locais do MICOA.

De acordo com o MICOA (2006), no início da década de 1980 começou a surgir a preocupação com o estado do ambiente em Moçambique e se criou a Unidade de Gestão Ambiental no Instituto Nacional de Planeamento Físico (INPF) que, em 1991 passou a

<sup>40</sup> Constituição da República de Moçambique, 2004, Artigo 90, número 1

<sup>41</sup> Constituição, Artigo 90, número 2 e Artigo 117, número 1

<sup>42</sup> Constituição, Artigo 117, número 2

<sup>43</sup> Constituição, Artigo 45, alínea f)

<sup>44</sup> Constituição, Artigo 81, número 2, alínea b)

designar-se Divisão do Meio Ambiente. Somente em junho de 1992, foi criada a primeira instituição de âmbito Nacional para a gestão ambiental, a Comissão Nacional do Meio Ambiente (CNA) que viria a ser extinta em 1994, por meio do decreto presidencial n°2/94, de 21 de Dezembro que criava o MICOA, com o objetivo de promover maior coordenação de todos os setores de atividades e incentivar a correta planificação e utilização dos recursos naturais do país de forma duradoura e responsável.

Em 1995, foi aprovada a Política Nacional do Ambiente (Resolução No 5/95, de 3 de Agosto) como instrumento de base para o desenvolvimento sustentável em Moçambique, considerando suas condições específicas, por meio de um compromisso aceitável e realístico entre o progresso socioeconômico e a proteção do ambiente, tendo como metas básicas a erradicação da pobreza, melhoria da qualidade de vida e a redução dos danos ambientais. A política requer que o governo inclua uma componente ambiental em todos os planos de desenvolvimento<sup>45</sup> e dê uma indicação clara ao legislador da importância de questões ambientais.

A política admite a possibilidade de o governo estabelecer incentivos para estimular o sector privado a participar na gestão ambiental<sup>46</sup>. Também requer que o governo trabalhe com as comunidades locais para criar uma melhor compreensão dos padrões da utilização dos recursos, os métodos e costumes tradicionais de gestão<sup>47</sup>, e prevê que o governo reforça a capacidade das comunidades em conhecer e aplicar regras e princípios de gestão dos recursos naturais<sup>48</sup>. A política considera a criação de condições legais e capacidade institucional para permitir a descentralização da gestão comunitária dos recursos naturais<sup>49</sup>, com o fim de erradicar a pobreza.

Dois anos mais tarde, em 1997, foi criada a Lei do Ambiente (Lei 20/97, de 1 de Outubro) que define as bases legais para uma utilização e gestão corretas do meio ambiente e seus componentes, com vista ao estabelecimento de um sistema de desenvolvimento sustentável no país.

A Lei contém uma série de definições e estabelece princípios baseados no direito constitucional a um ambiente favorável. Estes princípios incluem:

- O princípio do uso e gestão racionais dos recursos naturais;

---

<sup>45</sup> Política Nacional do Ambiente, número 2.3.3

<sup>46</sup> Política Nacional do Ambiente, número 2.3.11

<sup>47</sup> Política Nacional do Ambiente, número 2.3.10

<sup>48</sup> Política Nacional do Ambiente, número 2.3.10

<sup>49</sup> Política Nacional do Ambiente, número 2.3.10

- O princípio do reconhecimento e valorização dos conhecimentos e tradições comunitárias;
- O princípio da gestão ambiental baseada em sistemas preventivos;
- O princípio da gestão integrada;
- O princípio da participação dos cidadãos; e
- O princípio de responsabilidade.

Todos estes princípios inspiram o processo do licenciamento ambiental. A Lei do Ambiente proíbe a poluição, as atividades que aceleram a erosão, a desertificação, desflorestamento ou qualquer outra forma de degradação do ambiente<sup>50</sup>. A Lei também proíbe a importação de resíduos ou lixos perigosos, salvo o que vier estabelecido em legislação específica<sup>51</sup>. A mesma ainda estipula que o governo deve estabelecer padrões de qualidade ambiental<sup>52</sup>. Estes padrões são definidos como sendo os níveis admissíveis de poluição prescritos por lei<sup>53</sup>. O Regulamento sobre os Padrões de Qualidade Ambiental foi aprovado em Junho de 2004<sup>54</sup> e regula a qualidade da atmosfera, da água e do solo para fins industriais. O mesmo regulamento estabelece padrões de qualidade ambiental e de emissão de efluentes<sup>55</sup>.

A Lei do Ambiente encontra-se regulamentada por um conjunto de legislação adicional, tanto geral como específica por sector. O anexo III apresenta uma lista de legislação aplicável.

#### **5.4.7 Procedimentos de licenciamento ambiental**

No âmbito de implementação de atividades que direta ou indiretamente possam influenciar nas componentes ambientais em Moçambique, incluindo os investimentos e empreendimentos turísticos, passa-se pelo processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) nos termos do Artigo 03 da lei do ambiente, do Decreto 45/2004 de 29 de Setembro que aprova o regulamento sobre a avaliação do impacto ambiental. Este decreto revoga o anterior decreto 76/98, visando à adequação dos procedimentos nele instituídos, por forma a

<sup>50</sup> Lei do Ambiente, Artigo 9, número 1.

<sup>51</sup> Lei do Ambiente, Artigo 9, número 2. Tal legislação ainda não foi introduzida. No entanto, foi já ratificada a Convenção de Bamako de 30 de Janeiro de 1991, relativa à interdição da importação de Lixos perigosos e ao controlo da movimentação transfronteiriça desses lixos em África (Resolução 19/96 de 26 de Novembro)

<sup>52</sup> Lei do Ambiente, Artigo 10, número 1

<sup>53</sup> Lei do Ambiente, Artigo 1, número 19

<sup>54</sup> Decreto 18/2004, de 2 de Junho - Regulamento sobre Padrões de Qualidade Ambiental e de Emissão de Efluentes

<sup>55</sup> Regulamento sobre Padrões de Qualidade Ambiental e de Emissão de Efluentes, Artigo 2

torna-los consentâneos com a realidade atual e prosseguir-se o objetivo de simplificação e descentralização das competências aos órgãos locais, imprimindo desta forma maior celeridade ao processo de licenciamento ambiental.

#### **5.4.8 Tipos de Licenças Ambientais**

A Política e a Lei do Ambiente exigem que a gestão do ambiente se baseie em sistemas preventivos, por sua vez, a Lei do Ambiente e os seus regulamentos estabelecem um conjunto de requisitos preventivos que devem ser satisfeitos antes da emissão duma licença ambiental.

A avaliação do impacto ambiental (AIA), segundo o decreto 34/2004, é um instrumento de gestão ambiental preventiva que consiste na identificação e análise prévia, qualitativa e quantitativa, dos efeitos ambientais benéficos e perniciosos de uma atividade proposta. As atividades potenciais em Moçambique são divididas em três categorias baseadas no seu provável impacto no ambiente, podendo estas ser das categorias A, B ou C, ver anexo III.

Em função da categoria da atividade determina-se o tipo AIA a ser realizado em cada atividade, determinando-se a necessidade de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) ou a sua isenção.

O EIA é a componente do processo de avaliação do impacto ambiental que analisa técnica e cientificamente as consequências da implementação de atividades de desenvolvimento sobre o meio ambiente. Neste sentido, nas atividades classificadas como de categoria A é obrigatória a realização do EIA, enquanto que para as de categoria B, realiza-se o estudo ambiental simplificado (EAS) e são isentas de EIA e EAS as atividades de categoria C, que requerem apenas a Declaração de Isenção, emitido pelo ministério para coordenação da ação ambiental (MICOA) através dos órgãos competentes. Em resumo:

- Categoria A: Está sujeita a um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) completo;
- Categoria B: Está sujeita a um Estudo Ambiental Simplificado (EAS);
- Categoria C: Está sujeita à observância das normas de boa gestão ambiental.

#### 5.4.9 Comissão técnica de avaliação

É designado por comissão técnica de avaliação, o comité intersectorial de análise dos documentos técnicos elaborados no âmbito da AIA<sup>56</sup>.

A comissão técnica de Avaliação deverá apresentar a seguinte constituição:

- a) Um representante da direção provincial para coordenação da ação ambiental, que preside a comissão;
- b) Um representante da direção provincial de tutela da atividade proposta (DPTUR para o caso do turismo);
- c) Um representante da autarquia local da área de inserção da atividade;
- d) Outro(s) representante(s) de entidades governamentais, instituições de ensino ou de centros de investigação na área do ambiente;
- e) Técnico(s) especializado(s) na área da respetiva atividade, solicitados ou contratados pela DPCA.

Segundo declarações de MADONDORA (2012)<sup>57</sup>, neste caso, para as atividades turísticas no MI, fazem parte os representantes da DPCA, DPTURI, MI, Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane (ESHTI) e o técnico solicitado pela DPCA, que geralmente de acordo com as especificidades da atividade, têm recorrido à Administração Marítima (ADMAR) ou à Direção Provincial de Pescas de Inhambane (DPPI).

Quando for comprovada a viabilidade ambiental da atividade, o órgão competente a nível central ou local procederá de imediato à notificação do proponente e das entidades de tutela e emitirá a respetiva licença ambiental, no prazo de oito dias úteis, após o pagamento das taxas devidas ao abrigo do Artigo 25 do regulamento.

Em caso de objeção grave que impossibilite a aceitação e licenciamento ambiental da atividade proposta, a autoridade de avaliação do impacto ambiental, poderá decidir em rejeição total de implementação da atividade proposta ou na rejeição parcial da atividade proposta, com a devida fundamentação técnico-científica e legal, acompanhada de relatório e declaração final de avaliação.

A rejeição total de implementação da atividade proposta implica o não licenciamento ambiental da mesma. Enquanto que, se da análise da viabilidade ambiental da atividade

---

<sup>56</sup> Decreto 45/2004 de 29 de Setembro

<sup>57</sup> Entrevista prestada por Afonsina Fernandes Madondora, técnica do departamento de gestão ambiental na direção provincial para coordenação da ação ambiental em Inhambane. 06/02/2012.

resultar a rejeição parcial da mesma, a autoridade de avaliação de impacto ambiental, ou a respetiva DPCAA, poderá condicionar o licenciamento ambiental à realização de alterações e, ou à reformulação da atividade, submetendo-se a uma nova avaliação e posterior decisão.

Tal como se fez referência anteriormente, a legislação tanto do turismo, como do ambiente, entre geral ou específica, prevê todas as medidas cautelares com vista à preservação do meio ambiente, bem como a ênfase na melhoria das condições de vida das populações, no âmbito dos programas de desenvolvimento socioeconômico. Entretanto, o que falta é a criação de mecanismos concretos para que estes preceitos legais sejam efetivamente postos em prática. Com vista a uma mudança de atitude, visando à salvaguarda dos interesses socioambientais nas políticas de desenvolvimento, é importante a desconstrução da visão de desenvolvimento com ênfase apenas no crescimento econômico, aliado a uma utilização predatória e irracional dos recursos naturais, sem integração dos interesses socioambientais. A ética ambiental e a participação tornam-se cada vez mais necessários para se atingir um crescimento econômico inclusivo, onde os interesses de todos sejam considerados na gestão pública.

### **5.5 Programas de Desenvolvimentos do Turismo**

A atividade turística em Moçambique ainda se depara com constrangimentos de várias ordens para se tornar mais competitiva ao nível regional e internacional, apesar do seu riquíssimo potencial. Alguns dos desafios atuais do setor do turismo em Moçambique passam pela capitalização do potencial e oportunidades existentes nas diferentes regiões do país, a inserção do empresariado nacional no setor do turismo, os benefícios visando à melhoria das condições de vida das populações locais com o turismo, bem como o fortalecimento do próprio setor a escala nacional e provincial, através do reforço dos recursos materiais, financeiros e humanos para uma melhor intervenção socioeconômica. A implementação e execução de programas sociais é um dos mecanismos para responder ao problema e objetivos definidos na política pública. Deste modo, existem em curso alguns programas do governo, através do MITUR, visando acelerar o desenvolvimento do turismo a escala nacional. A seguir apresentam-se três exemplos de programas mais recentes, nomeadamente, a definição das zonas de interesse turístico, o programa arco norte e o projeto Kapulana.

### 5.5.1 Zonas de Interesse Turístico

Como já se referiu anteriormente, o turismo em Moçambique está mais desenvolvido na região sul comparativamente com o centro e norte do país, apesar do forte potencial que estas regiões oferecem. Recentemente, o MITUR começou a levar a cabo programas direcionados para as regiões centro e norte, visando capitalizar as oportunidades e o potencial turístico que estas oferecem para o desenvolvimento do setor. Neste sentido, o Governo declarou, em Julho 2011, quatro Zonas de Interesse Turístico – ZIT, três destas na região norte e uma na região sul, sendo locais que apresentam condições naturais e culturais para a prática do turismo, nomeadamente: Pemba e Baía de Pemba (província de Cabo Delgado), áreas dos distritos do Lago e Lichinga (província de Niassa), Ilha de Moçambique e áreas do distrito de Mossuril – Matibane e Ilhas Crusse e Jamali – (província de Nampula) e Inhassoro (província de Inhambane).



**Figura 15:** Zonas de Interesse Turístico – ZIT

**Fonte:** MITUR, 2012.

### 5.5.2 Programa Arco Norte

O projeto Arco-Norte, financiado pela agência norte-americana de Apoio ao Desenvolvimento Internacional – USAID surge no quadro de desenvolvimento do turismo no norte de Moçambique. Este tem como objetivos, segundo MITUR (2008)<sup>58</sup>, atrair grandes investimentos do setor privado e parcerias, estimular negócios relacionados com o turismo, incrementar as oportunidades de emprego, contribuir para o enriquecimento e reforço do poder das comunidades e preservar o ambiente. O projeto também visa providenciar assistência técnica aos operadores turísticos das províncias nortenhas de Nampula, Niassa e Cabo Delgado. De igual modo, os denominados projetos âncora, em desenvolvimento nestas áreas, estimulando o crescimento e o investimento no sector do turismo no norte de Moçambique. Através do desenvolvimento de projetos em locais específicos, pretende-se transformar estas províncias em importantes polos de desenvolvimento de turismo de alta qualidade. O desenvolvimento dos planos diretores das áreas prioritárias, para investimento em turismo e a promoção da construção de infraestruturas básicas nessas zonas, é um objetivo previsto no plano econômico e social – PES (2012). No âmbito do projeto foram identificadas três Potenciais Áreas de Investimento Turístico (PAITs), com o fim de atrair o investimento turístico em estâncias, alojamento e outras condições MITUR (2008). Vide o mapa abaixo:



**Figura 16:** Potenciais áreas de investimento turístico (PAITs)

**Fonte:** MITUR, 2008.

<sup>58</sup> Projeto Arco Norte. Estratégia de desenvolvimento e investimento turístico (Apresentação). MITUR/Abril/2008.

### 5.5.3 Projeto Kapulana

Com vista a contribuir para a criação de condições de alojamento ao nível dos distritos, o Ministério do Turismo através do FUTUR (atual INATUR) introduziu desde 1997 programas de apoio financeiro ao empresariado nacional nomeadamente, o Programa de microcréditos e o Projeto de construção de motéis nos principais corredores de desenvolvimento (MITUR, 2009)<sup>59</sup>.

Segundo MITUR (2009), porque os dois programas, não são suficientes para resolver o problema de carência de alojamento nos Distritos e tomando como base a experiência da construção dos motéis, desenhou-se em 2007 o **Projeto Kapulana Hotéis & Resorts**, promovido pelo Instituto Nacional do Turismo – INATUR responsável pela: promoção do desenvolvimento do setor do turismo, classificação dos estabelecimentos turísticos, desenvolvimento das zonas de interesse turístico, estudos e programas de desenvolvimento e promoção das atividades turísticas. O nome kapulana deriva da necessidade de se dar um carácter moçambicano aos estabelecimentos a construir com o tecido capulana<sup>60</sup> a ter um papel de relevo na decoração das unidades e como símbolo de conforto.

O programa consiste na construção de unidades hoteleiras de padrão médio e alto, com custos acessíveis a serem geridos pelo empresariado nacional, em pelo menos 64 distritos de Moçambique de uma forma faseada até 2011, obedecendo a critérios de distribuição regional e à disponibilidade financeira da instituição. Segundo MITUR (2009), pretende-se, com a introdução deste produto, criar condições de alojamento confortáveis nos distritos para prestadores de serviços, para visitas familiares, visitas de negócio, missões governamentais, inspeções, auditorias, em suma para todos que de uma forma ou de outra se deslocam aos chamados polos de desenvolvimento do país (distritos). As unidades Kapulana H & R consistem num sistema de espaços que incluem quartos isolados, recepção, sala de estar comum, sala de refeições, cozinha e áreas de serviço, parque de estacionamento e acessos exteriores pavimentados. Os quartos serão servidos por um quarto-de-banho privativo, com água quente. O projeto prevê um uso sustentável dos recursos através de sistemas de controle ambiental passivos, tais como ventilação natural, aproveitamento de águas pluviais, energia solar, etc.

---

<sup>59</sup> ABC do Projeto Kapulana. MITUR/INATUR/2009.

<sup>60</sup> Capulana é o nome do tecido geralmente usado pelas mulheres, amarrando-o na cintura e cobrindo as pernas até aos pés. A mesma usa-se para vários estilos de moda e na ornamentação.

O empresariado nacional tem uma fraca participação nos investimentos turísticos em Moçambique. O INATUR pretende com este projeto ampliar a participação do empresariado moçambicano no investimento em turismo, tendo como alvo preferencial investidores dos distritos e na inexistência destes, investidores das províncias do local da implementação. Segundo MITUR (2009), as unidades hoteleiras a serem construídas são propriedade do INATUR, devendo ser cedidas à exploração do empresariado privado nacional através de um contrato de cedência de direitos de exploração. Com este contrato o INATUR pretende ceder os direitos de exploração da marca Kapulana, contra o pagamento de uma taxa mensal, semestral ou anual a ser definida. Para além da taxa de exploração, o beneficiário irá pagar uma taxa referente ao marketing do projeto. O INATUR para além da construção garante o aprovisionamento do mobiliário e decoração com mesmo padrão para todas as unidades. O projeto, segundo MITUR (2009), dentre várias estratégias para garantir serviços de alta qualidade aposta em recursos humanos altamente treinados. Nesta perspectiva o INATUR irá treinar recursos humanos em gestão e hotelaria especificamente para este projeto.

Segundo o PES (2012), para além dos programas acima apresentados, o MITUR, através da unidade de coordenação das áreas de conservação transfronteira – ACTF prossegue com a reabilitação das Áreas de Conservação e a proteção da biodiversidade. Salientar que Moçambique possui uma grande biodiversidade de flora e fauna bravia, que garante a existência de extensas áreas de conservação, entre parques e reservas nacionais e cotadas.

Teoricamente estes programas e projetos mostram uma visão de um futuro risonho para o setor e para todos aqueles com o qual iriam se beneficiar, mas na prática, a sua implementação mostra-se cada vez mais lenta e ineficaz devido a fatores de várias ordens, entre materiais, financeiros, estruturais e humanos. A título de exemplo, o projeto Kapulana previa a instalação de unidades hoteleiras em 64 distritos de forma faseada até 2011. Porém, segundo Momade (2012)<sup>61</sup>, até ao momento só foram edificados 3 estabelecimentos em Moamba (província de Maputo no sul do país), Alto-Molócue (província da Zambézia no centro do país) e Chilembene, na província de Gaza, na região sul. Destes apenas estão em funcionamento os dois primeiros e se prevê que o de Chilembene possa abrir em Janeiro de 2013. Segundo Momade (2012) ainda falta concluir o Kapulana Guijá, na província de Gaza, parado há 2 anos por problemas financeiros e o Kapulana Manjacaze, também na província de

---

<sup>61</sup> Entrevista (por email) concedida por Abdulla Momade, Funcionário do Instituto Nacional do Turismo – INATUR, afeto ao Departamento de Investimentos e Desenvolvimento. Em Novembro de 2012.

Gaza, quase concluído. Estes dados mostram que contrariamente aos 64 distritos que era a meta estabelecida até 2011 para a implementação, em apenas 03 distritos registrou-se avanço, o que corresponde a 4.7% de grau de implementação. Porém, este é apenas um exemplo dentre vários programas cuja execução tem enfrentado dificuldades para a sua materialização plena.

## **6 ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE INHAMBANE.**

### **6.1 Indicadores socioeconômicos e ambientais no MI**

Os indicadores são uma ferramenta importantíssima no estudo de qualquer área, devido a sua capacidade em transmitir informações de âmbito tanto qualitativo ou quantitativo que retratam a realidade de uma determinada região, facilitando desta feita, a elaboração de políticas que possam ajudar a resolver ou a minimizar os problemas que afetam a população. A importância dos indicadores é reforçada pelo Centro de Estudos Cultura e Cidadania de Florianópolis/SC – CECCA (2001) que os considera como ferramentas necessárias para a identificação das questões prioritárias de uma cidade, sendo utilizados como parâmetros de orientação, subsidiando a formulação e fiscalização das políticas públicas, fortalecendo a ação cidadã na elaboração de alternativas.

Dependendo da natureza das informações os indicadores podem tomar diferentes significados, sendo que um dos mais usualmente utilizados é a norma ou parâmetros, podendo ser quantitativos ou qualitativos<sup>62</sup>. Se os indicadores forem criteriosamente selecionados e bem representados, podem ser uma forma ideal de acompanhar as mudanças nos sistemas complexos, que envolvem a análise dos aspectos sociais, econômicos, urbanos e ecológicos que caracterizam uma determinada unidade espacial. Para Gallopin (1996) os mais desejados são aqueles que resumem ou simplificam as informações relevantes, façam com que certos fenômenos que ocorrem na realidade se tornem mais aparentes, o que é um aspecto particularmente importante na gestão ambiental. Os mesmos podem ser aplicados tanto a nível global, regional ou local, dependendo da complexidade da realidade que se quer estudar.

Tomando em consideração a sua importância para o alcance dos objetivos da pesquisa, serão analisados alguns elementos caracterizadores dos indicadores sociais, econômicos e ambientais do município de Inhambane, onde a zona costeira de Tofo e Barra fazem parte.

---

<sup>62</sup> Ultimamente, segundo Ribeiro *et al* (2004), apesar de ter havido um crescimento do uso dos indicadores quantitativos, os indicadores qualitativos tiveram um crescimento mais expressivo. Para o mesmo autor esse fato ocorre, exatamente porque apresenta uma coerência maior com as preocupações contemporâneas, e mesmo com a própria estrutura de pensamento, menos cartesiana e de tendência mais sistêmica ou, recentemente, até mesmo holística. O mesmo autor acrescenta que, a substituição da especialização excessiva por uma abordagem mais interdisciplinar, bem como a crescente consciência dos limites das possibilidades da técnica e dos limites das possibilidades de uso dos recursos naturais, levou a uma preocupação menor com a escala quantitativa e um pouco maior com a escala qualitativa.

Embora se registre uma tendência atual de estudos e pesquisas, ainda de forma incipiente nesta área geográfica, nota-se um grande déficit de dados primários que possam melhor ajudar a contribuir para o alcance dos objetivos da pesquisa. Embora os indicadores sejam considerados uma ferramenta fundamental para a planificação e gestão públicas, o conselho municipal de Inhambane não dispõe de uma base de dados municipais específicos dos vários setores nele representados, de tal forma que foi preciso recorrer às fontes tradicionais de pesquisa para obter estes dados. Para tal, foram estruturados alguns indicadores através dos dados secundários coletados nas diferentes instituições públicas diretamente ligadas ao objeto de estudo e a partir da análise e observação dos vários cenários durante a pesquisa de campo.

### **6.1.1 Educação**

A educação é sem dúvidas a base para o desenvolvimento de qualquer nação ou sociedade. Para que um país possa progredir nas diferentes áreas socioeconômicas é preciso que se invista no capital humano pela educação da sociedade e pela criação de políticas de educação sérias, associadas à qualidade do ensino a todos os níveis e, principalmente na educação básica. O turismo como um setor transversal, também depende da educação, sobretudo, na componente da qualificação de mão de obra. As políticas da educação dos países que têm o turismo como setor estratégico para as suas economias, precisam de se adaptar ao setor, criando cursos específicos voltados para o turismo a todos os níveis.

A educação no MI é parte do Sistema Nacional de Educação (SNE) em Moçambique e alguns dos seus maiores problemas são derivados pelo do período colonial, pelos anos de conflito armado e por algumas políticas socioeconômicas adotadas no país ao longo das últimas décadas.

Aquando da independência, Moçambique herdou de Portugal um sistema educativo precário, caracterizado por altos níveis de analfabetismo, uma rede escolar reduzida, falta de funcionários e professores qualificados e desigualdades regionais e de género marcantes. O sistema legado a Moçambique não fora desenvolvido para atender à maioria. Assim, a expansão do acesso aos serviços educativos tornou-se numa das principais prioridades do país após a independência. O comprometimento nacional para com a educação nunca saiu da agenda de desenvolvimento de Moçambique, nem mesmo durante o conflito armado e os

períodos de dificuldade económica. Este comprometimento do país relativamente à educação fez com que Moçambique atingisse resultados importantes. As taxas de escolarização aumentaram substancialmente, e as taxas de analfabetismo reduziram de cerca de 90% no início dos anos 1970 para 48% em 2008. A taxa líquida de escolarização no ensino primário está agora em 81,3% (2008), e a proporção de raparigas no ensino primário aumentou de 33% após a independência para 47,2% em 2009. (AfriMAP e OSISA, 2012, p. 3)

Durante o período colonial, a maioria dos moçambicanos não tinha acesso à educação básica e secundária e estava interdita de se matricular em escolas reservadas para brancos e assimilados. Havia uma distinção entre as escolas para “nativos” (que ensinavam a “educação indígena”), que eram, geralmente, orientadas por missionários religiosos, principalmente católicos, e as escolas para brancos e assimilados, que eram geridas pelo Estado ou entidades privadas.<sup>63</sup>

Em 1899, o governo português introduziu duas categorias de cidadãos na colónia, os quais teriam diferentes direitos e deveres: o indígena ou nativo, e o não-indígena. No caso, os não-indígenas seriam todas as pessoas nascidas na Europa ou estrangeiros de pele branca. Os não-indígenas seriam submetidos às regras e leis da metrópole Portugal. Os indígenas, por sua vez, seriam todos os demais, africanos e estrangeiros, que seriam governados pelo direito africano, isto é, pelas “leis costumeiras” de seu território. O Código do Indigenato, válido então em todas as colónias portuguesas com exceção de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, seria aplicado pela administração da colónia sem possível recurso aos tribunais de direito. Os indígenas seriam obrigados a trabalhos forçados, a pagar taxas específicas, e precisariam de uma autorização para deixar o país. Gradualmente, foi instituída uma terceira categoria, o assimilado, que seria um cidadão, em regra, descendente de asiáticos ou filho de portugueses com mulheres africanas, mas também alguns negros, que receberiam um tratamento diferenciado dos indígenas, pois, falavam o português e conheciam a cultura portuguesa. Em 1950, apenas 4.554 africanos haviam alcançado o estatuto legal de assimilados à cultura portuguesa em Moçambique. (MONDLANE, 1969, p. 56)

De acordo com o **Ato Colonial de 1930**, as crianças africanas seriam educadas primeiramente em um **sistema de educação rudimentar** (o qual, a partir de 1962, passou a ser conhecido por **ensino de adaptação**), que deveria ter uma duração mínima de três anos.

---

<sup>63</sup> Brazão Mazula, Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985, 1995, pp. 78/88; Malyn Newitt, A History of Mozambique, Hurst & Company, London, 1995, p. 479.

Passados os três anos, as crianças poderiam ser admitidas, se ainda menores de 13 anos de idade, ao **sistema formal de educação primária**, o qual compreendia outros três anos e preparava os alunos para a entrada ao ensino secundário (liceu). A admissão ao ensino primário, contudo, era antes a exceção do que a regra. Para os colonizadores europeus e para os assimilados, o sistema educacional era estruturado de outra forma: as crianças iniciavam seus estudos diretamente no ensino primário, que tinha a duração de quatro anos e dava acesso ao ensino secundário (liceu).<sup>64</sup>

Apesar dos avanços ocorridos no setor da educação nos últimos anos, o setor ainda enfrenta vários problemas. Segundo o relatório publicado pelo *AfriMAP* e pela *Open Society Initiative for Southern Africa (OSISA)* em Abril de 2012, constituem principais constrangimentos do setor o limitado nível de acesso às classes mais avançadas do ensino primário e as baixíssimas taxas de escolarização no ensino secundário e superior, as baixas taxas de conclusão, as diferenças regionais no acesso e na qualidade do ensino, a desigualdade de género, as carências em termos de infraestrutura e capital humano, os altos rácios professor-aluno e professor-turma e a baixa qualidade de educação.

#### **6.1.1.1 O Sistema Nacional de Educação e a Rede escolar no MI**

O Sistema Nacional de Educação (SNE) vigente em Moçambique foi adoptado em 1983 e reformado em 1992. Este é dividido em três subsistemas gerais, a saber: 1) ensino pré-escolar, 2) ensino escolar e 3) ensino extraescolar. A pré-escola ocorre em creches e jardins de infância e destina-se a crianças menores de seis anos. O ensino escolar por sua vez compreende: o ensino geral; o ensino técnico-profissional e o ensino superior. Ainda no ensino escolar, existem setores relacionados a áreas específicas: a) ensino especial; b) ensino vocacional; c) ensino de adultos; d) ensino à distância; e) formação de professores. Por fim, o ensino extraescolar envolve atividades que buscam auxiliar os estudantes no processo de aprendizagem, como atividades culturais.

---

<sup>64</sup> **Ato Colonial de 1930:** O Ato Colonial é o primeiro documento constitucional do Estado Novo português, promulgado a 8 de julho de 1930, pelo decreto n.º 18 570, numa altura em que Oliveira Salazar assumia as funções de ministro Interino das Colónias. É um documento composto por 47 artigos, repartidos por quatro títulos: o I trata "das garantias gerais", o II "dos indígenas", o III "do regime político", e o IV "das garantias económicas e financeiras".

A rede escolar no MI segundo Cuambe (2012)<sup>65</sup> é constituída por 35 estabelecimentos de ensino desde o primário ao superior, sendo 25 do ensino primário do primeiro e segundo graus, 06 do ensino secundário do primeiro e segundo ciclos, 01 escola técnica, 01 centro de formação de professores e 02 universidades, sendo uma delas a Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane – ESHTI, que forma quadros superiores na área do turismo. Apenas nos ensinos primário, secundário e técnico profissional a rede escolar acolhe 27.716 alunos distribuídos em 536 turmas, como mostram as tabelas 07 a 10.

---

<sup>65</sup> Entrevista concedida por Custódio Cuambe, técnico afeto nos Serviços de Educação, Juventude e Tecnologia da Cidade de Inhambane. Em Julho de 2012.

Tabela 07. Alunos do Ensino Básico no Município de Inhambane

N/O	Grupo	Instituição de Ensino	Alunos		Turmas	
			EP1	EP2	EP1	EP2
1	ZIP <sup>66</sup> – A "3º Congresso"	EPC <sup>67</sup> "3º Congresso"	648	330	13	5
2		EPC "7 de Abril"	514	200	11	3
3		EPC "SOS"	559	186	11	4
<b>Sub-Total</b>			<b>1721</b>	<b>716</b>	<b>35</b>	<b>12</b>
4	ZIP – B "1º de Maio"	EPC "1º de Maio"	1745	681	29	12
5		EPC "25 de Setembro"	1879	673	39	13
6		EPI <sup>68</sup> de Chihenguene	544	0	10	0
<b>Sub-Total</b>			<b>4168</b>	<b>1354</b>	<b>78</b>	<b>25</b>
7	ZIP – C Nhampossa	EPC de Nhampossa	540	183	11	4
8		EPC de Guiúua	707	237	11	5
9		EPC de Machare	139	56	5	2
<b>Sub-Total</b>			<b>1386</b>	<b>476</b>	<b>27</b>	<b>11</b>
10	ZIP – D Salela	EPC de Salela	235	130	6	2
11		EPC de Mahila	323	84	6	2
12		EPC de Siquiriva	192	56	5	2
13		EPI de Jogó	162	51	5	2
14		EPC de Machavenga	225	73	5	2
15		EPI de Queleguele	140	0	5	0
<b>Sub-Total</b>			<b>1277</b>	<b>394</b>	<b>32</b>	<b>10</b>
16	ZIP – E "Josina Machel"	EPC "Josina Machel"	598	203	9	4
17		EPC de Nhaguúua	480	135	8	2
18		EPC de Conguiana	515	164	7	2
19		EPC de Mhamua	330	79	5	2
20		EPI de Manhanza	302	103	6	2
21		EPI de Phembane	231	86	5	2
<b>Sub-Total</b>			<b>2456</b>	<b>770</b>	<b>40</b>	<b>14</b>
22	Mucucune	EPC de Mucucune	351	105	7	2
23		EPC de Chamane	329	121	6	2
24		EPC de Marrambone	387	175	9	4
25		EPC da Ilha de I'bane	161	37	5	2
<b>Sub-Total</b>			<b>1228</b>	<b>438</b>	<b>27</b>	<b>10</b>
<b>Total</b>			<b>12236</b>	<b>4148</b>	<b>239</b>	<b>82</b>

Fonte: CUAMBE, 2012.

<sup>66</sup> Zona de Influência Pedagógica<sup>67</sup> Escola Primária Completa (Leccionando da 1ª à 7ª classe).<sup>68</sup> Escola Primária do Primeiro Grau (Leccionando da 1ª à 5ª classes).

Tabela 08: Alunos do Ensino Secundário no MI

N/O	Grupo/ZIP	Instituição de Ensino	Alunos		Turmas	
			ESG1	ESG2	ESG1	ESG2
1	ZIP "EMÍLIA DAÚSSE"	<i>E. S. "Emília Dausse"</i>	<b>1055</b>	<b>787</b>	<b>16</b>	<b>17</b>
2		<i>E. S. "3 de Fevereiro"</i>	2223	289	30	4
3		<i>E. S. Muelé</i>	1399	1195	22	18
4		<i>E.S. "12 Agosto"</i>	1035	0	20	0
5		<i>E.S, "SOS"</i>	1110	0	16	0
6		<i>E. S. "C. F. M."*</i>	52	56	3	2
		<b>Total</b>	<b>6874</b>	<b>2327</b>	<b>107</b>	<b>41</b>

Fonte: CUAMBE, 2012.

Tabela 09: Alunos do Ensino Técnico no MI

Nome da Escola	Classe	Número de Alunos da Electricidade Geral				Número de Alunos da Contabilidade Geral				Número de Alunos da Serralharia Mecânica			
		Total dos Alunos			Turmas	Total dos Alunos			Turmas	Total dos Alunos			Turmas
		H	M	HM		H	M	HM		H	M	HM	
<i>I. I. C. E. M</i>	1º Ano	139	36	<b>175</b>	<b>5</b>	26	134	<b>160</b>	<b>5</b>	72	8	<b>80</b>	<b>3</b>
	2º Ano	112	17	<b>129</b>	<b>4</b>	40	110	<b>150</b>	<b>4</b>	55	9	<b>64</b>	<b>2</b>
	3º Ano	60	11	<b>71</b>	<b>2</b>	52	60	<b>112</b>	<b>4</b>	42	12	<b>54</b>	<b>2</b>
	4º Ano	0	0	<b>0</b>	<b>0</b>	0	0	<b>0</b>	<b>0</b>	0	0	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>311</b>	<b>64</b>	<b>375</b>	<b>11</b>	<b>118</b>	<b>304</b>	<b>422</b>	<b>13</b>	<b>169</b>	<b>29</b>	<b>198</b>	<b>7</b>

Fonte: CUAMBE, 2012.

Tabela 10: Alunos do ensino básico e técnicos de conta no MI

Número Total dos Alunos do Ensino Básico				Número de Alunos de Técnico de Contas			
Total dos Alunos			Turmas	Total dos Alunos			Turmas
H	M	HM		H	M	HM	
<b>237</b>	<b>178</b>	<b>415</b>	<b>13</b>	41	48	<b>89</b>	<b>3</b>
<b>207</b>	<b>136</b>	<b>343</b>	<b>10</b>	26	26	<b>52</b>	<b>2</b>
<b>154</b>	<b>83</b>	<b>237</b>	<b>8</b>	0	0	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	0	0	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>598</b>	<b>397</b>	<b>995</b>	<b>31</b>	<b>67</b>	<b>74</b>	<b>141</b>	<b>5</b>

Fonte: CUAMBE, 2012.

Os dados acima apresentados indicam 12.236 alunos matriculados no ensino primário do primeiro e do segundo graus, um numero que se pode considerar satisfatório, visto que, representa uma porcentagem acima 90% de abrangência, uma vez que estão abrangidas nesse nível escolar as crianças dos 6 aos 12 anos de idade. Segundo INE (2007), o MI tinha em 2007 cerca de 16.499 crianças dos 5-14 anos e não são abrangidas nesta estatística escolar as crianças com 5, 13 e 14 anos de idade. O ensino primário é gratuito e quase abrangente em toda área municipal. O ensino secundário, incluindo o ensino técnico básico e contabilidade, detém cerca de 9.005 alunos matriculados dos 13 aos 17 anos, um indicador também favorável, tendo em conta que o MI tem segundo INE (2007) 8.269 indivíduos dos 15 aos 19 anos de idade, sem contar com os inclusos na faixa dos 5-14 acima apresentada. As escolas primárias ficam localizadas, geralmente, mais próximo dos alunos, levando em consideração a sua distribuição pelo município, enquanto que as escolas secundárias estão concentradas no centro da cidade, com a exceção da escola secundária de Salela, que está localizada ao longo da estrada que vai às praias de Tofo e Barra a cerca de aproximadamente 15 km do centro da cidade. Apesar desta distancia, segundo Cuambe (2012), os casos de desistência não são frequentes a todos os níveis de ensino. Ao nível do ensino básico e médio não está integrado nenhum curso técnico profissional relacionado ao turismo, apesar da existência de uma instituição de ensino técnico na área municipal.

#### **6.1.1.2 Desintegração da Educação Infantil Pré-escolar**

Vale realçar que dentro SNE o ensino pré-escolar é um dos que carece de uma melhor estruturação, visto que este ainda não é considerado como prioritário e nem está integrado dentro do Ministério da Educação – MINED. O ensino pré-escolar possui dois níveis: o primeiro, ao nível das creches que abrange crianças de 0 a 2 anos e o segundo, ao nível dos jardins de infância, com crianças dos 3 a 5 anos. Este abrange uma minoria bastante insignificante de crianças na faixa de 0 a 5 anos. Só para ter uma ideia desta exclusão derivada de falta de políticas públicas que respondam a esta necessidade de educação na infância, o ensino pré-escolar atendia em 2008 cerca de 54.000 crianças em todo país de um total de mais de 4.000.000 de crianças (*AfriMAP and OSISA, 2012*), o que representa 1.35% de crianças moçambicanas dentro e 98.65% fora do ensino pré-escolar. Segundo o estudo, esta minoria de crianças era albergada em 800 centros, de entre estatais, privados e

comunitários. As creches estatais são geridas pelo Ministério da Saúde (MISAU), ao passo que os jardins da infância estatais estão sob a responsabilidade do Ministério da Mulher e da Ação Social (MMAS).

Vários estudos atuais mostram que o mundo todo se desperta para a importância da educação infantil que até pouco tempo atrás era tida como de menor importância. Infelizmente, os indicadores acima apresentados demonstram que Moçambique ainda não despertou da importância desta educação, que deve passar urgentemente pela sua inclusão no SNE do MINED.

Segundo Giddens (2008) as mudanças sociais e económicas, causadas pelas revoluções industriais em todo o mundo, levaram as mulheres a deixar os seus lares, onde eram responsáveis pela criação dos filhos e dos deveres domésticos, cuidando do marido e da família, para entrarem no mercado de trabalho. Estudos mostram que em vários países a partir do século XX, com a entrada da mulher no mercado de trabalho, houve a necessidade de se “confiar às crianças” desde tenra idade a creches, infantários, ou na ausência destes, a avós, avós ou outrem.

Sabemos que a creche, além de constituir um serviço à família, pode responder às necessidades educativas dos menores. A maior parte das pessoas é unânime quando diz que a creche não é apenas um local de guarda das crianças, mas, sobretudo, um meio educativo (PORTUGAL, 1998, p.124).

Para Grispingo (2006) a estimulação precoce das crianças contribui e muito para o seu aprendizado futuro; desenvolve suas capacidades motoras, afetivas e de relacionamento social. Para ela, o contato das crianças com os educadores transforma-se em relações de aprendizado. Esta defende ainda que outra concepção é o desenvolvimento da autonomia, considerando, no processo de aprendizagem, que a criança tem interesses e desejos próprios e que é um ser capaz de interferir no meio em que vive. Para a autora, entender a função de brincar no processo educativo é conduzir a criança, ludicamente, para suas descobertas cognitivas, afetivas, de relação interpessoal, de inserção social. A brincadeira leva a criança ao conhecimento da língua oral, escrita, e da matemática.

A área municipal conta com apenas 03 (três) instituições dedicadas ao ensino pré-escolar, das quais 01 (um) centro infantil tutelado pelo MMAS, vocacionado ao acolhimento de crianças desamparadas, cujo acompanhamento é feito desde a infância até a adolescência, porém, abrindo exceção para acolhimento de outras crianças, sendo uma boa minoria; 01 creche privada que albergam uma minoria de crianças dos 3 a 5 anos de idade e

uma ONG que se dedica a preparação pré-escolar de crianças em numero bastante reduzido. O acesso a estas creches privadas é limitado pelo número reduzido de vagas e pelas condições financeiras dos munícipes, visto que, um cidadão das classes baixa e média não pode arcar com os custos das mensalidades que chegam a superar o salário mínimo nacional.

Os centros de educação infantil são determinantes no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Segundo Abramowiz (1995, p. 39): “A creche é um espaço de socialização de vivências e interações”. Neste espaço as interações traduzem-se por atividades diárias que as crianças realizam com a companhia de outras crianças sob a orientação de um professor. A partir da compreensão de que estas situações contribuem para o processo de aprendizagem e desenvolvimento infantil, é possível o professor e demais profissionais da Educação Infantil redimensionar a sua prática pedagógica e re-significar o papel da interação na educação infantil.

Para inverter o cenário atual do abandono da educação pré-escolar que é fundamental para o desenvolvimento infantil, há uma necessidade urgente de adoção de políticas públicas que a integrem dentro do atual SNE do MINED, principalmente nos municípios, cidades e vilas onde a sua ausência se torna cada vez mais visível. Como forma de viabilizar o ensino pré-escolar, numa primeira fase poderia se adotar o sistema de municipalização deste ensino ao nível dos municípios, que são os locais que mais se ressentem da ausência deste ensino devido a sua conjuntura socioeconômica. Veja-se que, os municípios têm vereações de educação, representadas pelos respetivos vereadores, mas na prática todas as ações da educação são da responsabilidade dos serviços de educação tecnologia e juventude, subordinados a Direção Provincial de Educação e Cultura (DPEC), ficando pouco claro o papel das vereações de educação na área municipal. Neste sentido, com a municipalização da educação pré-escolar os municípios passariam a ter um papel ativo e visível em prol do bem estar dos munícipes que a cada dia clamam pela ausência de centros para a educação de seus filhos na idade pré-escolar.

Analisando o cenário atual da educação na área municipal, com vista a um entrelaçamento com o setor do turismo, destaca-se a implantação, em 2003, da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, vocacionada a formação superior em cursos superiores voltados para o turismo. Porém, há necessidade de aumentar a qualificação profissional nos níveis básico e médio, com cursos hoteleiros ou turísticos, que respondam diretamente ao setor do turismo. Nos níveis básicos e médios os cursos ministrados no ensino

técnico, na área municipal, até ao momento estão restritos apenas para as especialidades de contas, eletricidade e mecânica. A introdução de cursos voltados para o setor do turismo no ensino básico e médio resultaria na melhoria da qualificação profissional para o setor turístico, garantindo emprego a população e qualidade na prestação de serviços turístico e na melhoria da competitividade do setor no geral.

### **6.1.2 Organização política administrativa do município de Inhambane**

O estatuto orgânico do Conselho Municipal da Cidade de Inhambane é definido pela Resolução nº 52/AM/2006, que divide administrativamente o município em 23 bairros, subdivididos em urbanos, semiurbanos e não urbanos ou rurais, como mostra o Anexo III. Deste número de bairros, sete são urbanos, nove não urbanos/rurais e sete semiurbanos. A área de estudo, compreende dois bairros nomeadamente, Josina Machel (Tofo) e Conguiana (Barra), que fazem parte dos bairros semiurbanos e não urbanos/rurais.

Politicamente, o município é dirigido pelo presidente do conselho municipal, que é eleito democraticamente pelos munícipes, por meio de um sufrágio eleitoral em cada quatro anos. O presidente do MI é considerado o órgão executivo singular do município e a ele subordinam-se os vereadores e diretores de serviços. Os vereadores que compõem o conselho municipal são nomeados pelo respetivo presidente com a função de apoiar na planificação e execução dos planos de desenvolvimento autárquico nos diversos serviços. Os diretores de serviços assumem as tarefas mais técnicas e operacionais (Resolução nº 52/AM/2006).

### **6.1.3 Órgãos ambientais e legislação ambiental municipal**

Ao nível do MI os órgãos responsáveis pelas questões ambientais são a Direção de Serviços Urbanos (DSU) e os Serviços sociais, turismo e agropecuária. O primeiro cuida de questões relacionadas à provisão e manutenção de infraestrutura municipal, como o planeamento urbano e do cadastro foral que é responsável pela atribuição, demarcação e todo trabalho administrativo relativo a talhões. O segundo lida com questões de fiscalização e, provisão de educação, saúde, ação social, turismo, juventude, desporto, agricultura, pesca e pecuária (Resolução nº 52/AM/2006).

Segundo Azevedo (2009), para além destes organismos municipais definidos pela legislação no MI existe ainda outros organismos estatais que trabalham em prol da sustentabilidade ambiental, mas que são autônomas e não tem um vínculo direto com o MI; no quadro ele destaca os seguintes:

Nº	Instituição/organização	Área de atuação
1	Fundo de Investigação do Programa de Água – FIPAG	Água
2	Serviços Provinciais de Gestão de Calamidades	Desastres naturais
3	Eletricidade de Moçambique	Energia
4	Serviços Provinciais de Meteorologia	Clima
5	Gabinete das Zonas Verdes da Cidade de Inhambane	Espaços verdes/flora
6	Centro de Higiene Ambiental e Exames Médicos – CHAEM	Saúde pública

**Quadro 05:** Lista de instituições que apoiam a gestão ambiental municipal  
**Fonte:** Azevedo, 2009

Quanto à parceria com o setor privado, segundo José<sup>69</sup>, o município mantém parceria com a Associação de Limpeza e Meio Ambiente (ALMA), que trabalha na gestão de resíduos sólidos na praia do Tofo, prevendo alastrar o raio de abrangência para a praia da Barra. A ALMA tem uma estação de reciclagem de resíduos sólidos no Tofo onde faz a separação seletiva dos resíduos, concretamente de garrafas e latas para venda e reutilização, principalmente para o artesanato e, os benefícios financeiros são reinvestidos para compra de material, a exemplo de depósitos de lixo e sacos plásticos e ainda trabalha na educação ambiental das comunidades residentes no Tofo.

<sup>69</sup> Entrevista concedida por Eugénio Casimiro José, diretor dos serviços urbanos no CMCI. 23/05/2012



**Figura 17 e 18:** Estação de reciclagem da ALMA à beira da estrada que dá acesso à praia de Tofo. Há cerca de 300m da praia e garrafas ensacadas para venda.

**Fonte:** FERNANDO, Mamerto, 2012.

Sobre a legislação ambiental municipal, o único instrumento existente no MI é o Código de Postura Municipal (CPM) que orienta as ações, dentro do município, tais como, higiene e sanidade pública, uso águas públicas, vias e ou lugares públicos, construções e reparações de edificações, postos de gasolina, trânsito de veículos, pessoas e animais, mercado municipal, matadouros, talhos, gêneros de consumo imediato, venda de leite e pão, vendedores ambulantes e pesos e medidas em estabelecimentos comerciais. Não existindo uma legislação municipal específica para cada um dos elementos que compõe os aspectos ambientais o município fica dependente da legislação nacional. Segundo José (2012), está-se trabalhando para reverter este cenário e o exemplo deste esforço é a elaboração do plano diretor de resíduos sólidos que abrange apenas a zona urbana.

#### **6.1.4 Ordenamento Territorial**

O ordenamento territorial é um fator importante no processo de uso de terra para vários fins de interesse socioeconômico, levando em consideração as características ecológicas e socioambientais de cada lugar. Dos contatos efetuados durante a pesquisa, nas entrevistas, várias opiniões indicaram que um dos pontos fracos por parte das autoridades moçambicanas nos níveis provincial e municipal reside no planejamento de médio e longo prazo, seja na área de uso da terra como nas atividades de desenvolvimento socioeconômico, constituindo desta forma numa grande ameaça para a sustentabilidade do turismo, de modo particular, ao longo prazo.

O CMCI não possui um plano de uso da terra efectivo elaborado para a área de jurisdição municipal. Todavia, o MICOA, através do Centro de Desenvolvimento Sustentável das Zonas Costeiras (CDS-ZC) e o Governo Provincial de Inhambane, através duma equipe técnica provincial (ETP), liderada pela Direção Provincial para a Coordenação da Ação Ambiental de Inhambane (DPCAIAI), produziram no ano de 2002 um plano de ordenamento territorial designado por Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e Macrozoneamento de TBT (Tofo, Barra, Tofinho e Praia da Rocha), em cumprimento da recomendação do Governo Provincial de Inhambane, como uma estratégia para minimizar os problemas que ocorrem na zona de TBT e promover um desenvolvimento harmonioso e sustentável. Este plano foi aprovado por resolução da assembleia municipal de 30 de Abril de 2003, com base nas competências que lhe são atribuídas pela alínea d, nº 3 do art. 45 da Lei das autarquias (CDS-ZC, 2003).

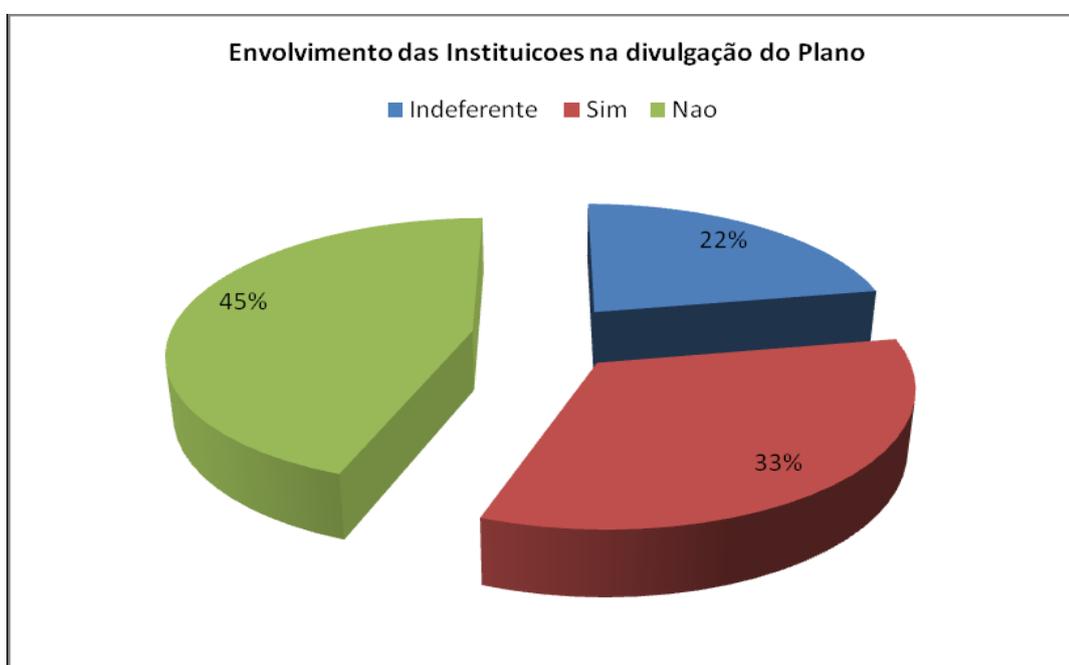
No entanto, o plano, teve pouco efeito no terreno em termos de execução e organização dos vários usuários e as actividades efetivas de zoneamento. Dai que as opiniões dos vários entrevistados foram unânimes em afirmar que o CMCI tenha efetivamente "ignorado" o plano. Pode-se fundamentar esta análise pelo facto da aprovação do plano ter sido por via de resolução aguardando a conclusão e adopção formal pela Assembleia Municipal. Para além desta aprovação, para que o plano fosse plenamente eficaz, impunha-se a realização urgente de algumas actividades, incluindo a adopção dos instrumentos auxiliares complementares que não foram realizados.

Um estudo levado a cabo pelo CDS-ZC em 2010, visando avaliar o grau de implementação deste plano mostrou que ao nível dos técnicos dos departamentos e repartições que lidam com turismo, ambiente e zoneamento alguns conhecem o plano e outros já ouviram falar do mesmo. Porém, dos que conhecem o plano são maioritariamente técnicos das instituições que fizeram parte no processo da elaboração, fato que revela a fraca capacidade intersetorial de divulgação dos instrumentos de planeamento.

De acordo com o estudo, a elaboração do plano foi participativa, mas mesmo assim, a maior parte das pessoas entrevistadas incluindo operadores turísticos e membros das associações que operam na área do TBT afirmou que não conheciam este instrumento, o que mais uma vez, pode estar associado à fraca divulgação por parte das entidades competentes.

O estudo do CDS (2010) aponta a falta de liderança na implementação do plano, afirmando que embora a responsabilidade em termos legais recaia sobre o CMCI, a DPCAII deveria ter continuado com a coordenação ou assistir ao CMCI nas componentes de implementação, divulgação e monitoria do plano. Outra fraqueza que o estudo aponta, é o facto das instituições envolvidas no processo de elaboração do plano nunca terem traçado nos seus planos económicos e sociais (PES) as atividades que visam especificamente à divulgação deste plano.

A figura abaixo mostra o estágio de divulgação do plano de TBT. Quando se fala da divulgação, referem-se ao conhecimento da existência do plano e do seu uso pelas diferentes partes afetadas e interessadas.



**Figura 19:** Gráfico de avaliação do grau de envolvimento das instituições nas ações de divulgação do plano TBT  
**Fonte:** MICOA/CDS-ZC, 2010.

Observando a figura acima, do total das pessoas inquiridas, pertencentes às instituições provinciais, comunidades locais, ONG's e operadores turísticos, 45% nunca ouviram falar do plano e alguns deles segundo o estudo são indivíduos que estão desenvolvendo atividades ou tem uma porção de terra na zona do TBT. Os 33% que conhecem pertencem às instituições que participaram na elaboração do mesmo.

Na sua conclusão, o estudo realizado pela CDS-ZC assumiu que a implementação do plano de macrozoneamento de TBT foi fraca, e esta fraqueza é resultado de: fraca coordenação intersetorial das instituições chaves (município, turismo, ação ambiental, entre

outras) na avaliação das propostas de investimento; falta de comprometimento das instituições para implementação do plano de macrozoneamento; falta de um dispositivo legal para a responsabilização das instituições do governo em caso de não observância das normas e recomendações do plano de macrozoneamento do TBT no processo de aprovação das propostas de investimento; sobreposição de mandatos entre as instituições afins; fraca divulgação do documento; não envolvimento de todas as partes em todas as etapas de implementação e ausência de sistema de monitoria.

Durante a pesquisa constatou-se que este plano, não está disponível, ou seja, não existe fisicamente ao nível de algumas instituições chave, como DPTURI e CMCI, justificando-se deste modo o fracasso na sua implementação. Todavia, embora seja evidente a fraca capacidade de implementação do plano ao nível do MI, é importante referir que algumas instituições como DPCAAI, em algumas atividades têm-se apoiado neste plano; por exemplo, a DPCAAI para aprovação de projetos ou atividades para esta zona de TBT toma em consideração as recomendações do plano, segundo Madondora (2012).

Devido ao fraco ordenamento territorial, o desenvolvimento do turismo na costa de TBT é caracterizado por vários eixos de opinião, entre técnicos ou funcionários do governo e os operadores turísticos como incoerente e cheia de improvisos. A falta de cumprimento do plano de macro zoneamento levou à construção de moradias em locais inadequados, incluindo terras designadas como zona verde, ou em dunas primárias. Com o aumento do nível de investimentos na costa de TBT, maior pressão está sendo colocada em recursos naturais locais e as comunidades.



**Figuras 20 e 21:** Casas de férias em zonas de risco na praia de Tofo  
**Fonte:** FERNANDO, Mamerto, 2012.

### **6.1.5 Serviços Sanitários**

Visando analisar as condições sanitárias na zona costeira de Tofo e Barra, será necessário conhecer as variáveis básicas do serviço público composto pelos sistemas de abastecimento de água, de esgotos sanitários, de drenagem e de coleta de lixo no MI.

#### **6.1.5.1 Abastecimento de água**

A produção, tratamento e distribuição de água para o uso doméstico no MI estão na responsabilidade do Fundo de Investimento de Patrimônio de Água – FIPAG e do Conselho municipal da cidade de Inhambane. O FIPAG é responsável pelo sistema urbano de abastecimento de águas que engloba toda área urbana e semiurbana, enquanto que o CMCI é responsável pela abertura de fontes de captação de água alternativas, poços e furos, nas comunidades não abrangidas pelo sistema de abastecimento de água da FIPAG e que são as mais carentes e distantes da zona urbana e semiurbana.

O MI não dispõe de uma legislação específica sobre a gestão de recursos hídricos, recorrendo aos instrumentos de âmbito nacional, a exemplo da Lei n°16/91 que aprova a Lei de Águas e o Diploma ministerial n° 180/2004 que aprova o regulamento sobre a qualidade de água para consumo humano. Porém, o CPM define as disposições e penalidades em relação ao uso de água em poços e fontanários. Embora a sistema de abastecimento de água seja da responsabilidade da FIPAG, existe entre este organismo com o MI por forma a expandir a distribuição para as novas áreas de expansão. É importante salientar que o trabalho imprimido pelo FIPAG na expansão da rede de distribuição de água para as populações cresceu bastante nos últimos três anos. Muitos bairros semiurbanos e rurais do MI de Inhambane já se beneficiam de água canalizada e nota-se uma tendência progressiva neste sentido.

O abastecimento de água na área de estudo é assegurado pelo FIPAG, do momento apenas no Tofo. Segundo dados da empresa fornecedora de água a zona de Tofo conta atualmente com cerca de 1000 ligações (FIPAG, 2012), beneficiando os moradores locais e as empresas sedeadas naquele local. A zona da Barra ainda não se beneficia do sistema de abastecimento de água da FIPAG, porém, segundo a fonte existe um plano para estender a rede de fornecimento de água até Barra no ano de 2013.

### **6.1.5.2 Coleta de esgotos**

O MI não dispõe de uma rede integrada de coleta de esgotos, nem uma estação de tratamento de resíduos líquidos domiciliares e industriais. Segundo Neto *apud* Azevedo (2009) as populações do MI usam dois tipos de esgotos, nomeadamente, em áreas urbanas e semiurbanas por meio de sistema de fossas sépticas com caixas de drenagem e nas áreas não-urbanas usam-se as latrinas melhoradas e tradicionais e bem como fecalismo a céu aberto. A mesma fonte acrescenta que não há problemas em relação a estes tipos de esgotos (fossas sépticas e latrinas melhoradas), pois, se bem construídos, não representam ameaça aos lençóis freáticos que em determinados pontos do município estão muito próximos da superfície.

“Para retirada de resíduos líquidos o MI conta com um coletor de fossas sépticas, que depois deposita os resíduos em valas que são abertas para tal sem obediência a critérios previamente estabelecidos de segurança” (NETO, *apud* AZEVEDO, 2009).

### **6.1.5.3 Drenagem**

Segundo Neto *apud* Azevedo (2009) o subsistema no MI apresenta-se pequeno e bastante obsoleto tendo em conta que ele foi construído nos finais da década de 1940 e somente cobre 30% da área urbana; o escoamento das águas é feito diretamente para baía de Inhambane sem que se faça o tratamento prévio das mesmas. As zonas semi-urbanas e não urbanas não dispõem deste subsistema. Porém, a pequena porção existente, não tem merecido nenhuma manutenção e uma parte da mesma encontra-se assoreada causando enchentes em algumas zonas da urbe quando ocorrem chuvas de grande intensidade. Em algumas artérias da cidade, principalmente nas bermas das estradas urbanas, é possível ver drenos sem as respetivas tampas de proteção, permitindo desta forma a penetração de lixo que posteriormente provoca entupimento dos mesmos e pondo em risco a circulação de pessoas e veículos.

### **6.1.5.4 Resíduos sólidos**

A questão dos Resíduos sólidos é um problema cada vez maior no MI e na área de estudo em particular. O aumento do número de estabelecimentos turísticos na área tem

aumentado os níveis de produção de resíduos sólidos cuja gestão vai-se tornando cada vez mais complicada. O serviço de coleta de resíduos sólidos na área municipal é da responsabilidade do MI através dos Serviços Urbanos, organismo responsável pelas ações de gestão de resíduos sólidos municipais ao abrigo do CPM como o seu instrumento legal, embora este não defina as normas de coleta e deposição de resíduos. Porém, segundo José (2012), o município já dispõe de um plano diretor de resíduos sólidos que em breve entrará em vigor.

Todo o processo de coleta e fiscalização é realizado pelo MI; o monitoramento é realizado pelo CHAEM. É importante realçar que a coleta de resíduos sólidos no MI ocorre de forma regular apenas na zona urbana da cidade, que é considerada hoje a mais limpa do país, o que significa que os bairros periféricos estão desprovidos deste serviço básico para as populações. Atualmente não existe coleta seletiva do lixo no MI, razão pela qual os resíduos hospitalares são transportados e depositados nos mesmos lugares e locais onde os resíduos sólidos comuns são transportados e depositados, representando um grande risco a saúde pública.

O MI não dispõe de uma lixeira municipal ou um aterro sanitário formal que possa viabilizar a coleta e tratamento dos resíduos. Todavia, segundo José (2012), está em vista a construção de um aterro sanitário no bairro de Salela que poderá reverter o atual cenário. Para Azevedo (2009) os grandes problemas da gestão de resíduos sólidos no MI prendem-se com a falta de uma lixeira municipal, a fraca capacidade para gerir resíduos hospitalares, recursos financeiros, tecnológicos, matérias e humanos e ainda a inexistência de uma incineradora.

A área de estudo que faz parte das zonas semiurbana e rural, também não conta com o serviço municipal de coleta de lixo, porém, no âmbito da parceria entre o MI, ALMA e os operadores turísticos de Tofo e Barra, garante-se a coleta dos resíduos que são posteriormente depositados na lixeira do Tofo que fica junto à estação de reciclagem da ALMA. Nesta lixeira para além da seleção do lixo reciclável pela ALMA, incinera-se o lixo misturado, sem a separação prévia, vide figura 22.



**Figura 22:** Lixeira de Tofo e a incineração do lixo comum  
**Fonte:** FERNANDO, Mamerto, 2012.

Em relação à lixeira de Tofo, embora aparentemente seja uma solução para a deposição de lixo, vários impactos negativos podem ser levantados sobre ela. Esta não passou por nenhum processo de impermeabilização, constituindo um risco na contaminação do solo e das águas subterrâneas. A sua localização junto à principal via de acesso a praia de Tofo (vide figura 23), a zona turística, a zona residencial e a proximidade de cerca de 50 metros de uma lagoa, também representam um perigo público, visto que, os utentes da área, entre turistas, comunidades locais, trabalhadores e tantos outros estão vulneráveis a inalar o ar e a fumaça liberada no local. Durante a pesquisa foi notável que este cenário não constitui uma preocupação do MI, provando a fraca consciência ambiental dos gestores públicos, que para eles este já é um problema resolvido, sem medir a gravidade dos impactos que a localização da lixeira pode representar à saúde humana e ao meio ambiente.



**Figura 23:** Entrada para a lixeira de Tofo, junto a estrada que dá acesso a praia de Tofo.  
**Fonte:** FERNANDO, Mamerto, 2012.

Considerando que a coleta de lixo está restrita à zona urbana, em alguns bairros, embora uma minoria, o CMCI no âmbito da cooperação internacional construiu recentemente, com apoio da cooperação alemã, depósitos onde as populações possam depositar o lixo. A área de estudo conta com um destes depósitos localizado na praia de Tofo (vide figuras 24 e 25). Por sua vez a ALMA também leva a cabo ações de apoio na coleta de lixo (apenas na praia do Tofo até ao momento), disponibilizando depósitos e sacos plásticos nos locais mais críticos de produção de lixo na zona do Tofo.



**Figura 24 e 25:** Depósito de lixo localizado na praia do Tofo, construído no âmbito da cooperação alemã.  
**Fonte:** FERNANDO, Mamerto, 2012.

A zona da Barra não conta com a mesma estrutura de coleta de resíduos sólidos. Os operadores turísticos da praia de Barra, que se podem considerar como os maiores produtores de resíduos na zona da Barra comparativamente com as comunidades, dependem da lixeira de Tofo para fazer o depósito de seus resíduos sólidos, sendo necessário percorrer cerca de 10 km de distância para o local. Como forma de minimizar os custos no transporte para fazer o depósito de resíduos na lixeira de Tofo os operadores do ramo de turismo na Barra estabeleceram parceria com servidores terceirizados que recolhem os resíduos nos estabelecimentos turísticos e os levam ao destino final no Tofo. Entretanto, segundo Low<sup>70</sup> (2012), o comportamento dos prestadores de serviço terceirizado de transporte dos resíduos ao Tofo às vezes tem sido irresponsável, chegando mesmo a jogar o lixo em locais impróprios como nas margens do manguezal ou da principal via de acesso à praia da Barra em detrimento de transportá-lo ao destino final. As imagens das figuras 26 e 27 mostram um exemplo claro destes atos, constatados durante o trabalho de campo.



**Figura 26 e 27:** Lixo jogado em locais impróprios por prestadores de serviço terceirizado de coleta de lixo nos estabelecimentos turísticos da Barra.

**Fonte:** FERNANDO, Mamerto, 2012.

Este tipo de atitudes contra o meio ambiente prende-se com o elevado nível de falta de conscientização ambiental das comunidades locais sobre as boas práticas, razão pela qual é notória a proliferação de resíduos colocados em lugares inadequados, apesar da existência de lugares para o efeito. Nalguns casos, próximo dos depósitos de resíduos, algumas pessoas optam por depositar os resíduos fora destes ou em seu redor, como mostra a figura 28, embora as condições criadas nos locais de depósito de resíduos também deixem muito a desejar.

---

<sup>70</sup> Entrevista prestada por John Low, um dos sócios-gerentes do grupo barra resorts, sediado no estabelecimento turístico Barra Lodge, na praia da Barra.



**Figura 28:** Resíduos sólidos jogados fora dos depósitos de lixo na praia de Tofo  
**Fonte:** FERNANDO, Mamerto, 2012.

Olhando para atual situação sobre a coleta e tratamento de resíduos sólidos no MI, nota-se uma grande falta de consciência ambiental não só das populações, mas também dos próprios gestores públicos e municipais, que ainda não encaram este como um serviço básico aos munícipes no geral e um atentado à saúde pública quando a sua coleta e tratamento se tornam ineficientes. O crescimento urbano no MI é progressivo, com o surgimento de novos bairros de expansão urbana na periferia do centro da cidade. Porém, tanto nestes bairros como nos mais antigos bairros periféricos o MI ainda não tem nenhuma estrutura de coleta de resíduos sólidos, daí que nestes bairros verifica-se a proliferação de montões de lixo lançado ao longo das vias de acesso, por falta de alternativas para o efeito.

Segundo Low (2012), um dos gestores turísticos na praia de Barra, os operadores turísticos pagam uma taxa para o uso da lixeira de Tofo, para além do custo de transporte dos próprios resíduos e, segundo ele, não se justifica que os operadores turísticos arquem com somas elevadas para a coleta de resíduos sólidos uma vez que estes cumprem com os seus deveres fiscais ao nível do município e que o sistema de coleta de resíduos deveria ser um direito. A mesma reclamação é partilhada pelos moradores dos bairros periféricos da cidade de Inhambane que não se beneficiam da coleta de resíduos sólidos, uma vez que todos os utilizadores da rede pública de fornecimento de energia são cobrados uma taxa mensal, designada “taxa de lixo”, mas não se beneficiam de nenhuma estrutura de coleta de resíduos sólidos. O investimento municipal no sistema de coleta de resíduos sólidos nos bairros municipais, por si só, seria uma forma de conscientizar as populações da importância das boas práticas de tratamento dos resíduos sólidos.

### **6.1.6 Aplicação da legislação ambiental na área municipal e a relação multissetorial**

No quadro da legislação moçambicana, os municípios enquadram-se no contexto das autarquias locais que, são criadas ao abrigo do nº 1 do Artigo 135 da Constituição da República, visando a prossecução dos interesses das populações respetivas, sem prejuízo dos interesses nacionais e da participação do Estado. Em Moçambique, de acordo com a Lei nº 2/972 (MOÇAMBIQUE, 1997) ao nível municipal, compete à Assembleia Municipal através do Conselho Municipal fazer a gestão ambiental tendo em vista a Política e Lei Ambiental Nacional. O capítulo 2, artigo 46 da Lei das Autarquias Locais (MOÇAMBIQUE, 1997) refere que visando à proteção do meio ambiente, a Assembleia Municipal, mediante proposta do Conselho Municipal, deve aprovar o plano ambiental e outros programas e propostas para garantir a qualidade ambiental por meio da gestão sustentável dos recursos existentes na área municipal.

Apesar de se verificar um crescimento acelerado nas várias áreas de desenvolvimento socioeconómico, principalmente no setor do turismo, passados 15 (quinze) anos após a aprovação da legislação supracitada, pode se afirmar que o Município de Inhambane (MI) até ao momento, ainda não dispõe um plano ambiental que oriente o desenvolvimento sustentável da autarquia.

Por outro lado, embora se note um esforço na criação da legislação de âmbito nacional, cuja implementação atinge os níveis provincial e autárquico, o mesmo não acontece em relação ao cumprimento rígido da mesma. Para além de uma eminente falta de dinamismo do setor público que responda com eficácia a legislação vigente, nota-se um grande défice não só dos recursos materiais e financeiros, mas principalmente dos humanos que possam responder com maior eficiência a este objetivo e evitando principalmente, a priorização dos interesses das elites económicas passando por cima da ética social e ambiental. Este défice pode se justificar também pela falta de instrumentos de planeamento que possam orientar o desenvolvimento sustentável, o défice da participação popular no sistema de gestão pública, bem como a falta de seleção criteriosa de recursos humanos capacitados a responderem pelas várias áreas estratégicas de gestão.

No que se refere à relação multissetorial, Madondora (2012), afirma que, embora o relacionamento entre os membros da equipe técnica seja interdisciplinar, ainda persistem aspetos pontuais por ser melhorados, visando alcançar melhor qualidade dos resultados

desejados. De acordo com a entrevistada, na fase de pré-avaliação e avaliação do impacto ambiental, a interação com os outros setores é por meio de solicitação de pareceres às instituições envolvidas. Neste processo de emissão de pareceres, não tem sido prática, a deslocação dos técnicos destes setores ao local da implementação do projeto ou atividade antes de emitir o parecer, o que torna os pareceres retóricos e lacunosos sobre a realidade concreta do lugar.

Ainda na opinião de Madondora, no âmbito das ações coordenadas entre a DPCAA com os outros setores como turismo, pescas e ADMAR, o nível de interação com vista a melhores resultados ambientais no município tende a crescer, porém, o mesmo já não acontece em relação ao conselho municipal da cidade de Inhambane que é citado como tendo um relacionamento técnico deficiente.

[...] contrariamente ao que acontece ao nível dos governos distritais, na coordenação com a DPCAA, no ato da atribuição do direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT) para fins de investimentos no turismo, por exemplo, ao nível municipal nem sempre se tem o rigor da observância dos procedimentos ambientais, junto das autoridades ambientais locais. (MADONDORA, 2012)

Por falta desta coordenação, têm ocorrido casos de emissão de licenças de construção antes dos procedimentos ambientais e muitas vezes em locais ecologicamente sensíveis. Embora o município seja autónomo há sempre a necessidade de coordenação com a DPCAA ou outras entidades como ADMAR, sempre que a atribuição da terra for numa área eminentemente sensível ou quando a atividade a que se destina assim o exigir.



**Figura 29 e 30:** Terrenos já ocupados com licença de construção sobre as dunas e vegetação nativa, nas bermas da estrada que dá acesso à Praia do Tofo.

**Fonte:** FERNANDO, Mamerto, 2012.

Algumas áreas tidas como de risco são concedidas mediante uma licença especial e segundo a legislação ambiental o conselho municipal não tem legitimidade para a emissão

deste tipo de licença. A autoridade marítima deve emitir uma licença especial para qualquer desenvolvimento turístico a ser implementado dentro de 100m da marca da maré alta.

Outro constrangimento não menos importante que põe em causa o cumprimento geral dos requisitos legais é o fato de que as autoridades ao nível local muitas vezes trabalham sem o contexto de planos de uso da terra ou até mesmo documentos de macro zoneamento que lhes permitam assegurar a localização adequada e sustentável dos investimentos no turismo na sua área de jurisdição. A falta de instrumentos de planeamento territorial detalhados de nível municipal é um dos principais entraves ao desenvolvimento sustentável do turismo nas zonas turísticas, particularmente no litoral de Tofo e Barra.

Complementando as declarações das entrevistas com os técnicos de algumas instituições públicas e setor privado, no terreno foi possível verificar a proliferação de numerosas construções sobre zonas de risco ambiental, como mostra a figura 31, tais como dunas com vegetação nativa que protege os solos contra a erosão, que é atualmente um dos graves problemas ambientais na área de estudo.



**Figura 31:** Construções em zona de risco ambiental, sobre dunas primárias na entrada da Praia do Tofo  
**Fonte:** FERNANDO, Mamerto, 2012.

Este fato pode estar aliado à falta de instrumentos de planeamento, fraca capacidade interna do município em recursos humanos capacitados ou treinados para lidar com a problemática ambiental, a priorização dos interesses econômicos em detrimento dos socioambientais e a algumas situações o envolvimento de técnicos do município no negócio ilícito de venda de terra na zona costeira para fins turísticos ou casas de férias.

Na tentativa de mostrar a importância da profissionalização na gestão municipal Madondora (2012) recomenda que,

As vereações, ao nível do município deviam ser constituídas por pessoas tecnicamente formadas ou ao menos de comprovado

conhecimento da área que dirigem, [...] seria sensato que o município recorresse aos técnicos dos setores ao nível das direções provinciais ou outros quadros com formação específica para fortalecer a capacidade institucional sobre assuntos técnicos.

Para Vasconcelos e Coriolano (2008), a negligência na análise de impactos ambientais tem diversas causas, entre elas a indicação de pessoas sem capacidade técnica para fazer este tipo de trabalho que exige conhecimento científico sobre a dinâmica da sociedade e da natureza, e outra causa maior, os interesses econômicos imediatistas daqueles que buscam vantagens econômicas a qualquer custo, sacrificando a natureza e causando prejuízos para a sociedade.

De lembrar que os vários setores de atividade, entre eles o ambiente, turismo, pescas, educação, cultura, entre outras, estão representadas ao nível municipal pelas respetivas vereações. Porém, na legislação moçambicana os vereadores não são eleitos, mas sim indicados pelo respetivo presidente do conselho municipal e a indicação nem sempre é mediante mérito do conhecimento ou reconhecimento técnico da pessoa indicada, mas sim, pela confiança política, relegando ao segundo plano a componente do conhecimento técnico na área, que devia ser prioritária para um desenvolvimento económico e social, ambientalmente sustentáveis do município. Portanto, torna-se necessário que na escolha dos quadros para responder pelos setores estratégicos para um desenvolvimento sustentável se associe os dois requisitos, a confiança e o conhecimento técnico comprovado para a área à qual estes são indicados, dando primazia ao segundo.

Aos poucos vai se devastando as dunas e a mata nativa da zona do TBT para dar lugar a empreendimentos particulares de pessoas com alto poder económico, sem o mínimo de observância dos princípios ambientais e colocando em risco o equilíbrio ecológico da área e o futuro do local. Para a edificação destes empreendimentos é destruída toda a vegetação em volta e o solo se torna cada vez mais desprotegido e propenso aos riscos, pondo em causa as infraestruturas tanto específicas como básicas à exemplo dos próprios estabelecimentos turísticos e a estrada de acesso à praia que corre o risco de desaparecer com o fenómeno da erosão, ver figuras 32 e 33.



**Figura 32:** Estabelecimento turístico afetado pelos riscos da erosão na praia do Tofo  
**Fonte:** FERNANDO, Mamerto, 2012.



**Figura 33:** Estrada de acesso à praia de Tofo e as construções sobre as dunas em seu entorno.  
**Fonte:** FERNANDO, Mamerto, 2012.

### 6.1.7 Ações de Educação Ambiental e o Papel do Setor Privado

Segundo Abílio (2008), nestes tempos onde a informação assume um papel cada vez mais relevante, ciberespaço, multimídia, internet, a educação para cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação na defesa da qualidade de vida.

Neste sentido Jacob (2003), destaca que a educação ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, onde a corresponsabilização dos indivíduos torna-se um objeto essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável.

A educação ambiental é segundo a definição saída do (Congresso de Belgrado, promovida pela UNESCO em 1975),

um processo que visa formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas que lhe dizem respeito, uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de participação e engajamento que lhe permita trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais e impedir que se repitam os anteriores.

A Agenda 21 Brasil (2004a, 2004b), aponta que a educação ambiental busca desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhes são associados. Uma população que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos.

Olhando para estas abordagens fica claro que para se atingir esta postura do conjunto de atitudes favoráveis ao meio ambiente e à sadia vida da população é necessário que se transforme o cidadão por meio de programas educativos que desenvolvam nele estas boas práticas sustentáveis.

Apesar dos vários problemas ambientais eminentes como a erosão, falta de cuidados com os resíduos sólidos e suas consequências a saúde pública, a pesca desenfreada de recursos marinhos, as construções em zonas riscos, etc., o município não tem programas de educação ambiental ou uma legislação específica para o efeito. Porém, ao abrigo da legislação nacional pela resolução nº 05/95 que aprova a política nacional do meio ambiente, localmente a DPCAA tem levado a cabo, algumas ações de educação ambiental junto às comunidades de pescadores e populações das zonas costeiras, embora com pouca frequência, uma vez que

estas têm ocorrido geralmente durante a semana do ambiente, que marca as celebrações do dia mundial do meio ambiente.

A ADMAR também tem contribuído com algumas ações visando minimizar os impactos ambientais na zona costeira, através do controle e fiscalização rotineira da circulação de viaturas na orla marítima e dos banhistas. A educação ambiental adotada pela ADMAR é por meio de placas de informação interditando ou limitando o acesso às zonas sensíveis ou de risco e identificação de zonas para o lançamento de barcos ao mar, como mostra a figura 34.



**Figura 34:** Placas de informação na zona costeira  
**Fonte:** FERNANDO, Mamerto, 2012.

Na praia do Tofo a associação de limpeza e meio ambiente – ALMA tem levado a cabo ações de educação ambiental junto às comunidades locais, principalmente no que concerne às práticas sustentáveis de coleta e tratamento de resíduos sólidos. Porém, estas ações ainda não são extensivas a outros bairros como a praia de Barra e, não contemplam outro tipo de problemas ambientais do local, justificando-se desta forma a pertinência da atuação permanente do setor público na educação ambiental.

No âmbito do papel do setor privado e da sociedade civil nas ações de educação ambiental em prol do uso sustentável dos recursos naturais e sustentabilidade socioambiental foi criada em 2007 uma associação por iniciativa de Carlos Macuacua<sup>71</sup>, denominada *Bitonga*

<sup>71</sup> Macuacua é um cidadão moçambicano natural e residente no Tofo. Este foi o primeiro instrutor de mergulho autônomo em Moçambique.

*Divers* (mergulhadores bitonga). Bitonga ou gitonga é uma língua local falada no município de Inhambane. A *bitonga divers* leva a cabo junto às comunidades locais, incluindo os pescadores, campanhas de sensibilização para a conservação dos recursos marinhos que constituem a principal atração para o mergulho na região e trabalha no envolvimento de moçambicanos locais na área de mergulho profissional, como forma de capitalizar as oportunidades do turismo para as comunidades. Nas comunidades a associação organiza palestras, com apresentação de vídeos sobre os recursos marinhos da região e com o envolvimento das autoridades comunitárias transmitem a importância da conservação dos recursos marinhos e da preservação do meio ambiente, aproveitando essas palestras para recrutar candidatos para o mergulho profissional no programa da associação. Estas atividades não acontecem apenas no Tofo, mas sim em toda a zona costeira do TBT, incluindo zonas de difícil acesso. Para além das palestras estes têm organizado espetáculos envolvendo os músicos locais para difundir mensagens sobre a necessidade da conservação dos recursos marinhos e meio ambiente no geral. Estas ações têm um forte impacto na conscientização das comunidades e dos pescadores na minimização dos impactos sobre os recursos marinhos, particularmente na predação de tubarões para venda de barbatanas no mercado chinês. Atualmente já contam com parceiras de outras entidades como a *Ocean Revolution*, cientistas da fauna marinha, centros de mergulho, instituições de ensino, financiadores internacionais e do Governo de Moçambique. Segundo Timothy Dykman, um dos membros da associação, ate ao momento contam com 11 instrutores 18 mestres de mergulho formados, dos quais duas são mulheres e uma destas foi a primeira mulher moçambicana a ser consagrada como instrutora de mergulho e segunda em África. Este afirmou ainda que a primeira instrutora feminina (do Zimbabwe) hoje é membro e instrutora do *bitonga divers*. Os instrutores desta organização atuam também na baía de Pemba (a terceira maior baía do mundo), no norte do país e trabalham também nos centros de mergulho locais.

Considerando que a educação ambiental fornece códigos de comportamentos dos modos cotidianos sobre a utilização dos recursos e sobre as práticas individuais e coletivas, cabe ao setor público, por meio dos governos aos níveis nacional, provincial, municipal ou local a adoção de ações concretas, podendo usar atividade escolares ou paraescolares e ainda por meio de difusão em meios de comunicação de massa, para a mensagem das boas práticas ambientais. Em Moçambique ainda é notório o vazio da inserção da educação ambiental dentro dos *curricula* escolares nos diferentes níveis de ensino, tornando as condutas da vida

cotidiana, pouco sustentáveis na sua relação com o meio ambiente. Torna-se imperioso a criação de programas viáveis de educação ambiental nas escolas, principalmente, de tal modo que as crianças e adolescentes sejam mais informados sobre assuntos ambientais, podendo estes influenciar aos próprios pais nas suas atividades do dia a dia e reduzir os atuais níveis de predação que se registram.

Outra entidade que tem levado a cabo ações de educação ambiental na área de estudo é a Associação de Mergulhadores Ativos para os Recursos Marinhos – AMAR, cujos membros são os operadores de mergulho da província de Inhambane, que atua na difusão de práticas sustentáveis no mergulho e noutras atividades esportivas aquáticas que possam interferir no equilíbrio dos diferentes ecossistemas. Estes trabalham também em parceria, com a ESHTI, a DPTURI e a associação de hotelaria e turismo da província de Inhambane – AHTPI e celebram anualmente o dia do mergulho por eles definido na semana do turismo, desenvolvendo campanhas e palestras sobre a preservação dos recursos marinhos.

### **6.1.8 Turismo no Município de Inhambane**

O turismo é sem dúvidas uma das principais atividades socioeconômicas e uma das que mais contribuem para o desenvolvimento econômico do município. Dos 545 estabelecimentos turísticos que a província de Inhambane oferece 130 estão localizados no MI, representando cerca de 23.9% da capacidade instalada na província, sendo 87 de alojamento e 43 de restauração, o que corresponde a uma oferta de 2.331 quartos e 4.499 camas (DPTURI, 2012). O crescente número de visitantes é um dos indicadores da demanda favorável do turismo na província e no município de Inhambane em particular. Em 2011 a província recebeu, segundo as estatísticas do setor do turismo, um pouco mais de 231.600 turistas entre nacionais e estrangeiros. Os investimentos turísticos são do setor privado, na sua maioria de capital estrangeiro, com destaque para capitais sul-africanos que são os maiores investidos do setor no município, havendo alguns casos, embora muito reduzidos de comparticipação de moçambicanos nos investimentos.

### 6.1.8.1 Fatores de Atratividade turística

O MI e as praias de Tofo e Barra de modo particular, que são os principais destinos turísticos municipais, têm vindo a receber nos últimos anos turistas ao longo de todo o ano, reduzindo de certa forma os anteriores índices de sazonalidade entre o período de pico (com destaque para os meses de Abril e Dezembro) e os meses de baixa demanda. Vários fatores têm propiciado este cenário na atual demanda turística na área de estudo, que tornam a atual demanda regular ao longo do ano e alta nos meses de pico, chegando a atingir uma ocupação de 100% da capacidade de alojamento instalada, principalmente nas vésperas do natal e do final do ano.

O fator clima, que é segundo (BOULLÓN 2002, p. 125), “[...] um importante componente de análise da atratividade turística porque serve para conhecer em que época do ano e a que hora do dia cada paisagem encontra sua plenitude estética”. Neste sentido, este fator joga um papel crucial para o fluxo turístico do MI e da área de estudo, uma vez que o clima do município é tropical, com sol e águas mornas quase ao longo do ano inteiro, exceto nas estações chuvosas de baixa intensidade e durante o inverno. O fator clima torna o MI um destino estratégico para os países da região com destaque para a África do sul que é o principal mercado emissor de turistas para o município, associado às condições de prática de atividades e esportes náuticos durante todo o ano.

A vegetação típica da zona costeira, o aspecto topográfico com dunas costeiras e do interior, as belas praias ao longo de toda zona costeira de Tofo e Barra, proporcionam ao local uma invejável beleza paisagística, com trilhas que proporcionam longos trajetos de passeios a pé e de motos de quatro rodas. A zona costeira de Tofo/Barra é rica em fauna marinha, com diversidade de espécies raras, como o tubarão-baleia; tubarões; golfinhos; raia manta; tartarugas marinhas; diversas espécies de peixe e moluscos e recifes de corais, conferindo ao local uma excelência e destino preferencial para a prática de mergulho, safari oceânico e pesca desportiva a escala nacional, regional e internacional. A beleza das praias com águas límpidas e azuis, areias brancas e movediças e, ondas espumosas, propiciam um recanto de lazer turístico aos banhistas de sol e praia e a prática de *surf*. A baía de Inhambane é outro fator de relevância que tem proporcionado não só a beleza paisagística, mas também passeios de barcos a vela ao longo da baía que separa as cidades de Inhambane e Maxixe, podendo visitar ou apreciar de perto as duas ilhas do município (Ilha dos Porcos e Ilha dos Ratos).

Para além dos recursos naturais, o município oferece outros fatores de atratividade como o património histórico-cultural, a exemplo da igreja velha, mesquita velha, museu de Inhambane, ruínas no centro da cidade, o monumento de Tofinho, entre outros. Alguns operadores de turismo incluem nos seus pacotes as visitas a estes locais históricos do município. O conjunto de infraestruturas, equipamentos e serviços turísticos, como logdes, hotéis, pousadas, bares, restaurantes, centros de mergulho, centros de hipismo, lojas de artesanatos, e agências de turismo, condicionam e dão resposta satisfatória a demanda turística.

Sobre a infraestrutura de transporte para e dentro da área de estudo o município conta com uma rodovia pavimentada que liga a cidade de Inhambane à praia do Tofo numa extensão de cerca de 21 km, apresentando-se degradada pela erosão nas suas bermas, principalmente próximo do Tofo. Já para a praia da Barra, saindo da estrada pavimentada percorre-se um percurso de estrada de terra batida (areia vermelha) com péssimas condições de transitabilidade devido ao excessivo desgaste da mesma, com crepitações em todo seu trajeto. Porém, apesar dessas dificuldades a circulação de pessoas e bens está garantida. Dentro da área de estudo a circulação é feita por meio de vias de acesso alternativas, entre caminhos, trilhas e pequenas ruas terraplanadas.

A cultura local é sem dúvidas um elemento de atratividade turística no município. Neste âmbito o Festival de Tofo que se realiza anualmente na praia da Barra é um dos fortes atrativos culturais que movimentam anualmente milhares de turistas nacionais e estrangeiros, sendo na sua maioria nacionais. Este evento visa incentivar o turismo doméstico e promover o intercâmbio cultural e desportivo entre os turistas nacionais, estrangeiros e a comunidade local, bem como a criação de oportunidades às comunidades locais de desenvolver pequenos negócios. No âmbito da cultura o estabelecimento turístico *Barra Lodge* na praia da barra, organiza shows de dança tradicional exibidos para turistas, envolvendo membros da comunidade local e criaram oficialmente uma banda patrocinada pelo estabelecimento dotada de equipamento com mistura de instrumentos contemporâneos e tradicionais.

Outro fator não menos importante na avaliação da atratividade turística é a hospitalidade e cordialidade da população local. A importância deste fator é segundo (ROOS 2002:89), "... uma das variáveis mais importantes em qualquer decisão do visitante em querer retornar no futuro ao lugar antes visitado". Mercê da hospitalidade do seu povo, a cidade de Inhambane é historicamente conhecida como "Terra da Boa Gente", nome este de acordo com

a história, atribuído por Vasco da Gama, no ano de 1498, pela hospitalidade, cordialidade e bom acolhimento da população na primeira visita dos portugueses, quando a armada de Vasco da Gama aí aportou para se abastecer a caminho da Índia.

### 6.1.8.2 Indicadores socioeconômicos do turismo no MI

No que concerne aos principais indicadores econômicos do setor não foi possível obter dados exclusivamente de âmbito municipal, pois, os indicadores de que a DPTURI dispõe são de âmbito provincial. Todavia, ao nível da província o setor do turismo nos últimos anos registrou um crescimento assinalável, como mostra a tabela 11, tendo coletado só em 2011 cerca 464.059.200,00 USD referentes à produção do setor, 77.343.200,00 USD de receitas para o Estado, 189.357.565,00 USD de valor de investimento no setor, para além da criação de 862 novos postos de emprego.

**Tabela 11: Indicadores do desempenho do setor do turismo na província de Inhambane**

Indicador	Anos				
	2007	2008	2009	2010	2011
Produção do Setor (USD)	274 845 840,00	336.000.000,00	360.000.000,00	436 983 600,00	464 059 200,00
Receitas do Estado (USD)	45 807 640,00	53.130.000,00	60.000.000,00	72. 830.600,00	77 343 200,00
Valor de Investimento (USD)	89 057 648,00	150 538 000,00	175 000 000,00	178.480.300,00	189 357 565,00
Postos de Emprego		688	744	854	862

Fonte: DPTURI/DAT 2012. Adaptado por FERNANDO, Mamerto, 2012.

Vale lembrar que a tutela do setor do turismo é da responsabilidade da direção provincial do turismo, que cuida do licenciamento e controle das atividades turísticas, com representação ao nível municipal através da vereação do turismo. O município ainda não assume um protagonismo e visibilidade nas ações ou programas de desenvolvimento municipal neste setor, daí que estas são tuteladas pela DPTURI. Em entrevista com Saugina Xavier Zunguze, vereadora do setor do turismo ao nível municipal, não foi possível colher

nenhum dado relevante sobre o turismo no município, porque segundo ela, o município não dispõe de nenhum plano ou programa voltado para o setor do turismo e nem dispõe de nenhuma base de dados sobre os estabelecimentos turísticos existentes na área municipal e que, toda informação sobre o setor devia busca-la junto a DPTURI. Olhando para esta realidade, fica claro que ainda falta um comprometimento em relação às atribuições conferidas alguns setores dentro do conselho municipal de Inhambane, pois, não se justifica que um município que tem o turismo como uma das suas principais fontes de receitas, funcione tão distante da realidade do setor e muito menos que promova programas que visem a sua promoção ou incentivo de investimentos. Os programas que acontecem na área municipal são promovidos pela DPTURI, todavia, existem municípios na província, a exemplo do município de Vilankulo ao norte que se mostra cada dia avançado nas ações e responsabilidades municipais para o setor do turismo. Desta forma, reafirma-se mais uma vez não só a falta de coordenação entre o MI com alguns setores de capital importância, mas também a falta de iniciativas para o desenvolvimento económico e socioambiental sustentável do turismo no município. O impacto mais visível desta falta de coordenação está nas ocupações desordenadas de terra na zona costeira de Tofo e Barra, pois, se houvesse maior comunicação entre o MI através dos seus técnicos e os setores como turismo, coordenação ambiental, pescas e administração marítima, vários problemas de graves agressões socioambientais poderiam ser evitados.

Visando minimizar os impactos negativos do turismo na zona costeira do MI, segundo NHAVERNE, (2012)<sup>72</sup>, o setor do turismo tem garantido o cumprimento da legislação turística com vista a um desenvolvimento sustentável a partir de ações coordenadas com o setor do ambiente, tendo exemplificado as campanhas de educação ambiental (apenas na semana do ambiente), projetos de combate à erosão na costa, que não foram especificados, a obrigatoriedade de licença ambiental na aprovação de projetos turísticos e o plano de gestão ambiental. Contudo, o trabalho de pesquisa na área de estudo mostrou que muitos estabelecimentos operam sem um plano de gestão ambiental. Ainda segundo Nhavene (2012), a parceria com o setor privado particularmente com a Associação de Hotelaria e Turismo da Província de Inhambane – AHTPI tem reduzido os impactos negativos na zona costeira do MI. Este apontou ainda que o setor tem estado a trabalhar na criação de condições para atrair

---

<sup>72</sup> Entrevista prestada por Lúzio Francisco Nhavene, chefe do departamento das áreas de conservação na direção provincial do turismo de Inhambane. 25/04/2012.

investimentos para as zonas do interior da província visando interligar o turismo costeiro ao do interior como forma de reduzir a pressão e minimizar os impactos na zona costeira.

Ao nível do setor do turismo não existe nenhuma verba orçamental destinada às questões ambientais no âmbito do desenvolvimento do turismo. Quando estas ações ocorrem é através de parcerias privadas. São exemplos dessa parceria o programa *Sustainable Tourism to Eliminate Poverty* – STEP I e II e o programa de desenvolvimento da componente ambiental na zona costeira, porém, estes nem sempre acontecem e são renováveis em função dos resultados. O STEP I e II é financiado pela OMT e visa garantir o turismo sustentável virado para as comunidades locais através da capacitação e formação em cursos hoteleiros visando o seu enquadramento no mercado do turismo e a redução da pressão ambiental. O programa de desenvolvimento costeiro é financiado pela *Danish International Development Agency* – DANIDA e está voltada para formação, educação ambiental sobre boas práticas, zoneamento ambiental e envolve várias instituições, na coordenação do MICOA.

#### **6.1.9 Análise da gestão participativa e o papel do Estado na inserção comunitária**

A Gestão participativa pode ser um dos caminhos alternativos ao paternalismo e ao assistencialismo, que ainda prevalecem nas entidades públicas e privadas em Moçambique. A ocupação do espaço e a demanda em atividades voltadas para o turismo na costa do município de Inhambane é cada vez mais crescente e exige a necessidade de uma gestão participativa e integrada, onde o turismo contribua para um desenvolvimento social e econômico justo e ambientalmente equilibrado. Segundo Vasconcelos e Coriolano (2008), hoje em dia, mais do que nunca, o desenvolvimento e o crescimento devem obedecer a critérios estabelecidos em seus planos diretores que, por sua vez, se baseiam em legislações apropriadas que preveem a proteção ao ambiente e o bem estar dos cidadãos, sem prejuízos ao desenvolvimento das atividades econômicas portadoras de benefícios sociais, educacionais e culturais. Para (CORREA, PIMENTA e ARNDT 2009) a organização do espaço-alvo do turismo com um reconhecimento do território supõe intervenções que visam o crescimento humano e coletivo, além do econômico. Assim, a gestão social torna-se viável, em termos práticos, se houver uma abertura e vontade de mudança pelos atores públicos, pelos planejadores e pelas populações. Isso condicionaria um novo saber turístico e espacial.

O modelo de desenvolvimento nas atividades turísticas e ocupação do solo para este fim que vem sendo aplicado no MI e no setor do turismo em geral tem privilegiado a tomada de decisões de caráter paternalista pelo poder público, inteiramente planejadas de cima para baixo, com pouco envolvimento das comunidades locais. Porém, há projetos que para sua aprovação passam por consultas comunitárias, envolvendo as comunidades locais, o setor público e os proponentes dos projetos. Nestas consultas as comunidades colocam as preocupações do que gostariam que o projeto trouxesse de benefício à comunidade que depois são anexadas ao projeto. Todavia, este procedimento muitas vezes não passa de um simples passo de tramitação, visto que, depois da aprovação os proponentes raramente cumprem com as promessas feitas e o setor público ainda não estabeleceu uma política pública que obrigue ou penalize os proponentes no caso de incumprimento. Esta situação não só mascara a participação social, como também gera impactos negativos na relação entre o turismo e as comunidades locais, quando essas promessas não são cumpridas.

O turismo é uma atividade embrionária no MI e no país em geral e ele se desenvolve em áreas habitadas por comunidades locais e estas precisam de se sentir parte dele, a partir de uma maior abertura à sua participação e a criação de oportunidades a seu benefício. A qualidade do turismo não se pode restringir apenas na dimensão quanti ou qualitativa da sua infraestrutura ou nos ganhos meramente econômicos do setor, mas também na qualidade de vida que este gera aos indivíduos. Como lembram (MACINTOSH e GOLDNER 1988, p.305),

o desenvolvimento turístico só deve ocorrer como consequência de uma política de planejamento cuidadosa – não calcada apenas na balança de pagamentos dos países em desenvolvimento ou na relação de custos e benefícios. Ele deve estruturar-se sobre ideais e princípios de bem-estar e de felicidade das pessoas. Os problemas sociais dos países não poderão ser solucionados sem uma economia forte e em crescimento, e o turismo pode contribuir para criá-la.

Por outro lado, as comunidades ainda não estão devidamente estruturadas para uma participação efetiva, daí que em muitos casos a opinião popular tem sido por meio das lideranças comunitárias, cujas decisões nem sempre representam o sentimento da maioria. A organização das comunidades em associações torná-las-ia mais fortes na sua participação em defesa dos seus interesses coletivos.

Uma experiência interessante é adotada nas áreas de conservação para fins turísticos (parques e reservas nacionais), onde as comunidades estão mais organizadas, em comités

comunitários e se estabelece uma relação mais comunicativa entre os gestores das áreas de conservação e as comunidades em prol de uma maior sustentabilidade ambiental e gerando benefícios diretos para as comunidades. Este mecanismo de sustentabilidade é regulamentado pelo Decreto 15/2009 que estabelece a canalização de parte das receitas coletadas para as comunidades. As receitas cobradas nos parques e reservas nacionais são consignadas em 80% ao setor do turismo e 20% ao orçamento do Estado. Sendo assim, com a aprovação deste decreto, a receita destinada ao setor do turismo é distribuída em 80% para os parques e reservas nacionais e 20% para as comunidades. As receitas destinadas às comunidades são geridas pelas respectivas comunidades através dos comitês de gestão, com apoio dos parques e reservas nacionais nas questões burocráticas e são aplicadas em função das necessidades das comunidades, como na educação dos filhos, entre outras. Nalgumas áreas de conservação, a exemplo do parque nacional de Zinave, no interior da província de Inhambane existem ONGs que assessoram as comunidades na sua organização e, as comunidades locais são acionistas, por exemplo, do lodge comunitário, único estabelecimento turístico existente dentro do parque.

Os programas de microfinanciamento e capacitação ou formação das comunidades têm sido os mecanismos adotados pelo setor do turismo ao nível provincial para inserir as comunidades no turismo. Segundo Nhavene (2012), no programa de microfinanciamento a DPTURI lança concursos públicos para seleção de microprojetos de iniciativa local, voltados para o turismo, visando criar oportunidades de mercado e os selecionados passam por uma capacitação de curta duração em gestão de negócios, para garantir uma aplicação racional dos recursos financiados. Já o programa de capacitação e formação das comunidades, visa dotar as comunidades de habilidades para se integrarem no mercado de emprego no turismo. Segundo Nhavene (2012), as sondagens indicam que 80% dos formados foram absorvidos no mercado de emprego por esta via.

A inserção das comunidades no turismo também pode ser olhada pelo lado da sua satisfação turística, através da criação de condições para que estas usufruam dos atrativos turísticos em seu redor. Como afirma Ruschmann (2010), na prática, a atividade turística restringe-se a uma camada economicamente favorecida e que constitui uma minoria nesses países. Porém, segundo a autora, as práticas recreativas mais baratas podem ser realizadas próximo às residências, desde que o Estado proporcione os espaços e os equipamentos necessários. Por isso, segundo a autora, os governos devem preocupar-se em proporcionar à

população que não tem acesso às viagens turísticas, os equipamentos e espaços recreativos adequados para produzir satisfação individual, em família e na sua comunidade.

Na falta destes equipamentos, a DPTURI tem estado a trabalhar com a AHTPI e os operadores turísticos locais, visando o incentivo de preços promocionais no turismo doméstico, principalmente durante o período de baixa demanda turística.

## **6.2 Análise dos impactos socioambientais do turismo no litoral de Tofo e Barra**

O termo impacto tem sido usado cada vez com mais frequência, nos diversos meios de comunicação, sem que se tenha uma definição precisa de seu significado. Para Vasconcelos e Coriolana (2008), erroneamente temos tendência a associá-lo apenas a uma reação negativa, o que tem sido muito frequente, mas o impacto pode ser também positivo. “Impactos socioambientais são grandes mudanças que ocorrem na natureza e na sociedade” (VASCONCELOS e CORIOLANO, 2008). Se o homem muda o curso de um rio, provoca um impacto ligado mais a natureza com resultados para a sociedade. Se uma comunidade recebe turistas em maior proporção que o número de habitantes, causa impacto mais na sociedade, mas com rebatimentos na natureza. Daí, porque Natureza e Sociedade podem ser vistas, segundo estes autores, como uma unidade, a separação é apenas para estudos. Estes realçam ainda que a avaliação dos impactos obedece a critérios que vão definir se ações humanas ou atividades econômicas têm em seu conjunto resultados positivos ou negativos.

### **6.2.1 Impactos ambientais**

Considerando que o litoral é, por natureza, um ambiente frágil devido a sua intensa dinâmica sujeita à ação dos ventos, das ondas, das marés e das correntes marítimas, as diferentes formas de atividades turísticas com certeza aceleram no meio ambiente físico, fortes impactos ambientais.

A erosão costeira é sem dúvidas um dos graves problemas ambientais na área de estudo afetando visivelmente as dunas ao longo da costa. A construção de equipamentos turísticos e casas particulares sobre as dunas primárias levam a uma aceleração da erosão costeira. O fenómeno já está afetando a estrutura de alguns equipamentos turísticos obrigando os proprietários a financiar os seus próprios métodos de protecção contra a erosão

numa base individual. Os atuais níveis dos fenômenos de erosão costeira impõem a necessidade de soluções integradas entre o setor público e privado. Durante a pesquisa de campo e no contato com os operadores turísticos da área de estudo apurou-se que estes optaram por soluções diferentes de curto e médio prazo. Estas medidas têm nalguns estabelecimentos um impacto visual negativo em frente à praia. Com a aceleração do fenômeno da erosão o conselho municipal construiu um muro de contenção contra a ação das águas e das marés no centro do Tofo, uma das áreas críticas da erosão, mas fora da área central os proprietários optaram por suas próprias soluções.



**Figura 35:** Barreiras de contenção no centro da praia do Tofo  
**Fonte:** FERNANDO, Mamerto, 2012.

Outros impactos graves prendem-se com a produção de lixo doméstico em grande quantidade com o aumento do número de estabelecimentos turísticos e dos visitantes no local e o aumento do consumo de água dos lençóis freáticos principalmente na zona de Barra onde ainda não foi instalado o sistema público de fornecimento de água.

O aumento da demanda pelo mergulho e outras atividades esportivas na zona do TBT, tende a acelerar a pressão dos ecossistemas costeiros e marinhos. As espécies marinhas e os recifes de corais podem sofrer uma pressão com a presença massiva de pessoas e com o ruído dos barcos que se fazem ao mar diariamente. A zona litorânea de Tofo e Barra, conta atualmente com cinco centros de mergulho, com uma frequência regular de mergulhadores, entre média e alta, ao longo de todo o ano. Na zona costeira um dos graves problemas associados ao mergulho é a circulação de veículos na orla marítima durante o lançamento e retirada dos barcos, como mostra a figura 36.



**Figura 36:** Circulação de veículos na orla marítima para fins de mergulho  
**Fonte:** FERNANDO, Mamerto, 2012.

Na zona do Tofo ocorre a desmatação e destruição da mata nativa e dunas que servem de barreira de proteção natural contra a ação dos ventos, chuvas, entre outros fenômenos naturais, para dar lugar à construção de equipamentos turísticos e principalmente para casas particulares, tornando essa área mais vulnerável à erosão. Em contrapartida este fenômeno é menos frequente na zona da Barra onde maior parte dos equipamentos turísticos contruídos no litoral tendem a observar os princípios de minimização dos impactos ambientais, mantendo a vegetação nativa e as dunas intactas, construindo os equipamentos sobre uma base, geralmente de madeira ou betão, mantendo as características naturais do ecossistema local, como mostram as 37, 38 e 39.



**Figuras 37, 38 e 39:** Equipamentos turísticos construídos sobre base de madeira no litoral da praia da Barra  
**Fonte:** FERNANDO, Mamerto, 2012.e Barra Resorts, 2012.

Nas bermas da estrada que dá acesso à praia de Tofo, à aproximadamente 300 metro da praia, ocorre a extração de areia branca (saibro) para vários fins, movimentando diariamente camionetas para o seu carregamento para diferentes destinos dentro e fora do município. Esta atividade começa a constituir um grande risco de aceleração da erosão no local devido aos atuais níveis de exploração. Caso não sejam tomadas medidas preventivas no controle da atividade pelas autoridades locais, a cratera que já foi aberta poderá interferir negativamente nas infraestruturas públicas e privadas em seu redor. As figuras 40 e 41 ilustram a vista parcial da cratera existente e o carregamento de areia por camionetas.



**Figuras 40 e 41:** Extração de areia (saibro) na praia do Tofo  
**Fonte:** FERNANDO, Mamerto, 2012.

### 6.2.2 Impactos socioeconômicos

O turismo no MI e no litoral de Tofo/Barra em particular gerou e está gerando alguns impactos que podem ser vistos como positivos, tanto para as comunidades locais, como para a economia municipal e da província. O turismo está gerando emprego para as comunidades locais, principalmente para os serviços de cozinha, camareiras, serventes/garçons de bar/restaurante, jardinagem, limpeza, motoristas, instrutores de mergulho e hipismo, guias de safaris oceânicos e vigilância, para além dos empregos temporários. Só para citar um exemplo, o estabelecimento *Barra Lodge*, que opera há 17 anos na praia de Barra, emprega 230 trabalhadores, sendo 210 homens e 20 mulheres. Deste número 224 trabalhadores nacionais, na sua maioria local e da área municipal e 06 estrangeiros. Dos 09 trabalhadores que ocupam cargos de chefia no estabelecimento, 06 são homens e 03 mulheres e destes 04 são estrangeiros. As ações de formação e capacitação em cursos ligados ao turismo, levadas a

cabo pela DPTURI e pelo Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional – INEFP em parceria com a ONG holandesa para o desenvolvimento – SNV junto às comunidades locais, capitalizam as oportunidades para estas se inserirem no mercado de emprego no turismo. Com a capacitação e formação profissional, regista-se uma redução do elevado índice de estrangeiros em cargos de gestão em detrimento dos nacionais. Atualmente os nacionais, incluindo membros da comunidade local ocupam nos estabelecimentos turísticos cargos de chefia.

Com a maior circulação da moeda, o turismo abriu espaço para novas oportunidades de negócios para as comunidades locais. As empresas turísticas compram alguns produtores alimentares e de ornamentação junto às comunidades locais, com destaque para mariscos e produtos agrícolas, localmente produzidos, embora em menor quantidade, devido às fracas condições locais para a prática da agricultura. O artesanato também ganhou espaço no mercado local, havendo na praia de Tofo uma feira diária de artesanato e na praia da Barra a *Barra Lodge* disponibilizou um local para a feira diária de artesanato, cujos produtores e vendedores são maioritariamente jovens, entre locais e de fora do município.

A população local para além da pesca, agricultura familiar de pequena escala, também se dedica fortemente no comércio de pequena e média escala, através de pequenas e médias mercearias, locais para confissão e venda de refeições, bares e quiosques. Segundo os envolvidos nestes negócios, o turismo aumentou os níveis de rendimento nestes negócios. Durante o período de pico do turismo, onde a ocupação nos estabelecimentos turísticos tem sido a 100%, algumas famílias, com condições criadas, têm recebido turistas, acolhendo-os nas suas casas ou disponibilizando espaço para instalação de tendas (barracas).

Os programas de responsabilidade social dos estabelecimentos turísticos, embora seja uma minoria insignificante, constituem uma mais valia na melhoria das condições de vida das comunidades locais. Dos contatos feitos em 20 estabelecimentos turísticos de Tofo e Barra durante a pesquisa de campo, apenas dois estabelecimentos afirmaram ter programas permanentes de responsabilidade social, nomeadamente o *Bamboози Beach Lodge*, na praia de Tofo e *Barra Lodge*, na praia de Barra, ambos do grupo Barra Resorts. Segundo Low (2012), a Barra Lodge, presta apoio ao centro de saúde local no fornecimento de água e fornecem água também para as populações circunvizinhas a partir de torneiras e bombas de água por eles montados no local. Este afirmou ainda que prestam apoio a 37 crianças órfãs em material e equipamento escolar, para além do intercâmbio cultural entre turistas e a comunidades,

através de roteiros comunitários com turistas e os shows culturais com o grupo cultural local que atua três vezes por semana no estabelecimento.

Numa análise das opiniões da população local sobre o turismo no litoral de Tofo e Barra, através dos questionários, cerca de 71,4% dos inqueridos afirmaram que o turismo trouxe benefícios a população local enquanto que 28,6% tiveram opinião contrária. Foram apontados como benefícios do turismo no local, por exemplo, a abertura de postos de trabalho, as diferentes oportunidades de negócios junto às instâncias turísticas e aos turistas, o apoio de alguns estabelecimentos turísticos no fornecimento de água à população. Por outro lado, foram apontados como desvantagens do turismo na opinião popular, o aumento do custo de vida, destruição costeira, diminuição do pescado, limitação de acessos à praia e excessivo consumo de álcool por adolescentes e jovens, indícios de proliferação de drogas e prostituição.

No entanto, o turismo causa alguns impactos que podem ser considerados negativos para as comunidades. A ocupação de terra para o turismo na área de estudo não obedeceu a nenhum planeamento turístico municipal e um dos resultados da falta de planeamento de forma eficaz no litoral de Tofo/Barra é que em muitos locais os membros da comunidade local não têm acesso directo à praia, devido à ocupação de terrenos contíguos na praia pelos investidores privados.

Embora o emprego no turismo tenha uma componente positiva, por outro lado este desestimulou as atividades tradicionais locais onde os pescadores, por exemplo, abandonaram a pesca para servirem de vigias ou jardineiro nos estabelecimentos turísticos. A geração desses empregos causou impactos negativos afastando alguns trabalhadores de suas atividades tradicionais, principalmente da pesca artesanal, que mesmo enfraquecida nos últimos anos, ainda é importante para as populações de baixa renda. Esta situação reduziu a pesca, impactando culturalmente a tradição pesqueira, pois os pais que transmitiam a profissão para os filhos sentem agora dificuldade em preservar esta profissão, uma vez que os filhos se dedicam mais no turismo e reduzindo a oferta alimentar e da renda nas comunidades. Os filhos de pescadores que passaram a trabalhar nos estabelecimentos turísticos, não acompanham mais seus pais na pescaria, rompendo assim um ciclo de transmissão de conhecimento e de cultura de pais para os filhos. Na opinião de um dos moradores do bairro Conguiana, na Barra,

agora as coisas mudaram. Antigamente os nossos filhos sabiam pescar e isso fazia parte do dia a dia para muitas famílias, mas hoje

os nossos filhos já não se dedicam tanto na pesca porque preferem trabalhar nas estâncias ou no comércio. Outros preferem buscar a vida fora daqui e também já não tem tanto pescado como nos nossos tempos passados.

O contato permanente entre os turistas e a comunidade local, tem fortes impactos nos hábitos e costumes da cultura local, que direta ou indiretamente vai sofrendo algumas transformações resultantes deste contato intercultural. Durante a pesquisa de campo alguns membros da comunidade local afirmaram que as crianças, adolescentes e jovens locais têm abandonado a escola para se dedicarem a atividades ligadas ao turismo, como a venda de artesanato para os turistas, como mostra a figura 42, captada durante o trabalho de campo.



**Figura 42:** Adolescentes com objetos artesanais para venda aos turistas na praia da Barra.  
**Fonte:** FERNANDO, Mamerto, 2012.

Devido a deficiente infraestrutura de saneamento básico, as comunidades locais estão desprovidas de estrutura de coleta, triagem e deposição adequadas de resíduos sólidos, resultando em lixo espalhado pela praia e outros lugares inadequados. A localização da lixeira de Tofo na zona habitacional e turística também constitui um risco de poluição e contaminação do lençol freático, prejudicando a saúde pública da população, para além de impactar negativamente a beleza paisagística do local.

Ainda sobre os impactos negativos locais, nota-se uma falta de padrão de harmonia estética e social entre os empreendimentos turísticos ou casas de veraneio e casas (cabanas) da comunidade local construídos com material precário na periferia.



**Figura 43 e 44:** Moradia de uma família local próximo de uma casa de férias na praia de Tofo  
**Fonte:** FERNANDO, Mamerto, 2012.

Devido aos interesses dos diferentes grupos sociais pelos mesmos recursos, o turismo tem gerado conflitos de interesse entre os vários atores locais, principalmente entre a comunidade de pescadores e os operadores turísticos, principalmente os de mergulho. Para os operadores de mergulho a pesca no local é praticada de forma insustentável, apontando-se como exemplos, a destruição de recifes de corais, ao ancorar os barcos, a pesca de tubarão para venda de barbatanas e captura das raias manta, considerando que estes são algumas das espécies apreciadas pelos mergulhadores no local. Já os pescadores locais, que apontaram a redução do pescado no local devido à sofisticação das técnicas de pesca, afirmaram que a excessiva atividade do mergulho e outras atividades esportivas aquáticas no local, contribuem para a redução do pescado devido à permanência diária de barcos a motor e mergulhadores no mar, afugentando o peixe para mais longe.

Nas declarações durante a entrevista com (SONGANE, 2012),<sup>73</sup> secretário do Conselho Comunitário de Pesca do Tofo – CCPT, este afirmou que,

O relacionamento entre nós os pescadores locais e os da pesca desportiva é muito bom, porque os nossos problemas são os mesmos, falta de pescado na região. Mas com os operadores de mergulho temos conflitos porque eles exploram de mais os recursos. [...] Os centros de mergulho não ajudam em nada às comunidades e não querem ver nada de pesca artesanal no mar e não querem ver os pescadores a usar os recursos marinhos. [...] estão aqui há muito tempo, mas ainda não conseguiram apoiar em nada à comunidade e usam mentiras para o governo: o ministro das pescas ofereceu-nos um barco e material de pesca (doação do Banco Mundial) ao

<sup>73</sup> Entrevista concedida por Augusto Songane, morador de Tofo, bairro Josina Machel e secretário do Conselho Comunitário de Pesca e agente de fiscalização costeira no Tofo. 28/06/2012.

Conselho Comunitário de Pesca do Tofo – CCPT, mas o barco não está sendo utilizado porque os centros de mergulho não querem que o barco entre no mar. Até fizeram campanha na internet contra nós.

Segundo Songane (2012), os operadores de mergulho interditam a captura de espécies que não são protegidas por lei. Porém, este afirmou ainda que por se reconhecer a importância da conservação de algumas espécies não protegidas por lei, o CCPT assinou um termo de compromisso para não pescar algumas espécies, a exemplo do tubarão, tubarão baleia e raia manta.

Entretanto, a utilização sustentável dos recursos marinhos e de modo particular o aumento da pesca furtiva do tubarão, inquieta alguns ambientalistas ligados ao mergulho, a exemplo da *bitonga divers*, que apontam que a oferta do barco aos pescadores artesanais aumentou a captura do tubarão e da raia manta na praia do Tofo. Em Julho de 2012 foi publicado um artigo na agência Lusa com o título: “Embarcação doada pelo Banco Mundial gera polémica ambiental em Inhambane” que pode ser lido a partir do endereço: (<http://noticias.sapo.mz/lusa/artigo/14725830.html>).

Este conflito até ao momento não está tendo uma mediação do poder público, com vista a se chegar a um entendimento entre as partes. Todavia, considerando a importância da preservação e conservação das espécies em perigo, independentemente do seu valor económico, uma vez que estes têm um alto valor económico para o turismo, há uma necessidade de se fazer um levantamento de espécies que possam integrar o grupo das espécies protegidas na legislação moçambicana. Lembrar que o decreto que estabelece a lista de espécies marinhas sujeitas à restrições é de 1999, havendo necessidade de atualização adequando-a ao contexto atual, no que concerne ao valor ecológico das espécies. Por outro lado, este cenário traz a tona os impactos da fraca conscientização ambiental ou a inesistente educação ambiental na sociedade moçambicana, aliada a fraca legislação sobre crimes ambientais na lei ambiental moçambicana. As instituições ambientais públicas de nível central e provincial atuam mais na coordenação das ações relacionadas ao meio ambiente, que incluem o licenciamento e estudos ambientais, havendo necessidade do seu fortalecimento na execução da política de proteção e preservação ambiental, através do combate às agressões ambientais praticadas pelo homem, promovendo deste modo à gestão ambiental no Estado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor do turismo representa hoje uma das maiores indústrias no cenário mundial. Considerada uma das mais importantes atividades econômicas em termos de geração de empregos, renda, representatividade no balanço de pagamentos, geração de impostos e captação e deslocamento de renda entre países. No município de Inhambane o turismo é uma das principais atividades socioeconômicas, sendo as praias de Tofo/Tofinho e Barra os principais destinos turísticos e onde se encontra o maior número de estabelecimentos turístico. Por ser uma atividade embrionária no cenário nacional, o turismo ainda se depara com muitas limitações para o seu rápido desenvolvimento, dentre eles, a precária infraestrutura básica de apoio ao turismo, como vias de comunicação, expansão da rede elétrica, saneamento básico; a escassez de recursos financeiros e humanos para o fortalecimento do setor e ainda a fraca capacidade de investimento do empresariado nacional no turismo. Lembrando que, de uma perspectiva ampla, o turismo tem beneficiado, sobretudo, os grandes conglomerados estrangeiros: companhias de navios, as chamadas *touropedoras*, agências de viagens e redes hoteleiras internacionais.

Apesar da sua importância à economia mundial, o turismo provoca fortes impactos negativos de carácter socioambiental nos destinos turísticos e deste modo, o litoral de Tofo e Barra não podia ser uma exceção. Lembrando que alguns autores contemporâneos, defendem que o turismo está orientado a transformar lugares como mercadorias de consumo turístico. A partir desta tendência mercadológica do turismo, o setor público ao nível dos governos central, provincial e municipal, pode relegar ao segundo plano de importância os aspetos socioambientais no desenvolvimento do turismo, levando em consideração apenas os ganhos econômicos imediatos que a atividade representa para a economia nacional, provincial ou municipal. A falta da ética ambiental no desenvolvimento do turismo pode colocar em risco a continuidade da atividade ao longo prazo, para além da reprodução rápida de dinâmicas associadas ao turismo, como a predação dos ecossistemas, a segregação espacial e social, a produção de contrastes entre áreas turísticas de influência e bairros pobres ou marginais, sem serviços básicos, conflitos de interesses entre os diferentes atores sociais, entre outros.

Em termos históricos o turismo em Moçambique depois de longos anos de hibernação, devido a fatores políticos e falta de segurança devido à guerra civil, marcou o passo da sua revitalização com a assinatura dos acordos de paz em 1992. Em 1994 fazendo parte do

ministério da indústria, comércio e turismo começa o marco da adoção e aprovação de políticas setoriais do turismo, tendo atingido o ponto mais alto com a criação do ministério do turismo em 2000. Depois da criação do MITUR, destaca-se a elaboração do plano estratégico para o desenvolvimento do turismo em 2004, como instrumento norteador do processo de desenvolvimento do setor no período de 2004 – 2013.

O turismo em Moçambique foi se desenvolvendo de forma esporádica, sem obedecer a nenhum tipo de planejamento na maioria dos considerados grandes destinos turísticos de referencia nacional, como é o exemplo do litoral de Tofo e Barra. Com a criação do MITUR e a elaboração do plano estratégico para o desenvolvimento do turismo, foram definidas as áreas prioritárias para investimento no turismo – APITs, onde a área de estudo se insere nas do tipo “A”, consideradas aquelas com certo nível de desenvolvimento de turismo e infraestrutura turística. As consideradas do tipo “B” são áreas que têm um elevado potencial de turismo ou da sua localização estratégica, mas que ainda não têm nível significativo de desenvolvimento do turismo. Este processo tinha em vista a melhoria do processo de planificação realística do desenvolvimento do setor.

Visando o desenvolvimento de um turismo sustentável, Moçambique já ratificou vários protocolos internacionais e já criou vários instrumentos legislativos e políticas públicas setoriais para o efeito. Porém, não se pode olhar apenas para a criação de políticas públicas setoriais como a solução mágica para os problemas socioambientais ou para o desenvolvimento sustentável. Lembrando ainda que muitas vezes a aprovação destes instrumentos visa responder as exigências globais e a continuidade de financiamentos pelas agencias internacionais como o banco mundial e o FMI. Faz-se necessário o acompanhamento da política pública por programas socioambientais no desenvolvimento do turismo e adoção de mecanismos concretos para a sua implementação plena. Uma das formas de analisar a eficácia da política pública turismo passa pela avaliação da eficiência dos programas de desenvolvimento inseridos na gestão do setor. Desde a criação do MITUR em 2000, poucos são os programas socioambientais voltados para as zonas costeiras, onde se encontra o maior numero de investimentos e onde mais se desenvolve o turismo de massa. Porém, nas zonas do interior, há que se destacarem os programas virados para a revitalização do ecoturismo nos parques e reservas nacionais.

Foram analisados três dos programas mais recentes do setor, nomeadamente, o programa de definição das quatro zonas de interesse turístico, que visa capitalizar as

oportunidades e o potencial turístico na região norte e centro, o programa Arco Norte, financiado pela USAID e que visa atrair grandes investimentos para o norte do país e assistência aos operadores turísticos da mesma região e o projeto Kapulana do INATUR, que visa à construção de unidades hoteleiras para o empresariado nacional em pelo menos 64 distritos até 2011. Da análise feita, nota-se uma ineficiência na implementação dos mesmos, devido a vários fatores, dentre eles a falta de recursos financeiros para a sua materialização. Um dos exemplos claros é o projeto Kapulana, que previa a construção de unidades hoteleiras em pelo menos 64 distritos até 2011 e que até Janeiro de 2013, apenas estavam edificadas 03 (três) estabelecimentos em 03 (três) distritos e destes apenas 02 (dois) em funcionamento e ainda por concluir 02 (dois) parados por falta de recursos financeiros. Este é apenas um exemplo de vários programas importantes que não alcançam os objetivos neles definidos.

Apesar dos exemplos citados de outros programas como o microfinanciamentos a pequenas iniciativas locais em Inhambane, estes ainda estão aquém de responder as necessidades mais exigentes do setor. Estes “pequenos” programas não passam de pequenos incentivos de apoio aos beneficiários, visto que, contemplam um número muito reduzido de pessoas e os valores neles envolvidos são insignificantes, para além da falta de continuidade dos mesmos. Por exemplo, o programa de microfinanciamento na sua primeira fase, em 2009, beneficiou apenas 06 pessoas e na segunda fase, em 2010, mais 09 pessoas, totalizando 15 beneficiários e, este não teve continuidade nos anos seguintes. Os valores atribuídos para cada beneficiário variam entre perto 500USD a quase 1000USD, dependendo do projeto.

A dimensão destes programas ainda não está em altura de responder a melhoria da competitividade do turismo nacional. Uma das alternativas para a melhoria da competitividade seria a aposta em parceiras internacionais que garantam uma base de financiamentos macros para o setor do turismo no geral. Podem-se citar alguns exemplos de programas em curso nalguns países da América Latina, como Brasil, onde através de fundos do Banco Internacional de Desenvolvimento – BID o setor do turismo investe não só na promoção turística, mas também na infraestrutura básica, como construção de rodovias, pontes, rede elétrica, abastecimento de água, saneamento básico, etc. e na infraestrutura específica do turismo, a partir de recursos alocados ao setor para este fim. Lembrando que a falta de vias de acesso, energia elétrica e água, ainda constituem principais constrangimentos em vários destinos turísticos nacionais e as ações de investimento na infraestrutura básica são dependentes dos planos de outros setores. Por outro lado, na falta destas parcerias, poder-se-ia

melhorar a coordenação institucional, de modo que, as zonas potencialmente turísticas sejam priorizadas nos planos de investimento dos setores que velam pela infraestrutura básica.

Apesar do evidente avanço na criação de legislação tanto do turismo e ambiente, ainda faltam mecanismos concretos de implementação dos princípios de sustentabilidade na política pública.

Sobre a análise dos indicadores socioambientais no desenvolvimento turismo no município de Inhambane, a primeira fraqueza prende-se com a falta de um plano de uso de terra e ordenamento turístico. Os graves problemas socioambientais na zona costeira do TBT levaram o governo provincial a mobilizar esforços para a elaboração do plano de macrozoneamento do TBT produzido em 2002, com liderança do MICOA através do centro de desenvolvimento sustentável das zonas costeiras. A implementação deste plano foi ignorada localmente e notou-se uma falta de acompanhamento do mesmo, tanto pelo MICOA, como pelo governo provincial que solicitou a sua elaboração. Esta situa mostra que há mais preocupação ao nível dos gestores públicos na elaboração de instrumentos normativos, sem nenhuma estratégia de sua implementação e acompanhamento.

Na mesma análise faz-se sentir a falta de entrelaçamento entre as políticas de outros setores, com vista ao fortalecimento do turismo, a exemplo da política de educação e do setor de infraestrutura básica de apoio ao turismo. Na educação apesar da existência de uma instituição superior de turismo, há que se dar atenção à formação nos níveis básico e médio.

Em relação à análise dos serviços sanitários, nota-se uma maior produção de resíduos sólidos na zona turística de Tofo e Barra, havendo necessidade de medidas pontuais para a melhoria do sistema de coleta e tratamento dos mesmos. Apesar da existência da lixeira de Tofo, que serve para as praias de Tofo e Barra, esta ainda não pode ser vista como solução definitiva, tendo em conta a sua localização e os métodos de tratamento dos resíduos que podem representar um atentado a saúde pública.

A falta de legislação e plano de gestão ambiental municipal e a precária relação multissetorial entre o município local e os setores de turismo e ambiente, podem colocar em risco a sustentabilidade socioambiental do turismo no município. A falta de ética socioambiental na atuação de alguns técnicos do município de Inhambane envolvidos em negócio ilícito de venda ilegal de terra para fins turísticos e casas de férias, agudiza os problemas socioambientais na zona costeira, principalmente na praia do Tofo. Esta situação associa-se a atuação quase “invisível” das vereações que respondem pelo turismo e ambiente

no município, que não tem nenhum programa concreto voltado para o controle ou minimização dos impactos socioambientais na zona costeira.

A educação ambiental que é considerada um processo que visa formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas que lhe dizem respeito, é fundamental para a melhoria da qualidade ambiental e na redução das ações prejudiciais ao meio ambiente. Apesar dos fortes impactos ambientais negativos na zona turística de Tofo e Barra, não existem no município de Inhambane ações ou programas municipais de educação ambiental. Esta ausência de programas de educação ambiental também é evidente nos *curricula* escolares, aos diferentes níveis de ensino. Todavia, algumas associações locais têm levado a cabo algumas ações de educação ambiental na costa do TBT, a exemplo da ALMA que atua no Tofo e a *Bitonga Divers* nas comunidades litorâneas do TBT.

A participação social na política pública, tanto de âmbito nacional, provincial e municipal, ainda não se faz sentir na gestão pública. Ao nível da gestão pública no geral não é prática, por exemplo, a realização de audições públicas para a auscultação de opiniões da sociedade civil ou da população em relação aos projetos de desenvolvimento. Porém, com a municipalização abre-se espaço para que o contato entre a sociedade e o poder público melhore, uma vez que os municípios se situam numa posição estrategicamente mais próxima do cidadão. Contudo, para que tal aconteça, os gestores públicos precisam olhar a sociedade e os seus problemas, como o centro da gestão pública e abrir espaço para que esta seja inserida no processo de planejamento participativo e na gestão pública, garantindo deste modo a sua plena participação.

Ao nível do setor do turismo a aprovação de alguns projetos passa pela realização de consultas comunitárias, dando espaço às comunidades para apresentar o que gostariam que o projeto em causa trouxesse de benefício para a comunidade local. Todavia, este ato mascara a participação social, uma vez que acontece apenas como exigência ou passo de tramitação. Após a aprovação dos projetos os proponentes muitas vezes não honram com os compromissos definidos no ato das consultas e não existe nenhuma legislação que torne obrigatório o cumprimento dos mesmos.

A inserção das comunidades no turismo tem sido através de pequenas iniciativas da DPTURI, a exemplo dos programas de microfinanciamentos de pequenas iniciativas voltadas para o turismo e de capacitação e formação dos membros das comunidades periféricas nas zonas turísticas, visando a sua inserção no mercado de emprego. O município local não tem

nenhum programa de inserção das comunidades no turismo. Para além da falta de programas de inserção, o município não tem programas de promoção turística ou de investimentos, apesar do turismo ser uma das suas principais atividades socioeconômicas locais.

Na zona litorânea de Tofo e Barra registram-se vários impactos, que podem ser distinguidos em ambientais e sociais. Considerando que os impactos podem ser positivos ou negativos, os principais impactos ambientais registrados são de caráter negativo. Destes, destacam-se a erosão costeira, associada a construções em zonas de risco e sobre dunas, a excessiva produção de resíduos sólidos, a pressão dos ecossistemas costeiros e marinhos com o mergulho e pesca ilegal, o desmatamento e destruição das dunas costeiras e do interior e ainda os efeitos da extração de saibro na zona de Tofo.

Os impactos sociais positivos associados ao turismo têm a ver com geração de emprego; redução do índice de estrangeiros em cargos de gestão, mercê dos programas de formação; a geração de novas oportunidades de negócios e renda para as comunidades, a exemplo da compra de produtos locais nos estabelecimentos turísticos, venda de artesanato e comércio a retalho e os benefícios em programas de responsabilidade social em alguns estabelecimentos turísticos, embora em número muito reduzido.

Sobre os impactos sociais negativos pode-se citar a ocupação desordenada de terra dificultando às comunidades o acesso à praia; o abandono das atividades tradicionais do local, nomeadamente a pesca; as transformações nos hábitos e costumes locais e em alguns casos, o abandono prematuro do ensino pelos adolescentes que se dedicam às atividades ligadas ao turismo; a falta de infraestrutura de saneamento básico; a falta de padrão de harmonia estética entre as casas de férias e as “cabanas” da comunidade local próximos uns dos outros e os conflitos entre os vários atores sociais, principalmente entre os pescadores e os operadores de mergulho.

Ainda sobre os impactos socioambientais negativos notou-se que estes são mais evidentes na praia de Tofo comparativamente a praia da Barra. Esta diferença pode ser justificada por dois aspetos fundamentais que caracterizam o turismo nos dois locais. Primeiro porque a zona de Tofo foi pioneira nos investimentos turísticos, comparativamente a Barra, numa altura em que as exigências ambientais eram menores e por outro lado porque a zona do Tofo está voltada para o turismo de massa, que é considerado como o que mais impactos causa nos destinos turísticos.

Sobre a gestão ambiental, considerando que esta visa manter a estrutura de todos os ecossistemas e assegurar a manutenção das suas funções, em prol de um equilíbrio ecológico e por outro lado sendo este um trabalho complexo que envolve aspectos técnico-científicos, econômicos, políticos, culturais e sociais, é importante que esta seja compartilhada entre o poder público e a sociedade civil. Lembrando que estas responsabilidades estão previstas no artigo 90, da Constituição da República de Moçambique de 2004. Por outro lado, visando melhorar o controle sobre a utilização sustentável dos recursos naturais e a integridade de todas as espécies, faz-se necessária a criação de um órgão no MICOA que a semelhança do IBAMA, se dedique ao controle e fiscalização ambiental a todos os níveis, bem como uma maior responsabilização sobre os crimes ambientais. Olhando para o atual nível de predação de espécies como o tubarão para a extração e venda de barbatanas, raia manta, entre outras, torna-se necessário uma tomada de medidas urgentes para a inclusão de algumas espécies marinhas na lista das espécies protegidas na legislação moçambicana, com vista a se evitar o risco da sua extinção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, F.J.P. Ética, Cidadania e Educação Ambiental. In: ANDRADE, M.O. (org.). Meio Ambiente e Desenvolvimento: bases para uma formação interdisciplinar. João Pessoa: UFPB, 2008.

ABRAMOWIZ, A. e WAGKOP, G. Creche: Atividades para crianças de zero a seis anos. São Paulo: Moderna, 1995.

ACSELRAD, Henri. Meio ambiente e democracia. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.

AFONSO, Rui S.; MARQUES, João M. Recursos minerais de Moçambique: contribuição para o seu conhecimento. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998.

AFONSO, Rui S. A geologia de Moçambique. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1976.

AFRIMAP e OSISA (2012). Moçambique. A Prestação Efectiva de Serviços Públicos no Sector da Educação - Um relatório publicado pelo AfriMAP e pela Open Society Initiative for Southern Africa. Abril, 2012. Disponível em: [http://www.afrimap.org/english/images/report/AfriMAP\\_Mocambique\\_Educ\\_main\\_PT.pdf](http://www.afrimap.org/english/images/report/AfriMAP_Mocambique_Educ_main_PT.pdf). Acesso em 21. de Nov. 2012.

ALMEIDA, Maria G. Turismo e os Novos Territórios do Litoral Cearense. in Turismo e Geografia – Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais. São Paulo: Editora. Hucitec, 1999. 184-190.

ARANHA, Valéria Leite. Desenvolvimento e Meio Ambiente. In: *Revista CB Juris* - Ano I - nº 2 - Junho/99. Disponível em: <http://kplus.cosmo.com.br/materia.asp?co=27&rv=Direito>. Acesso em 18. de Nov. 2012.

ARENDT Hannah. Origens do Totalitarismo. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

AZEVEDO, Helsio A. M. de Albuquerque. Modelo de Diagnóstico Ambiental para Elaboração do Plano Ambiental do Município de Inhambane em Moçambique. Dissertação de mestrado, Brasília, 2009.

BAD; OCDE; PNUD; CEA. Perspectivas econômicas em África (Países africanos da CPLP). Relatório publicado em 2012. Disponível em: [http://www.africaneconomicoutlook.org/fileadmin/uploads/aeo/PDF/Regional\\_Edition/AEO%20PT%20Regional%20Edition.pdf](http://www.africaneconomicoutlook.org/fileadmin/uploads/aeo/PDF/Regional_Edition/AEO%20PT%20Regional%20Edition.pdf). Acesso em 04. de Out. 2012.

BARACHO, José A. de Oliveira. Teoria geral da cidadania. São Paulo: Saraiva, 1995.

BATESON, Gregory. Steps to an ecology of mind: collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology. Northvale: Jason Aronson, 1987.

BECKER, B. K.; MIRANDA, M. (Org.). A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

BECKER, Bertha K. Conferência políticas e planejamento do turismo no Brasil, realizada em São Paulo, no período de 16 a 22 de julho de 1995. Artigo publicado no IVT – Caderno Virtual do Turismo, disponível em: <http://www.ivt-rj.net/cadernos/anteriores>. Acesso em 10 de Agosto de 2012.

BELLEM, Hans Michael Van. Indicadores de Sustentabilidade: Uma Análise Comparativa. 2. ed. P 22 – 33, Rio de Janeiro: FGV: Brasil 2006.

BELLEN, Hans Michael van. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BISSOLI, A.; MARQUES, M. A. Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação. 2. ed. São Paulo: Editora Futura, 2001.

BOULLÓN, Roberto C. Planejamento do espaço turístico. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BRASIL, Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 acional. Agenda 21 Brasileira: ações prioritárias. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004a.

BRASIL, Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 acional. Agenda 21 Brasileira: resultado da consulta nacional. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004b.

BUARQUE, Sergio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamonde, 2008.

CAVALCANTI, C. (Org.). Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1997.

CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA – CECCA. Qualidade de vida e cidadania: a construção de indicadores socioambientais da qualidade de vida em Florianópolis. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

CORIOLOANO, L. N. M. T. “O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza”. In: CORRÊA, Maria Laetitia Turismo, Sustentabilidade e Meio Ambiente: Contradições e Convergências; Belo Horizonte: autêntica, Brasil, 2009.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. Do local ao global: o turismo litorâneo cearense. Campinas, SP: Papirus, 1998.

CORREA, Maria Laetitia; PIMENTA, Solange Maria; ARNDT Jorge Renato Lacerda (Orgs); Turismo Sustentabilidade e Meio Ambiente, contradições e convergências. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009.

CRUZ, R. C. Política de Turismo e Território. São Paulo. Contexto. 2001.

DA BARCA, Alberto; DOS SANTOS, Tirso. Geografia de Moçambique: física e econômica. 3. ed. Maputo: DINAME, 19-?.

- DAHL, Arthur L. *The big Picture: comprehensive approaches*. In: MOLDAN, B.; BILHARZ, S. (Eds.). *Sustainability indicators: report of the project on indicators of sustainable development*. Chichester: John Wiley & Sons Ltd. 1997.
- DERANI, Cristiane. *Direito ambiental econômico*. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 2001.
- DIAS, Cláudia. Grupo focal: Técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. In: *Informação & Sociedade*, v. 10, n. 2, João Pessoa: 2000.
- DOWBOR, Ladislau. *A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- FERNANDES, Luis. Jorge M. Dissertação de Mestrado. *Análise das Transformações Sociais e Ambientais em um Processo de Ocupação Litorânea: O Caso do Município de Lucena/PB*. 2006.
- FERNANDES. Antônio Sergio Araújo. *Políticas Públicas: Definição evolução e o caso brasileiro na política social*: DANTAS, Humberto e JUNIOR, José Paulo M. (orgs). IN: *Introdução à política brasileira*. São Paulo: Paulus. 2007.
- FRIEDMANN, John. *Empowerment: the politics of alternative development*. Blackwell: Cambridge, 1992.
- GALLOPIN, G. C. *Environmental and Sustainability Indicators and the Concept of Situational Indicators. A System Approach. Environmental Modelling Assessment*, n. 1, p. 101, 117, 1996.
- GIDDENS, A. *Sociologia*. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2008.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5a ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOSSLING, Stefan. *Global environmental consequences of tourism*. In: *Review Global Environmental Change* 12. Freiburg, Germany: 2002, p.283 – 302.
- GOVERNO DA PROVÍNCIA DE INHAMBANE. *Gabinete das Zonas Verdes da Cidade de Inhambane. Dados para a criação do modelo de diagnóstico ambiental municipal*. Inhambane: GZVCI, 2009.
- GOVERNO DA PROVÍNCIA DE INHAMBANE. *Serviços Provinciais de Meteorologia da Província de Inhambane. Dados climáticos 2007-2011*. Inhambane: SPMPI, 2012.
- GRISPINO, Izabel Sadalla. *A Importância da Educação Infantil*. Artigo. (2006).
- GUIMARÃES, Roberto P. *A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento*. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo. *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 43-71.

GUIMARAES, Roberto P. Desenvolvimento sustentável: da retórica a formulação de políticas públicas. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. (Org.). A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

HAMU, Denise. Apresentação. In: SALVATI, Sergio S. (org.) Turismo responsável, manual para políticas locais. Brasília: WWF-Brasil, 2004.

HARDI, P. The dashboard of sustainability. Winnipeg. 2000. (working paper).

HAYES, Samuel Perkins. Avaliação de projetos de desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

HEDGES, David (coord.). História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo 1930-1961. Vol.2, 2. ed. Maputo, Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 1999.

HUMBOLDT UNIVERSITÄT ZU BERLIM. Gestão de zonas costeiras e turismo: contribuição para redução da pobreza, transformação de conflitos e proteção do meio ambiente em Inhambane/Moçambique. 2ª Ed. Berlim: SLE, 2002.

IGNARRA, Luís Renato. Fundamentos do Turismo. 2. ed. São Paulo: Pioneira; Thomson Learning, 2003.

JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, nº 118, 2003, p. 1-19.

KAPLAN, Bonnie; DUCHON, Dennis. *Combining qualitative and quantitative methods in information systems research: a case study*. In: MIS Quarterly, v. 12, n. 4, p. 571-586, Dec. 1988.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARKONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. -5. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

LAMOUNIER, Bolívar. Análise de políticas públicas: quadro teórico-metodológico de

LEFÈVRE, F; LEFÈVRE A. M. C; TEIXEIRA J. J. V. O Discurso do Sujeito Coletivo: Uma nova abordagem metodológica em Pesquisa Qualitativa. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

LEFF, Enrique. SABER AMBIENTAL: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder; 8. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011. (Tradução de Lúcia Mathilde Endlic Orth).

LEFORT, Claude. Pensando o Político Ensaio sobre Democracia, Revolução e Liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

LIEBSCHER, Peter. *Quantity with quality? Teaching quantitative and qualitative methods in a LIS Master's program*. In: *Library Trends*, v. 46, n. 4, Spring: 1998. p. 668-680.

LÓPEZ Santillán A. Ángeles & MARIN Guardado Gustavo. *Turismo, capitalismo y producción de lo exótico: Una perspectiva crítica para el estudio de la mercantilización del espacio y la cultura*. Relaciones 123, Verano, 2010. Vol. XXXI.

MACEDO, Sílvio Soares: Paisagem, turismo e litoral. In: YAZIGI, Eduardo, (Org.). *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

MACEDO, Sílvio Soares; PELLEGRINO, Paulo Renato M. Do Éden à Cidade – Transformação da paisagem litorânea brasileira. In: YAZIGI, Eduardo, (Org.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1999.

MACINTOSH, Robert e GOELDNER, Charles. *Tourism-Principles. Pratices. Philosophies*. Nova York, J. Wiley & Sons, 1988.

MARIN, Guardado Gustavo. *Turismo, globalizazion e desarrollo local: Puerto Vallarta y los retos del porvenir, Estudios Demográficos y Urbanos, vol. 24, núm. 1. (70), 2009, 219 – 247.*

MATTAR, Fauze Najib. *Pesquisa de marketing*. São Paulo: Atlas. 1996.

MAZULA, Brazão. *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985*, 1995, pp. 78/88;

MEETHAN, Kevin, *Tourism in global society: Place, culture, consumpcion*, Nueva York, Palgrave, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MOÇAMBIQUE. Assembleia da República. *Constituição da República de Moçambique. Aprova a Constituição da República de Moçambique*. Maputo: Imprensa Nacional, 2004.

MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatística – INE. *Resultados definitivos do III censo geral da população e habitação*. INE, Maputo, 2007.

MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Planeamento Físico. *Plano de estrutura da cidade de Inhambane*. Maputo: INPF, 1991.

MOÇAMBIQUE. Ministério das Relações Exteriores. *Dados básicos e principais indicadores econômico-comerciais de Moçambique*. MRE, 2012.

MOÇAMBIQUE. Ministério do Turismo. *Projeto Arco Norte. Estratégia de desenvolvimento e investimento turístico*. (Apresentação), MITUR, Abril, 2008.

MOÇAMBIQUE. Ministério do Turismo/INATUR. *ABC do Projeto Kapulana*. MITUR/INATUR/2009.

MOÇAMBIQUE. Ministério do Turismo: Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2004 – 2013). 1. ed. Maputo: 2004.

MOÇAMBIQUE. Ministério do turismo: Política do Turismo e Estratégia de Sua Implementação. Resolução nº 14, de 04 de Abril de 2003.

MOÇAMBIQUE. Ministério para Coordenação da Acção Ambiental. Avaliação do Grau de Implementação da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e Macro zoneamento de TBT (Tofo, Barra, Tofinho e Praia da Rocha) MICOA/CDS Zonas Costeiras. 2010.

MOÇAMBIQUE. Portal Do Ministério Do Turismo. Disponível em: <http://www.mitur.gov.mz/factos.htm>. Acesso em: 08. Agosto. 2012.

MOÇAMBIQUE. Quadro Legal para Licenciamento Ambiental em Moçambique. 2. ed, Beira; 2009.

Moderno Dicionário de Língua Portuguesa. São Paulo: Brasil, 2002.

MOJONE, Giandomenico; WILDAVSKY. Aaron. Implementation as evaluation. In: PRESMAN, Jeffrey L.; WILDAVSKY, Aaron. Implementation 3<sup>a</sup> ed. Berkeley, University of California Press, 1984, p. 163-180.

MOLINA, S. Turismo: metodologia e planejamento. Bauru, SP: Edusc, 2005.

MONDLANE, Eduardo, Lutar por Moçambique, 1969 (1995), p. 56.

NEPPP/UNICAMP. Avaliação do processo de implementação do projeto “Inovação no Ensino Básico” e de algumas medidas da escola padrão. Campinas: Núcleo de Estudos de Políticas Pública/Universidade Estadual de Campinas, 1993 (Projeto de Pesquisa).

NEWITT, Malyn, *A History of Mozambique*, Hurst & Company, London, 1995, p. 479.

NHANTUMBO, Emídio. Tendências de desenvolvimento do turismo e alterações na ocupação e utilização do espaço no MI. Inhambane: UEM, 2007.

NOBRE, M.; AMAZONAS, M. C. (Orgs.). Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito. Brasília: IBAMA, 2002.

NUSDEO, Fábio. Desenvolvimento e ecologia. São Paulo: Saraiva, 1975.

ONU/PNUD. Relatório sobre o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, 2011. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/78660180/tabela-do-IDH-publicado-em-2011-PNUD-relatorio-de-desenvolvimento-humano-2011>. Acesso em 13. Agosto. 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Impactos do turismo sobre o meio ambiente. In: OMT. Introdução ao turismo. São Paulo: Roca, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Código Mundial de Ética do Turismo. OMT, Santiago/Chile, 1999.

PETROCCHI, M. Turismo e ambiente, reflexões e propostas. 2. Ed. São Paulo: Futura, 1998.

PETROCCHI, M. Turismo Planejamento e Gestão. 2. Ed. São Paulo. Futura, 1998.

PINHEIRO, Carla, *Direito Ambiental*/Carla Pinheiro. – São Paulo: Saraiva, 2008. – (Coleção roteiros jurídicos/ coordenação José Fabio Rodrigues Maciel).

PORTUGAL, G. Crianças Famílias e Creches - Uma Abordagem Ecológica da Adaptação do Bebê à Creche. 7. ed. Coleção Cidine. Porto: Porto Editora. 1998.  
referência (texto digitado). Mimeo. São Paulo, s/d.

RIBEIRO, Edson Leite et al, Relatório da Avaliação de Indicadores de Qualidade de Vida Urbana por Bairros em João Pessoa - Projeto Qualitá – Departamento de Arquitetura – Laurbe-DA/CT/UFPB, João Pessoa PB, 2004.

ROBBINS, S. P. O processo administrativo: integrando teoria e prática. São Paulo, Atlas, 1978.

RODRIGUES, A. B. Turismo e ambiente, reflexões e propostas. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

RUSCHMANN, Doris. Turismo e Desenvolvimento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente. 16. ed. Papirus Editora; 2010; Campinas, Sp.

SACHS, I. Ecodesenvolvimento. Crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Milton. Espaço, ciência e técnica. São Paulo: Hucitec, 1995.

SCELLE, Georges. *Précis de Droit des Gens: Principes et Systematique*. Paris: Recueil Sirey, 1932.

SCHÜTLER, Regina G. Metodologia da pesquisa em turismo e hotelaria. São Paulo: Aleph, 2003. (Serie turismo).

SILVA, Maria Ozanira da Silva. Construindo uma Abordagem Participativa para Avaliação de Políticas e Programas Sociais. In: *Congress of the Latin American Studies Association*. Rio de Janeiro, Brasil, 2009.

SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY – SADC. *Member States*. Disponível em: <http://www.sadc.int/member-states>. Acesso em 03. Nov. 2012.

TOMMASI, Luiz Roberto. Estudo de Impacto Ambiental. São Paulo: CETESB, 1993.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. Congresso de Belgrado. Belgrado, 1975.

URRY, John, *The tourist gaze: Leisure and travel in contemporary societies*. Londres, Sage, [1990], 2002.

VASCONCELOS F. P., L. N. M. T. Coriolano. *Revista de Gestão Costeira Integrada*. 8 (2) : 259-275 (2008).

VEIGA, José Elida. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania. A sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. *From One Earth to One World: An Overview*. Oxford: Oxford University. Press. 1987, p. 43.

ZDAN, T. J. *Assessing sustainable development: principles in practice*. Winnipeg. IISD, 1997.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA INSTITUIÇÕES

Instituição/Organização:

Entrevistado/a(s):

Cargo/Função:

Data da Entrevista:

#### 1. ASPETOS FÍSICOS DO MUNICÍPIO DE INHAMBANE

##### 1.1. Clima

Temperatura; Precipitação; Insolação; Umidade; Direção e Velocidade dos Ventos.

##### 1.2. Hidrografia

Recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

##### 1.3. Geomorfologia

Formas de relevo; Declividade de terreno; Zonas propensas a desastres naturais; Posição de vales e elevações.

##### 1.4. Solos

Tipos e características de solo; Principais problemas de solos; Ocorrência de Erosão.

#### 2. ASPETOS BIÓTICOS

##### 2.1. Flora

Formações vegetais; Áreas de valor ecológico e paisagístico; Áreas degradadas.

##### 2.2. Fauna

Espécies existentes; Espécies em extinção; Áreas de ocorrência.

#### 3. ASPETOS ANTRÓPICOS

##### 3.1. Demografia

População total; Densidade populacional; Taxa de crescimento populacional; Divisão populacional por sexo, idade: População por idade 0-19; 20-39; 40-59; 60 ou mais; Número de agregados familiares; Média da hab. por agregado; Média do nível de escolaridade; Habitação: Número da população por tipo de domicílio particular; IDH; Renda; Rendimento das pessoas responsáveis pelo domicílio;

Qual é a evolução da população nos últimos 03 censos no Município?

##### 3.2. Aspectos Político administrativo e de legislação

Qual é a estrutura organizacional do município?

Qual é a legislação ambiental existente no município?

Que Plano Diretor de Ordenamento Territorial existe no Município?

Que modelo de Gestão Ambiental existe no Município?

Que Plano de gestão ambiental municipal existe para as zonas turísticas;

Que Plano ou modelo de ordenamento turístico existe no Município?

Qual é o papel do MI no licenciamento de estabelecimentos turísticos da área municipal?

Existe algum plano de mitigação dos impactos ambientais? Como este funciona?

Qual é o procedimento de recolha e tratamento de resíduos sólidos na zona de Tofo e Barra?

Qual é o número de estabelecimentos turísticos na área municipal?

Tem programas de integração das comunidades locais nos benefícios da atividade turística? Quais são?

Sobre a ocupação de terra: sabe-se que maior parte dos investidores são estrangeiros e as comunidades locais têm benfeitorias nas zonas turísticas. Quais são as regras para a atribuição de terra aos investidores e qual é o ganho dos “proprietários” locais?

Qual é o trabalho de coordenação que se faz com outras instituições para o licenciamento das atividades turísticas?

No processo da elaboração dos planos municipais há participação das comunidades locais, ou seja, estas são ouvidas neste processo? Qual é o seu papel?

Que parcerias o município tem na gestão ambiental e quais são as ações dos parceiros?

Quais são os principais problemas ambientais?

Que ações ambientais estão sendo levadas a cabo pelo município no âmbito de:

- Resíduos sólidos;
- Instrumentos legislativos para gestão ambiental;
- Gestão das áreas naturais de proteção;
- Monitoramento ambiental;
- Descentralização na gestão ambiental;
- Participação na gestão ambiental;
  
- Poluição (ar, visual, sonora, solos)
- Educação ambiental;
- Preservação do manguezal (mangal) e gerenciamento costeiro;
- Energia sustentável e alternativa;
- Gestão de recursos pesqueiros;
- Zoneamento ambiental;

### **3.3. Indicadores Socioeconômicos**

Qual é a situação do ensino no Município?

Qual é a população no ensino por idade e sexo?

Qual é o índice dos serviços de saúde pública?

Qual é a situação de coleta de esgotos?

Qual é situação de recolha ou tratamento de resíduos sólidos?

Qual é a situação de drenagem?

Qual é a população ativa e a situação do setor produtivo?

Quais são as principais transformações paisagísticas?

Qual é a qualidade visual da paisagem?

### **3.4. Infraestrutura**

Qual é a situação da rede viária?

Qual é a situação do sistema de comunicações?

Qual é a situação do sistema de energia?

Qual é a situação do saneamento básico?

- Subsistema de abastecimento de água?
- Subsistema de manejo dos resíduos sólidos?
- Subsistema de drenagem?
- Subsistema de esgotos sanitários?

## 4. ASPETOS TURÍSTICOAMBIENTAIS

### 4.1. Sobre o Turismo

Qual é a Evolução histórica da ocupação de espaços e da atividade Turística no litoral do município de Inhambane?

Quais são os Indicadores da economia do turismo nacional e local?

Qual é o fluxo de receitas turísticas na província e município de Inhambane?

Qual é a atratividade Turística do Município de Inhambane?

Qual é a evolução do Turismo local?

Qual é o número de Estabelecimentos na área municipal?

Qual é o papel do sector do turismo na minimização dos danos ao meio Ambiente?

A promoção da atividade turística faz parte dos planos e orçamento ao nível do sector do turismo. O mesmo acontece em relação a componente de **preservação do meio ambiente**, isto é, existe alguma verba para este fim?

Quais são as principais ações que se têm levado a cabo com vista à minimização dos impactos negativos?

Existem instrumentos legislativos do sector do turismo de âmbito provincial ou municipal?

Quais são os procedimentos de licenciamento turístico? Seus passos, instituições envolvidas e as suas responsabilidades no processo?

As comunidades locais participam ou são auscultadas no processo de elaboração de programas e planos turísticos referentes às suas zonas de habitação?

Qual é a participação comunitária no desenvolvimento do turismo?

### 4.2. Sobre o meio ambiente

Quais são os Procedimentos de EIA por categoria de estabelecimento (Turismo)?

Há casos de empreendimentos não concretizados por recomendação do EIA?

As populações locais têm algum papel neste processo?

Qual é o tipo de trabalho de coordenação se faz com outras instituições para o licenciamento das atividades turísticas?

Qual é a constituição das equipas de avaliação de EIA licenciadas na província;

Qual é o mecanismo que se adota para tornar os EIA acessíveis ao público, durante e após os estudos?

A auscultação pública faz parte dos EIA? Se sim em que momento esta ocorre?

Qual é a legislação nacional que aprova a realização dos EIA?

Quais são os Impactos ambientais no litoral Este do Município de Inhambane?

## APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA A POPULAÇÃO LOCAL



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE



PROJETO DE PESQUISA INTITULADO: POLÍTICAS DE TURISMO E A SUSTENTABILIDADE SOCIO-AMBIENTAL EM MOÇAMBIQUE: A EXPERIÊNCIA DAS “ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA O INVESTIMENTO TURÍSTICO - APITs” E OS SEUS IMPACTOS NO MUNICÍPIO DE INHAMBANE.

Mamerto Fernando<sup>1</sup>, Alícia Ferreira Gonçalves<sup>2</sup>. 1. Aluno do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: [mamenando@yahoo.com.br](mailto:mamenando@yahoo.com.br); 2. Orientadora e professora da UFPB e Pesquisadora do Grupo Etnografias do Capitalismo Contemporâneo/Unicamp. E-mail: [aliciafg1@hotmail.com](mailto:aliciafg1@hotmail.com)

### Questionário Para a População

1. Nome da área: Tofo ( ); Barra ( ).
2. Qual é a sua Etnia? \_\_\_\_\_
3. Há quanto tempo mora no local? a) Natural/residente ( ); b) Entre 0-5 anos atrás ( ); c) Entre 5-10 anos ( ); d) Mais de 10 anos ( ). Se estiver entre b, c e d, qual foi a motivação para a escolha do local?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
4. Qual é sua idade? Menor de 18 anos ( ); 18-25 anos; 25-35 anos; Maior de 35 anos?
5. Tem alguma fonte de Renda? Sim ( ); Não ( ). Se Sim qual? Função Pública ( ); Comércio ( ); Pesca ( ); Empregado de Estabelecimento Turístico ( ); Empregado noutro Privado ( ); Outra ( ); Qual? \_\_\_\_\_
6. Em que intervalo está a sua Renda Mensal? 0-1000,00MTs; 1000,00-2000,00MTs; 2000,00-3000,00MTs; 3000,00-4000,00MTs; 4000,00-5000,00MTs; 5000,00-1000,00MTs; 1000,00MTs-15000,00MTs; 15000,00-20000,00MTs; Mais de 20000,00MTs.
7. Qual é o seu nível de escolaridade? Primário Básico ( ); Primário do Segundo Grau ( ); 10 Classe ( ); 12 Classe ( ); Nível Superior ( ).
8. Quais são as principais atividades locais? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
9. Acha que as novas gerações dão continuidades nestas atividades? Sim ( ); Não ( ). Se Não. Porque? \_\_\_\_\_

- 
- 
10. Presta alguma atividade ligada ao turismo? Sim ( ); Não ( ). Se Sim, Qual? \_\_\_\_\_.
11. O turismo tem benefício para você ou sua família? Sim ( ); Não ( ). Que benefícios o turismo nesta área trouxe na sua vida pessoal/familiar? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.
12. Enfrenta problemas devido ao turismo nesta área? Sim ( ); Não ( ). Se sim. Quais são? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.
13. Existem dentro da comunidade ou arredores Boates, bares ou clubes noturnos? Sim ( ); Não ( ).
14. Existem nesta comunidade assédios sexuais e prostituição, incluindo de menores? Sim ( ); Não ( ); Sim de menores ( ); Não de Menores ( ).
15. Durante as Épocas de Pico do turismo tem acolhido turistas na sua residência? Sim ( ); Não ( ).
16. Como avalia a relação entre os turistas e a população local? Excelente ( ); Boa ( ); Razoável ( ); Má ( ); Péssima ( ).
17. Têm visitado esta comunidade turistas que se interessam pela cultura local ou que convivem com as comunidades locais? Sim ( ); Não ( ).
18. Como avalia a relação entre os operadores turísticos e a população local? Excelente ( ); Boa ( ); Razoável ( ); Má ( ); Péssima ( ).
19. Já foi consultado pelas autoridades públicas, locais, ou pelos proprietários dos estabelecimentos turísticos locais para resolver algum tipo de assunto de interesse da população ou dos empresários locais? Sim ( ); Não ( ). Se sim: 1 Vez ( ); 2-3 Vezes ( ); 3-5 Vezes; Mais de 5 Vezes.
20. Se já foi consultado, acha que as opiniões da população têm sido levadas em consideração? Sim ( ); Não ( ).
21. Se nas consultas comunitárias os empresários se comprometem a fazer algo pela comunidade, estes têm cumprido suas promessas? Sim ( ); Não ( ); Algumas vezes ( ). Se Não. As autoridades públicas ou comunitárias têm tomado alguma atitude para cobrar? Sim ( ); Não ( ).
22. Já participou de alguma consulta comunitária para a elaboração de algum plano Nacional/Provincial/Municipal que diz respeito a esta área? Sim ( ); Não ( ).

23. Nesta área as autoridades municipais fazem a coleta de lixo doméstico? Sim ( ); Não ( ). Se não, Como fazem o tratamento do lixo?

---

---

24. Quais são os principais impactos positivos e negativos do turismo nesta área?

a) Positivos\_\_\_\_\_

---

---

---

b) Negativos\_\_\_\_\_

---

---

---

## APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA OS ESTABELECIMENTOS TURÍSTICOS E HOTELEIROS



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE



PROJETO DE PESQUISA INTITULADO: POLÍTICAS DE TURISMO E A SUSTENTABILIDADE SOCIO-AMBIENTAL EM MOÇAMBIQUE: A EXPERIÊNCIA DAS “ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA O INVESTIMENTO TURÍSTICO - APITs” E OS SEUS IMPACTOS NO MUNICÍPIO DE INHAMBANE.

Mamerto Fernando<sup>1</sup>, Alícia Ferreira Gonçalves<sup>2</sup>. 1. Aluno do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: [mamenando@yahoo.com.br](mailto:mamenando@yahoo.com.br); 2. Orientadora e professora da UFPB e Pesquisadora do Grupo Etnografias do Capitalismo Contemporâneo/Unicamp. E-mail: [aliciafg1@hotmail.com](mailto:aliciafg1@hotmail.com)

### Questionário Para os Estabelecimentos Turísticos e Hoteleiros

1. Localização do Estabelecimento. Tofo ( ); Barra ( );
2. Tipo de Estabelecimento. Hotel ( ); Lodge ( ); Restaurante/bar ( ); Agência de Viagem ( ); Desportos Aquáticos ( ).
3. Serviços Prestados. Alojamento ( ); Restauração ( ); Mergulho ( ); Pesca Desportiva ( ); Safari Oceânico ( ).
4. Numero de Trabalhadores. Total \_\_\_\_\_; Homens \_\_\_\_\_; Mulheres \_\_\_\_\_; Estrangeiros \_\_\_\_\_.
5. Numero de Trabalhadores no cargo de chefia. Total \_\_\_\_\_; Homens \_\_\_\_\_; Mulheres \_\_\_\_\_; Estrangeiros \_\_\_\_\_.
6. Há quanto tempo opera neste local? \_\_\_\_\_.
7. Tem programas comunitários para os turistas? Sim ( ); Não ( ). Se Sim, especifique:  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.
8. Tem programas de beneficência à comunidade ou de responsabilidade social? Sim ( ); Não ( ). Se Sim, exemplifique: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.
9. Tem problemas de caracter ambiental no seu estabelecimento ou na periferia? Sim ( ); Não ( ). Se Sim, quais são?

- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
10. Tem algum plano de gestão ambiental para o seu estabelecimento? Sim ( ); Não ( ).
11. Tem levado a cabo ações visando minimizar os impactos ambientais? Sim ( ); Não ( ).
12. Se \_\_\_\_\_ Sim \_\_\_\_\_ Quais são:?  
\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
13. No seu estabelecimento as autoridades municipais fazem a coleta do lixo doméstico? Sim ( ); Não ( ). Se não, como fazem o tratamento do lixo?  
\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
14. Quantos Trabalhadores têm formação na área de turismo ou de hotelaria?  
\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
15. Faz \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ capacitação \_\_\_\_\_ dos trabalhadores? \_\_\_\_\_
16. Tem conhecimento da Legislação do sector do turismo? Sim ( ); Não ( ). Se não Porquê?  
\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
17. Tem participado em eventos de divulgação da legislação pelas autoridades locais? Sim ( ); Não ( ).
18. Quais são os principais problemas ambientais nesta zona?  
\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
19. O que acha que pode estar por detrás destes problemas?  
\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
20. O que acha que as autoridades locais ou o setor privado deveriam fazer para o bem do meio ambiente nesta área?  
\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_

## ANEXOS

### ANEXO A – DADOS CLIMÁTICOS DA CIDADE DE INHAMBANE ENTRE (2007 A 2011).

Dados de precipitação (em mm) registados na cidade de Inhambane no período de 5 anos (2007 a 2011)

ANOS	M E S E S												MÉD
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
2011	216.9	50.2	52.2	54.8	13.8	37.8	45.5	41.0	3.0	29.2	106.7	104.4	<b>755.5</b>
2010	137.7	162.0	128.0	153.4	50.2	36.4	75.3	11.6	2.3	3.7	72.1	62.0	<b>894.7</b>
2009	165.3	215.7	256.3	48.5	50.2	25.5	31.8	8.0	6.1	6.5	165.3	21.4	<b>1000.6</b>
2008	140,1	64,1	93,5	17,6	44,7	26,3	30,4	8,9	13,8	15,3	42,5	687,8	<b>1185,0</b>
2007	162,2	115,4	146,7	135,8	29,3	67,5	25,2	29,9	2,4	4,5	73,6	333,3	<b>1125,7</b>

Dados de temperatura média (em °C) registado na cidade de Inhambane no período de 5 anos (2007 a 2012)

ANOS	M E S E S												MÉD
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
2011	28.2	27.7	28.2	25.7	22.1	21.8	20.5	21.5	24.0	25.2	26.5	27.2	<b>24.9</b>
2010	28.6	28.5	27.5	26.5	24.8	22.2	21.0	21.7	23.6	25.1	27.1	27.9	<b>25.1</b>
2009	32.1	31.4	29.6	28.4	27.5	26.6	24.7	25.3	26.9	28.3	28.3	31.5	<b>28.4</b>
2008	31.2	31.2	30.5	28.3	27.2	25.9	25.7	25.9	26.3	28.3	29.3	30.8	<b>28.4</b>
2007	31.1	32.0	31.1	29.9	27.9	26.6	25.2	25.9	27.5	28.7	29.7	29.9	<b>28.8</b>

Dados de Humidade relativa (em%) registado na cidade de Inhambane no período de 5 anos (2007 a 2011)

ANOS	M E S E S												MÉD
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
2011	84	75	82	80	83	80	85	86	87	86	73	67	<b>968</b>
2010	70	71	79	80	80	81	74	71	67	75	81	80	<b>909</b>
2009	80	76	78	74	78	76	78	76	79	74	70	78	<b>917</b>
2008	76	73	80	75	79	76	77	77	77	75	77	74	<b>916</b>
2007	75	74	79	79	73	77	75	76	73	74	//	76	<b>831</b>

Dados de Insolação (em%) registado na cidade de Inhambane no período de 5 anos (2007 a 2011)

ANOS	M E S E S												MÉD
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
2011	2283	2643	3146	2226	2618	2740	2562	2701	2696	2315	2557	2882	
2010	2484	2342	2722	1985	2414	2413	2328	2353	2748	2533	2093	2624	
2009	2551	2433	2495	2552	2511	2396	2227	2774	2270	2662	2160	2775	
2008	2499	2688	2756	2637	2407	2362	2306	2857	2326	2486	2058	2412	
2007	2662	2538	2559	2123	2865	1953	2172	2631	2317	2786	2424	3333	

## ANEXO B – Lista de espécies marinhas sujeitas a restrições e protegidas em Moçambique

Nome Local	Família/Nome científico	Nome inglês	Nº de peças pescador/dia
<b>Peixes marinhos</b>			
Marreco	<i>Chrysoblephus puniceus</i>	<i>Slinger</i>	4
Robalo	<i>Cheimirus nufar</i>	<i>Soldier</i>	4
Cachuchu	<i>Polysteganus coeruleopunctatus</i>	<i>Blueskin</i>	4
Garoupa	<i>Serranidae</i>	<i>Rockcod</i>	
	Todas as espécies		4
	<i>Scaridae</i>		
Papagaio	<i>Scarus spp</i>	<i>Parrotfish</i>	1
Tubarões	<i>Todas espécies exceto tubarão branco</i>		2
<b>Crustáceos marinhos</b>			
Lagosta do fundo	Todas as espécies	<i>Deep waterlobster</i>	2
Lagosta de rocha	Todas as espécies	<i>Rock lobster</i>	2
Lagostim	Todas as espécies	<i>Cray fish</i>	2
Camarão	Todas as espécies	<i>Shrimps</i>	0
<b>Crustáceos de água doce</b>			
Lagosta	Todas as espécies	<i>Lobsters</i>	2
Camarão	Todas as espécies	<i>shrimps</i>	0

Quadro. Lista de espécies sujeitas a restrições em Moçambique

Fonte: Decreto nº 51/99 de 31 de Agosto

Nome Local	Nome científico	Nome inglês
<b>Peixes</b>		
Garoupa lanceolatus	<i>Ephinephelus lanceolatus</i>	<i>Brindle bass</i>
Dentuço manchado	<i>Polysteganus undulosus</i>	<i>Seventy-four</i>
Garoupa batata	<i>Ephinephelus tukula</i>	<i>Potato bass</i>
Tubarão branco		
<b>Répteis</b>		
Tartarugas marinhas	Todas espécies	<i>Marine turtles</i>
<b>Mamíferos</b>		
Dugongo	<i>Dugong dugon</i>	<i>Dugong</i>
Baleias	Todas as espécies	<i>Whales</i>
Golfinhos	Todas as espécies	<i>Dolphins</i>
<b>Bivalves</b>		
Tridacna gigante	<i>Tridacna gigante</i>	<i>Giant clam</i>
Tridacna squamosa	<i>Tridacna squamosa</i>	<i>Giant clam</i>
<b>Gasteropodes</b>		
Capacete grande	<i>Cassis cornuta</i>	<i>Horned helmet</i>
Corneta trompeteira	<i>Charonia tritonis</i>	<i>Trumpet triton</i>

Quadro. Lista de espécies protegidas em Moçambique

Fonte: Decreto nº 51/99 de 31 de Agosto

## ANEXO C – LISTA DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E DA LEGISLAÇÃO SETORIAL COM IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS

- Constituição da República de Moçambique, 2004 (aprovada em 16 de Novembro de 2004);
- Resolução 5/95, de 3 de Agosto, Política Nacional do Ambiente;
- Lei 20/97, de 1 de Outubro, Lei do Ambiente;
- Decreto 13/2006, de 15 de Junho, Regulamento sobre a Gestão de Resíduos;
- Decreto 8/2003, de 18 de Fevereiro, Regulamento de Gestão de Lixos Biomédicos;
- Decreto 18/2004, de 2 de Junho, Regulamento sobre Padrões de Qualidade Ambiental e de Emissão de Efluentes;
- Decreto 11/2006, de 15 de Junho, Regulamento sobre a Inspeção Ambiental;
- Decreto 45/2004, de 29 de Setembro, Regulamento sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental;
- Decreto 32/2003, de 12 de Agosto, Regulamento sobre o Processo de Auditoria Ambiental;
- Decreto 12/2006, de 15 de Junho, que define as responsabilidades para a implementação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, no âmbito do Protocolo de Quioto;
- Decreto 42/2008, de 4 de Novembro, que altera o Regulamento sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental;
- Diploma Ministerial 198/2005, de 28 de Setembro, concernente à coordenação setorial na implementação efetiva do Regulamento sobre o processo de Avaliação do Impacto Ambiental;
- Despacho de 27 de Julho de 2005, concernente à emissão das licenças ambientais relativas a projetos de atividade de montante igual ou superior a um milhão de dólares norte-americanos;
- Decreto 26/2004, de 20 de Agosto, Regulamento Ambiental para a Atividade Mineira;
- Diploma Ministerial 189/2006 de 14 de Dezembro – Normas Básicas de Gestão ambiental mineira;
- Decreto 45/2006 de 30 de Novembro – Regulamento para Prevenção da Poluição e Proteção do Ambiente Marinho e Costeiro;
- Diploma Ministerial 1/2006, de 4 de Janeiro, que aprova as normas para a Aplicação de Multas e Sanções previstas ao abrigo da Legislação Ambiental.

### **Além da legislação específica ambiental, existe também a seguinte legislação específica setorial, com impacto nas questões ambientais:**

- Lei 4/96, de 4 de Janeiro, Lei do Mar;
- Lei 16/91, de 3 de Agosto, Lei de Águas;
- Decreto 15/2004, de 15 de Julho, Regulamento dos Sistemas Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais;
- Diploma Ministerial 180/2004, de 15 de Setembro, Regulamento sobre a Qualidade da Água para o Consumo Humano;
- Resolução 8/97, de 1 de Abril, Política e Estratégia de Desenvolvimento de Florestas e Fauna Bravia;
- Lei 10/99, de 7 de Julho, Lei de Florestas e Fauna Bravia;
- Decreto 12/2002, de 6 de Junho, Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia;

- Decreto 11/2003, de 25 de Março, altera o Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia;
- Resolução 10/95, de 17 de Outubro, Política Nacional de Terras e respectivas Estratégias de Implementação;
- Lei 19/97, de 1 de Outubro, Lei de Terras;
- Decreto 66/98, de 8 de Dezembro, Regulamento da Lei de Terras;
- Decreto 60/2006, de 26 de Dezembro, Regulamento do Solo Urbano;
- Decreto 1/2003, de 18 de Fevereiro, introduz alterações ao Regulamento da Lei de Terras;
- Diploma Ministerial 29/2000-A, de 17 de Março, Anexo Técnico ao Regulamento da Lei de Terras;
- Lei 10/88, de 22 de Dezembro que define a Protecção Legal do Património Cultural de Moçambique;
- Decreto 27/94, de 20 de Julho, Regulamento sobre a Protecção do Património Arqueológico;
- Lei 14/2002, de 26 de Junho, Lei de Minas;
- Decreto 28/2003, de 17 de Junho, Regulamento da Lei de Minas;
- Decreto 24/2004, de 20 de Agosto, Regulamento das Operações Petrolíferas;
- Decreto 44/2005, de 29 de Novembro, Regulamento de Distribuição e Comercialização de Gás Natural (prevê a obrigatoriedade de seguro para danos ambientais);
- Decreto 61/2006 de 26 de Dezembro, Regulamento de Segurança Técnica e de Saúde para as atividades geológico-mineiras;
- Decreto 18 891, de 27 de Setembro de 1965, Regulamento para o Transporte, Manuseamento e Trânsito de Carga Perigosa pelos Portos Moçambicanos;
- Diploma Legislativo 48/73, de 5 de Junho, Regulamento sobre a Saúde e Segurança nos Locais de Trabalho Industriais;
- Decreto Provincial 61/73, de 20 de Novembro, altera o Regulamento sobre a Saúde e Segurança nos Locais de Trabalho Industriais;
- Diploma Ministerial 51/84, de 3 de Outubro, Regulamento sobre os Requisitos Higiénicos dos Estabelecimentos Alimentares;
- Diploma Ministerial 153/2002, de 11 de Setembro, Regulamento sobre Pesticidas;
- Decreto-Lei 47344, de 25 de Novembro de 1966, aplicado em Moçambique pelo Decreto 22869, Código Civil.

**Moçambique é signatário de um conjunto de convenções e tratado internacional, referente ao meio ambiente, tais como:**

- Resolução 1 8/81, de 30 de Dezembro, ratificando a Convenção Africana sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais;
- Resolução 20/81, de 30 de Dezembro, ratifica a adesão de Moçambique à Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Silvestres ameaçadas de extinção;
- Resolução 17/82, de 13 de Novembro, aprova a adesão de Moçambique à Convenção para a Protecção do Património Cultural e Natural do Mundo da UNESCO;
- Resolução 8/93, de 8 de Dezembro, ratifica a Convenção de Viena sobre a Protecção da Camada de Ozono, de 22 de Março de 1985, em conjunto com as emendas de Londres de 1990 e Copenhaga de 1992;

- Resolução 1/94, de 24 de Agosto, ratifica a Convenção das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, de Junho de 1992;
- Resolução 2/94, de 24 de Agosto, ratifica a Convenção das Nações Unidas sobre a Biodiversidade Biológica;
- Resolução 17/96, de 26 de Novembro, ratifica a Convenção de África Oriental sobre a Protecção, Gestão e Desenvolvimento Marinho e Costeiro;
- Resolução 18/96 de 26 de Novembro, que ratifica a Convenção de Basileia de 22 de Março de 1989 sobre o Controlo de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Eliminação;
- Resolução 19/96, de 26 de Novembro, ratifica a Convenção de Bamako de 30 de Janeiro de 1991, relativa à interdição da importação de Lixos perigosos e ao controlo da movimentação transfronteiriça desses lixos em África;
- Resolução 20/96, de 26 de Novembro, ratifica a Convenção das Nações Unidas de 7 de Junho de 1984, sobre o Combate à Desertificação nos Países Afetos por Seca Grave e/ou Desertificação, particularmente em África;
- Resolução 21/96, de 26 de Novembro, ratifica a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e o Acordo relativo à Implementação da Parte XI da mesma Convenção;
- Resolução 11/2001, de 20 de Dezembro, ratifica o Protocolo de Cartagena sobre a Biossegurança;
- Resolução 52/2001, de 6 de Novembro, ratifica a Convenção Internacional e o respectivo Protocolo sobre a Responsabilidade Civil para a Poluição por Hidrocarbonetos, 1992 (CLC 1992);
- Resolução 53/2001 de 6 de Novembro, adere ao Protocolo da Convenção Internacional para a Constituição de um Fundo Internacional para a Compensação pelos Prejuízos devidos à Poluição por Hidrocarbonetos, 1992 (Fund 92);
- Resolução 14/2002, de 5 de Março, ratifica o Protocolo relativo à Conservação da Fauna e Aplicação da Lei na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, celebrado em Maputo aos 18 de Agosto de 1999;
- Resolução 5/2003, de 18 de Fevereiro, ratificando a Convenção Internacional sobre a Prevenção da Poluição pelo Transporte Marítimo de 1973 e o respectivo Protocolo de 1978 – MARPOL 1973-1978;
- Resolução 6/2003, de 18 de Fevereiro, ratificando a Convenção Internacional sobre a Preparação, Combate e Cooperação contra a Poluição por Hidrocarbonetos, 1990 – OPRC 90;
- Resolução 45/2003, de 5 de Novembro, a Convenção sobre Terras Húmidas de Importância Internacional que servem como Habitat para Aves Aquáticas;
- Resolução 10/2004, de 28 de Julho de 2004, ratifica o Protocolo de Quito à Convenção das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas;
- Resolução 56/2004, de 31 de Dezembro, ratifica a Convenção de Estocolmo sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes.

ANEXO D – LISTA DOS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE INHAMBANE (URBANOS, SEMI-URBANOS E RURAIS)

<b>Nº</b>	<b>Bairros</b>	<b>Urbanos</b>	<b>Semi-urbanos</b>	<b>Rurais</b>
1	Balane 1	X		
2	Balane 2	X		
3	Balane 3	X		
4	Chalambe 1	X		
5	Chalambe 2	X		
6	Liberdade 1	X		
7	Liberdade 2		X	
8	Liberdade 3		X	
9	Muelé 1	X		
10	Muelé 2		X	
11	Muelé 3		X	
12	Malembuane		X	
13	Guitambatuno			X
14	Marrambone		X	
15	Ilha de Inhambane			X
16	Mucucune			X
17	Chamane			X
18	Salela			X
19	Josina Machel		X	
20	Machavenga			X
21	Nhamua			X
22	Siquiriva			X
23	Conguiana			X